



Universidade Federal
de São João del-Rei

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGEOG

BRUNA LÚCIA DOS SANTOS

ENTRE AUSÊNCIAS E PRESENCAS DA ESPACIALIDADE DE
MULHERES NEGRAS A PARTIR DA ANÁLISE NA GEOGRAFIA
URBANA BRASILEIRA

São João del-Rei

2021



Universidade Federal
de São João del-Rei

**ENTRE AUSÊNCIAS E PRESENÇAS DA ESPACIALIDADE DE
MULHERES NEGRAS A PARTIR DA ANÁLISE NA GEOGRAFIA
URBANA BRASILEIRA**

Bruna Lúcia dos Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Análise ambiental e territorial

Linha de pesquisa: Dinâmica do espaço rural e urbano

Orientadora: Profa. Dra. Tatiane Marina Pinto de Godoy

São João del-Rei
2021

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

d237e dos Santos, Bruna Lúcia.
Entre ausências e presenças da espacialidade de
mulheres negras a partir da análise na geografia
urbana brasileira / Bruna Lúcia dos Santos ;
orientadora Tatiane Marina Pinto de Godoy. -- São
João del-Rei, 2022.
128 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Geografia) -- Universidade Federal de São João del
Rei, 2022.

1. Geografia Urbana. 2. Mulheres Negras. 3.
Materialismo Histórico Dialético. 4. Cotidiano. I.
Pinto de Godoy, Tatiane Marina , orient. II. Título.

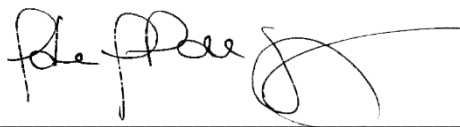
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ENTRE AUSÊNCIAS E PRESENCAS DA ESPACIALIDADE DE
MULHERES NEGRAS A PARTIR DA ANÁLISE NA GEOGRAFIA
URBANA BRASILEIRA**

Autora: Bruna Lúcia dos Santos

Orientadora: Profa. Dra. Tatiane Marina Pinto de Godoy

A Banca Examinadora composta pelos membros abaixo aprovou esta dissertação:



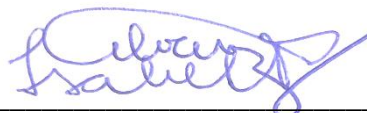
Profa. Dra. Tatiane Marina Pinto de Godoy – Orientadora

Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ



Profa. Dra. Daniela Abritta Cota

Universidade Federal de São João del Rei - UFSJ



Profa. Dra. Isabel Aparecida Pinto Alvarez

Universidade de São Paulo - USP

São João del-Rei
Maio de 2022



Bruna Lúcia dos Santos, 2021

*Dedico esta dissertação à minha mãe Vera,
com todo o amor do mundo.*

AGRADECIMENTOS

Um sonho sonhado sozinho é bom, mas sonhado junto aos nossos é melhor ainda. Agradeço aos meus pais, Fábio e Vera, que sonham comigo a loucura de uma vida acadêmica e, felizes, celebram a finalização desta etapa. Obrigada mamãe por ser forte mesmo em meio ao caos e por demonstrar, no esquema do “um dia por vez”, que eu conseguiria terminar o mestrado.

A Wilgner Henrique por estar ao meu lado afirmando, a todo momento, que vida acadêmica e a produção de conhecimento também é lugar de mulher preta. Obrigada pelo amor que também é motivação.

Agradeço à minha orientadora, Professora Dra. Tatiane Marina Pinto de Godoy, por aceitar mais essa etapa comigo, ensinando, trocando e também se dispondo a aprender.

À Professora Dra. Daniela Abritta Cota, por compor a banca e auxiliar na lapidação desta pesquisa desde a qualificação, sendo também uma grande mentora em minha trajetória na pós-graduação.

À Professora Dra. Isabel Pinto Alvarez, por aceitar o convite para contribuir com a pesquisa, para juntas pensarmos e repensarmos os rumos da produção de conhecimento na geografia urbana.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo financiamento a esta pesquisa.

Ser pós-graduanda é sentir-se solitária, no dia a dia, sentada à mesa em frente ao computador e aos livros. Dias foram noites, noites foram dias. Angústia era companheira. Por isso, agradeço a quem esteve presente em mensagens, mesmo distante.

RESUMO

Desde a sua renovação, ainda no século XX, a geografia urbana tem se preocupado com as contradições que se materializam diante da organização capitalista do espaço. Mas, passados aproximadamente 50 anos, o debate acerca do racismo estrutural e do patriarcado na dimensão espacial pouco se faz presente. O objetivo principal desta pesquisa é mostrar a possibilidade de articulação entre a geografia urbana crítica e radical e a realidade do cotidiano e espacialidade de mulheres negras. Para o desenvolvimento da pesquisa, tomamos como marco temporal o período a partir da década de 1970, época de significativa movimentação política e epistemológica no mundo. A base teórica utilizada para alcançar tal objetivo são as contribuições da geografia urbana crítica e radical, que se constituiu no decorrer deste movimento de renovação da geografia e que segue as noções teóricas de Henri Lefebvre. Em conformidade com a base teórica, utilizamos o materialismo histórico dialético como método de análise, partindo da leitura de que racismo e patriarcado são estruturantes da socioespacialidade brasileira e são formas de opressão pelas quais se opera acentuadamente a divisão do trabalho e a marginalização dos sujeitos. Como procedimento metodológico e organização textual, optamos pelo método Regressivo-Progressivo (LEFEBVRE, 1978). Para basear a lacuna encontrada, foram levantados 54 trabalhos (dentre teses, dissertações, artigos e capítulos de livros) em sites de indexação, organizados em tabela *Excel*, e levantadas as referências bibliográficas das ementas da disciplina de geografia urbana de 36 universidades brasileiras. Para a discussão, foi realizada revisão bibliográfica acerca do espaço, relações sociais de raça e gênero, e colonialismo. No decorrer da pesquisa, percebemos que, além do número incipiente de trabalhos sobre espaço e mulheres negras utilizando o método materialismo histórico dialético, algumas noções conceituais lefebvrianas, como corpo, são pouco utilizadas na geografia urbana brasileira e que é uma categoria imprescindível para compreender as complexidades do espaço urbano capitalista. Portanto, articular corpo, espaço e cotidiano com leituras antirracistas e antipatriarcais auxilia a prolongar o pensamento de Henri Lefebvre à compreensão do espaço urbano no Brasil. A pesquisa se propôs a fazer este diálogo para mostrar as possibilidades de análise materialista, contribuir com os horizontes da geografia urbana crítica e radical, bem como oferecer uma leitura antirracista e antipatriarcal das cidades.

Palavras-Chave: Geografia Urbana; Mulheres Negras; Materialismo Histórico Dialético; Cotidiano.

BETWEEN ABSENCES AND PRESENCES OF BLACK WOMEN'S SPATIALITY FROM THE ANALYSIS IN BRAZILIAN URBAN GEOGRAPHY

ABSTRACT

Since its renovation in the 1970s, urban geography has been concerned with the contradictions that capitalist organization of space materialize. However, after about fifty years now, the question of how structural racism and patriarchy help shape public spaces remains largely unexplored. This dissertation demonstrates the possibility of connecting critical urban and radical geography to the everyday lives of black women and its spatiality. This research takes into account the period starting from the decade of 1970, a time of significant political and epistemological change in the world. The theoretical framework are the contributions of critical urban and radical geography, which rose during this movement of geographic renovation and follows the theoretical concepts of Henri Lefebvre. In accordance to this theoretical framework, we have used historical dialectical materialism as a method of analysis, starting from the notion that racism and patriarchy are structuring factors of Brazilian socio-spatiality and are forms of oppression by which division of labour and marginalization of subjects are fostered. As a framework for methodology and textual organization, we made an option of the regressive-progressive method (LEFEBVRE, 1978). In order to demonstrate the bibliographic gap we have found, we have assembled from indexation platforms a body of 54 scholarly works (including theses, dissertations, articles and book chapters), which we have organized in an Excel sheet. We have also collected data on the bibliography of course syllabi in urban geography from 36 Brazilian universities. For the discussion, we have conducted a bibliographical review on space, race and gender-based social relations, and colonialism. Throughout the research, we have noticed that, beyond the incipient number of works that applied the used historical dialectical method to the study of the relations between black women and space, some of Lefebvre concepts, like “body”, are still unexplored in Brazilian urban geography, in spite of being some key points to understand the complexities of capitalist urban space. Therefore, drawing connections between body, space and everyday life, and antiracist and antipatriarchy readings helps expanding Henri Lefebvre's work towards an understanding of urban space in Brazil. This dissertation draws such connections in order to demonstrate the possibilities of materialist analysis, to contribute to the horizons of critical urban and radical geography and to propose and antiracist and antipatriarchy reading of cities.

Keywords: Urban Geography; Black Women; Dialectical Historical Materialism; Everyday Life.

LISTA DE FIGURAS

Pág.

FIGURA 1 - COLAGEM A CIDADE PELA COLETIVA TERRA PRETA 77

LISTA DE TABELAS

| | <u>Pág.</u> |
|--|-------------|
| TABELA 1 - PASSOS DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA..... | 15 |
| TABELA 2 - CATÁLOGO DA CAPES DE TESES E DISSERTAÇÕES (CTD/CAPES) | 18 |
| TABELA 3 - BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD)..... | 20 |
| TABELA 4 - SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY ONLINE (SCIELO) | 22 |
| TABELA 5 - GOOGLE SCHOLAR | 23 |
| TABELA 6 - GEOGRAFIA URBANA E SUAS REFERÊNCIAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS | 35 |

LISTA DE GRÁFICOS

Pág.

| | |
|--|-----------|
| GRÁFICO 1 - TESES E DISSERTAÇÕES QUE ABORDAM A QUESTÃO RACIAL COM FOCO NA POPULAÇÃO NEGRA NA GEOGRAFIA NO BRASIL, POR REGIÃO, DEFENDIDAS ENTRE 1987 E 2018..... | 27 |
| GRÁFICO 2 - AUTORES POR NÚMERO DE VEZES EM QUE APARECERAM NAS EMENTAS | 43 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|----------------|--|
| AGB | Associação de Geógrafos Brasileiros |
| BDTD | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações |
| BIREME | Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CTD/CAPES | Catálogo CAPES de Teses e Dissertações |
| DG-USP | Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo |
| ENANPEGE | Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia |
| FAPESP | Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo |
| FFLCH | Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas |
| GEGÊNERO | Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia e Relações Sociais de Gênero |
| GETE | Grupo de Estudos Territoriais |
| IHGB | Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro |
| LaGENTE | Laboratório de Estudos de Gênero, étnico-raciais e espacialidade |
| NEPEN Geosp | Núcleo de Estudantes e Pesquisadoras Negras do Curso de Geografia da Universidade de São Paulo |
| SciELO | Scientific Electronic Library Online |
| UEG | Universidade Estadual de Goiás |
| UERJ | Universidade Estadual do Rio de Janeiro |
| UFAL | Universidade Federal de Alagoas |
| UFAM | Universidade Federal do Amazonas |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |
| UFC | Universidade Federal do Ceará |
| UFCG | Universidade Federal de Campina Grande |
| UFES | Universidade Federal do Espírito Santo |
| UFG | Universidade Federal de Goiás |
| UFJF | Universidade Federal de Juiz de Fora |
| UFMA | Universidade Federal do Maranhão |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| UFOPA | Universidade Federal do Oeste do Pará |
| UFPA | Universidade Federal do Pará |
| UFPB | Universidade Federal da Paraíba |

| | |
|-----------|--|
| UFPeI | Universidade Federal de Pelotas |
| UFPI | Universidade Federal do Piauí |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| UFRN | Universidade Federal do Rio Grande do Norte |
| UFRRJ | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |
| UFSCar | Universidade Federal de São Carlos |
| UFSJ | Universidade Federal de São João del-Rei |
| UFSM | Universidade Federal de Santa Maria |
| UFT | Universidade Federal do Tocantins |
| UFTM | Universidade Federal do Triângulo Mineiro |
| UFU | Universidade Federal de Uberlândia |
| UFVJM | Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri |
| UGI | União Geográfica Internacional |
| UNEAL | Universidade Estadual de Alagoas |
| UNESP | Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” |
| UNESPAR | Universidade Estadual do Pará |
| Unifap | Universidade Federal do Amapá |
| UNIFESSPA | Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará |
| UNIR | Universidade Federal de Rondônia |
| UPE | Universidade de Pernambuco |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| Objetivo da pesquisa | 4 |
| Método de abordagem | 5 |
| Procedimentos metodológicos | 10 |
| Estrutura dos capítulos | 12 |
| CAPÍTULO 1 - NAS ENCRUZILHADAS DO CONHECIMENTO | 14 |
| 1.1. Nossas geografias revisitadas | 14 |
| 1.2. O atual projeto político pedagógico da geografia urbana nas universidades públicas brasileiras | 34 |
| CAPÍTULO 2 – A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOB A PERSPECTIVA DE TRANSFORMAÇÃO | 48 |
| 2.1. A geografia urbana brasileira e a influência da Escola intelectual francesa 54 | |
| 2.2. A geografia crítica e a radicalização das teorias urbanas no Brasil | 59 |
| 2.3. Os novos sujeitos em cena na geografia: pautas feministas, antirracistas e decoloniais | 65 |
| CAPÍTULO 3 – AUSÊNCIAS E PRESENÇAS EM TORNO DOS CORPOS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO | 77 |
| 3.1. Sobre representações e ausências | 79 |
| 3.2. A presença: mulheres negras no horizonte de análise da geografia urbana crítica e radical brasileira | 91 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 100 |
| REFERÊNCIAS | 105 |

INTRODUÇÃO

“[...] as oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de setim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo”.

Carolina Maria de Jesus

Com esse trecho do livro *Quarto de Despejo*, de 1960, citado na epígrafe, Carolina Maria de Jesus evoca esta dissertação a compreender com as ferramentas da geografia crítica o cotidiano de uma favelada, como ela mesmo se coloca, o que perpassa condições específicas de sua vivência: ser mulher e negra na realidade urbana brasileira.

Diante das mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais pelas quais o mundo passou, principalmente a partir da segunda metade do século XX, foi demandado às geógrafas e aos geógrafos a necessidade de reelaborar métodos de análise para a compreensão do espaço. A geografia urbana, uma das linhas de pesquisa da geografia, se justificou pela necessidade de compreensão das cidades que se formavam em determinados contextos históricos e espaciais, e da vida que nelas se produzia a partir da significativa constituição do urbano (ABREU, 1994).

No Brasil, a geografia urbana tem origem nas monografias urbanas de Pierre Monbeig (1944) e viu se cristalizar como área do conhecimento também diante das transformações que ocorriam. Em especial, as mudanças do capital comercial para o capital industrial e deste para o capital financeiro, que demandaram outros fluxos, tempos e distâncias, ou seja, outras materializações para sua existência, encontrando no espaço a condição essencial para sua reprodução. Em meio a essa estratégia, o espaço urbano se faz meio, condição e produto (CARLOS, 2015) de relações sociais de produção que não mais se resumem aos limites fabris e extrapola para a reprodução da vida.

Uma série de produções foram realizadas nesse sentido para explicar como se formavam as cidades e as implicações do urbano como modo de vida, diretamente

relacionado à produção do espaço urbano, cotidiano e às relações sociais do mundo moderno. São trabalhos que versam sobre os conflitos de interesses na produção do espaço urbano, entendendo a vida, o espaço e o tempo condicionados às funções produtivas e reprodutivas. Lugares de contradições entre as reais necessidades sociais e as necessidades colocadas como reais pelo capital hegemônico.

Esses trabalhos fazem parte de uma gama de produções geográficas que se engajaram socialmente, visando transformações sociais demandadas pelos sujeitos no cerne das disputas de ideias, tanto no meio político, como no meio acadêmico. Entretanto, mesmo com a crítica social adotada pelas ciências a partir das décadas de 1960 e 1970, pesquisas recentes (CIRQUEIRA E CORRÊA, 2014; SANTOS, 2020; LINDO, 2021) mostram que poucos trabalhos adotam inscrições que são importantes para que todas as demandas sejam consideradas.

A geografia, denunciada como área do conhecimento fruto de investidas neocolonialistas e imperialistas (SANTOS, 2020) – a ciência do Estado – tem sido recorrentemente questionada, à luz da rigidez acadêmica racional, sobre seu posicionamento frente às desigualdades que não desapareceram com o desenvolvimento do capitalismo. Pelo contrário, estão acentuadamente operantes a ponto de continuarem sendo condicionantes socioespaciais para que a acumulação seja possível.

Diogo Cirqueira e Gabriel Corrêa (2014) e Mariza Santos (2020) investigaram sobre a pouca inscrição da raça nos trabalhos geográficos, apresentando levantamentos de trabalhos sistematizados que mostram a baixa difusão de pesquisas nesse tema no Brasil, mas que, mesmo caminhando a passos lentos, se faz presente principalmente nos últimos anos. Essas escritas são relacionadas pelo Manifesto de Geógrafas e Geógrafos Negras/os do Brasil às *Black Geographies*, desenvolvida nos Estados Unidos e Canadá, que traçam esforços para uma análise espacial no campo da geografia a partir de perspectivas negras.

A despeito das ausências existentes na geografia, outra vertente que reivindica sua posição é a conhecida como geografias feministas e das sexualidades, que dentre várias perspectivas adotadas, reclama a existência de diferenciações entre corpos que são externamente sexualizados. Esses corpos apontados como homens e mulheres estão implicados em relações hierárquicas que se materializam na dimensão espacial e que para além, refletem nas produções acadêmicas, a saber, a própria constituição da ciência moderna baseada na noção de neutralidade racional.

A geografia urbana, nesse sentido, tem apresentado algumas propostas que aproximam essas duas categorias do debate sobre o espaço urbano, mas não são adotadas pelas ementas de disciplinas nas universidades públicas brasileiras. Os cursos de geografia persistem em elaborar ementas que remontam a constituição das cidades gregas e romanas como padrões primários a saber na geografia urbana, excluindo todas as outras possibilidades da noção de cidade. Como argumentado nesta dissertação, apresentar a história dessa maneira auxilia na perpetuação da noção da divisão do mundo entre civilizados e bárbaros que, conseqüentemente, exclui da história humana (e da geografia urbana) povos que foram colonizados e ainda hoje são a base da produção de matérias primas responsáveis pelo giro do capital.

Visto que, mesmo de forma ainda incipiente, a geografia deu passos rumo à abordagem de raça e gênero, principalmente sob os signos da geografia cultural e humanista, esta pesquisa trabalha sobre a lacuna que se mostrou presente diante da revisão bibliográfica acerca da inserção de tal temática nas leituras da geografia urbana, em específico na vertente objeto desta pesquisa, a geografia urbana crítica e radical.

Essa vertente tem por pressuposto desvelar os processos desiguais de produção do espaço urbano e suas inerentes contradições através do pensamento crítico, que recusa análises simplistas e descritivas da realidade, adotando assim a totalidade para compreensão da gama de complexidades. A totalidade é uma das categorias centrais do materialismo histórico e dialético, onde o conjunto de fatos ou partes se relacionam entre si conferindo sentido ao todo, ao mesmo tempo que conferem sentido a eles próprios.

Avançamos na compreensão da problemática urbana tendo como marco temporal a segunda metade do século XX, mais especificadamente a partir da década de 1970. A justificativa para este recorte temporal se dá pela movimentação epistemológica, social e política ocorrida nesse período, em escalas globais e locais. Entendida por David Harvey (2008) como uma década que ajuda a explicar as mudanças profundas ocorridas, é também nesse período que a geografia brasileira passa por seu processo de renovação, tendo como horizonte debates mais críticos acerca do espaço geográfico.

E, por entender que o Brasil se constituiu por processos conflituosos que envolviam uma sociedade escravista e patriarcal, a proposta de seguir nos questionamentos desse tema na presente dissertação utiliza o corpo negro e feminino, em sua esfera prática e sensível, para refletir sobre a concretude das contradições históricas na vida cotidiana e o espaço urbano como o lugar pelo qual se realizam.

Objetivo da pesquisa

No trajeto como pesquisadora até este momento, muitos foram os limites teóricos e conceituais encontrados. Mas, o principal e mais desafiador deles foi e é encontrar na geografia urbana crítica e radical o caminho por onde tecer leituras e compreensões da vida de mulheres negras nas cidades.

Entendo que o método de análise materialista histórico dialético oferece importante contribuição para o entendimento do real em toda sua complexidade e auxilia a pesquisadora a desvelar contradições históricas no movimento dos fatos. Todavia, poucos eram as obras encontradas que conciliavam este método com a espacialidade de mulheres negras, para serem utilizadas para orientar e referenciar outras pesquisas realizadas.

Por isso, o objetivo principal desta pesquisa é mostrar a possibilidade de articulação entre a geografia urbana crítica e radical (com seu método de análise materialista histórico dialético) e a realidade do cotidiano e espacialidade de mulheres negras a partir de referências bibliográficas do tema. Não serão aqui analisados separadamente os elementos que atravessam o cotidiano da mulher negra, mas sim a inscrição dessa cotidianidade e da espacialidade na documentação da geografia urbana crítica e radical brasileira através da articulação dialética da “unidade do diverso”.

Para que o objetivo principal fosse alcançado, alguns objetivos específicos foram traçados:

- a) Buscar em plataformas de indexação trabalhos que abarquem teorias urbanas e inscrições raciais e de gênero no Brasil, bem como buscar e analisar as ementas das disciplinas de geografia urbana nas universidades brasileiras.
- b) Compreender de que forma as mudanças a partir da década de 1970 influenciaram na renovação da geografia e na constituição da geografia urbana crítica e radical no Brasil.
- c) Analisar como as noções conceituais lefebvrianas de trabalho, cotidiano e corpo possibilitam a compreensão do espaço urbano no Brasil.
- d) Buscar referências bibliográficas que possam dialogar com a geografia urbana crítica e radical apresentando características próprias da vida de mulheres negras.

Método de abordagem

Esta dissertação se apropria do método lefebvriano, influenciado pelo marxismo, para compreender o urbano enquanto realidade concreta e virtual. Partindo de seus pressupostos teóricos e práticos que auxiliam a compreender a dinâmica social em escala macro, sugere-se usá-los como horizontes possíveis para analisar o espaço urbano e sua interface com as relações de poder que o produz e por ele são produzidos.

Karl Marx formula o que seria o materialismo histórico dialético como método de compreensão e ação da realidade propondo a inversão do idealismo, no sentido de que o material determina o ideal, ou seja, as relações materiais pressupõem a ação humana.

No entanto, o materialismo já vinha sendo proposto por Ludwig Feuerbach e foi preciso que Marx pautasse os limites desse materialismo, concernente à limitação da análise empírica sem abarcar a ação humana, prática e sensível, apenas como contemplação. Assim, o materialismo histórico dialético em Marx significa que os seres humanos têm sua capacidade de ação, mas essa ação é determinada pelas condições materiais e históricas. Entretanto, segundo o filósofo:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. (MARX, 2011, p. 25).

Marx propõe a ruptura com a separação entre o fazer e o pensar, e aposta na união dialética entre a teoria e a prática, por fim conhecida como práxis. Para Marx, a compreensão da atividade humana é tão cara frente ao método contemplativo e teórico de Feuerbach que em sua segunda tese o autor afirma que é nas “práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento” (MARX, 1982, n.p). O ser humano não é passivo, pois “a vida social é essencialmente prática” (MARX, 1982, n.p).

É um objetivo desta pesquisa o distanciamento da filosofia pura ou da limitação da reflexão somente no plano das ideias, já que Marx convida a transformar o mundo. No entanto, cabe ressaltar que a determinação materialista não implica em uma simples determinação econômica do modo de produção, mas sim na “produção e reprodução da vida social” (ENGELS, 1982, n.p.).

Nesse ponto, Marx nos auxilia com a práxis do vivido, para entender que como sujeitos, somos agentes da história e que, portanto, o cotidiano do corpo negro feminino tem um sentido tático de orientação na análise do espaço urbano e do uso da raça e do

gênero nos estudos geográficos. Entendido que se deve deixar o plano da abstração das ideias para o plano que articula a teoria e a prática, pôde-se tomar consciência do dinamismo da sociedade que é orientada em função da força produtiva, do seu tempo e dos papéis que ocupam dentro da estrutura de produção e reprodução. As pessoas passam a agir conforme coisas e coisas passam a ter significado de pessoas, como Henri Lefebvre (1991) esboça quanto à vida cotidiana no mundo moderno.

O valor agregado à produção do que é realmente necessário (valor de uso) passa a ser valorado conforme a quantidade de seu excedente produzido (valor de troca). Assim, o materialismo histórico e dialético traz ao conhecimento de todos a existência de classes sociais – no seu sentido de relações sociais de produção – que são intensamente contraditórias.

Lefebvre, com base em Marx, vai além ao trazer o vivido para o estudo do espaço através da vida cotidiana onde acontece a reprodução contraditória da vida. O urbano (ou o fenômeno urbano), entendido como modo de vida, tem sua origem temporal localizada pelo autor com o advento do capitalismo, levando à mudança de comportamento social, ao consumo exacerbado, constituição de uma sociedade majoritariamente urbana e a cidades como materialização das relações sociais e de produção capitalistas.

Enquanto Marx esboça sua compreensão sobre a alienação e a produção material, Lefebvre amplia o debate ao nível do fenômeno urbano a partir da prática cotidiana, ou seja, o autor oferece traços de subjetividade na tradição da teoria marxista. Sobre sua ação teórica-metodológica “acentua-se a riqueza do que o autor chama de plano do irracional: o desejo, o sonho, o imaginário” (CARLOS, 2015, p. 29).

Além da produção do cotidiano, Lefebvre expõe a produção do espaço social e passa a ressignificar a palavra “produção” para além da produção de um produto qualquer como, por exemplo, uma caneta. A partir dele, a produção pode ser espacializada como ação a partir do trabalho e da vida que produz relações sociais que são relações de produção. No entendimento de Ana Fani Alessandri Carlos:

[...] a problemática espacial está essencialmente vinculada à reprodução das relações sociais de produção que se desenvolve na utilização de um espaço social que se produz em escala mundial. [...] as relações sociais se realizam concretamente na condição de relações espaço-temporais (CARLOS, 2015, p. 31)

Assim como a noção de práxis é cara à tradição marxista, a noção de cotidiano é importante para a compreensão do espaço, pois a vida cotidiana “determina assim o lugar em que se formulam os problemas concretos da produção em sentido amplo: como é

produzida a existência social dos seres humanos” (LEFEBVRE, 1991, p. 30). Então, é na concepção de cotidiano, como a esfera da reprodução da vida, é que a abordagem lefebvriana auxiliará no entendimento do espaço, dos conflitos e das virtualidades que ensejam a ação, frente ao modo capitalista de organização da vida para o consumo. Novamente, remetendo à ação humana (práxis), a produção e reprodução social tem seu núcleo de construção na vida cotidiana que logo tem o espaço como lugar privilegiado para consolidação de tais práticas.

Ergue-se o desafio frente à existência de cidades com características próprias, mesmo que fazendo parte de uma dinâmica global, de traçarmos perspectivas que considerem a coexistência das relações sociais e das suas contradições. Essas contradições referem-se às opressões cometidas em justificativa da diferença social, racial, de gênero, sexual, etária, religiosa, entre outras, que persistem mesmo no decorrer da história. A noção de corpo espacial de Lefebvre ([2000]2006) é fundamental para pensar essa vida cotidiana e as contradições que nela surgem, como sendo produto e produtor do espaço e que internaliza os aspectos espaço-temporais, portanto, tão mutável e contraditório como o espaço.

O corpo, que tomado pela abstração do espaço e da vida concebida pelo planejamento dos saberes tecnicistas, procura se reapropriar no sentido do direito de se auto-orientar em sua própria existência. Essa é a aposta revolucionária do autor, quando o corpo “evita a mediocridade pura e simples” (LEFEBVRE, [2000]2006, p. 233). Novamente o espaço se torna o lugar da contestação e da reivindicação da visibilidade de vários cotidianos marcados pelo racismo e sexismo dentro dos lugares de classe.

Uma área de conhecimento que segue esses pressupostos teórico e metodológicos é a geografia urbana crítica e radical (também conhecida como marxista-lefebvriana), na busca em desvelar as contradições existentes no espaço urbano, bem como de forma prática, se aliar às classes oprimidas na luta pelo direito de se apropriar da própria experiência vivida.

Os teóricos dessa vertente entendem o espaço em sua produção como indissociável da produção da vida (CARLOS, 2018, p. 17), fato que mostra que a materialização do espaço se dá no cotidiano através das relações sociais. Portanto, segundo Carlos (2018, p. 17), a hipótese da vertente crítica e radical situa não o adjetivo “geográfico”, mas sim a “espacialidade das relações sociais”, o que concebe a tese de que “espaço é condição, meio e produto, da reprodução das relações sociais produtoras do mundo”.

O método lefebvriano abre os caminhos para acreditar na mutabilidade das coisas, mesmo na ciência. Suas teorizações deixam explícitas que são plausíveis de outras interpretações e continuidades, pois não existem verdades absolutas e, portanto, novas perspectivas são possíveis e necessárias, ao mesmo tempo em que não existem conceitos e que o conhecimento vai se construindo com as pesquisas. Em concordância com Keeanga-Yamahtta Taylor (2018, p. 182), acredita-se que a teoria marxista (e a lefebvriana) é um guia para a ação política e é ampliada por seus seguidores que levam o debate para os mais diferentes contextos.

Ao se tratar da complexidade dos aspectos raciais, de classe e gênero dentro da perspectiva da tradição marxista, pré-julgamentos de que é uma teoria generalizadora podem surgir, pois uma condição que Marx, Engels e Lefebvre ensinam é a da existência de um “todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 2002, p. 44).

De outra forma, Clóvis Moura (1983, p. 126) acredita que há sérios problemas com os marxistas que se fecham na imaginação de uma classe proletária única ocidental fabril e que de fato, para transformação social é preciso certa imaginação sociológica para entender a problemática do negro (e das mulheres) no Brasil, que também são problemas de classe, mas de forma alguma simplificados a isso.

O processo de exploração de terras no território brasileiro e de expropriação dos corpos que mais tarde constituiriam as camadas sociais fundantes da sociedade como tal, se realizaram na dinâmica do colonialismo. Assim, segue-se a proposta de Domenico Losurdo (2020) de que o colonialismo não deve ser visto apenas como retorno histórico da análise, mas enquanto método. O “como” e “quando” são importantes, ao mesmo ponto que o “por quê” é a pergunta chave para se entender os desdobramentos das contradições perceptíveis nos dias atuais.

Assim, adotamos a geografia urbana crítica e radical como vertente possível que oferece uma leitura não somente teórica, mas que enseje a ação política de transformação da sociedade e do espaço. Tendo em vista o longo aprofundamento nessa vertente, é a partir dela mesmo que vamos trabalhar a lacuna percebida por esta pesquisa, que consiste no número reduzido de trabalhos que, de algum modo, dialoguem com temas e autoras e autores da perspectiva racial e de gênero. Não se trata de deslegitimar a vertente da geografia urbana crítica e radical, mas sim alargar o debate da produção do conhecimento partindo de dentro da própria vertente.

Para isso, foi necessário intensa imersão nas leituras de Lefebvre, Harvey, bem como de membros do Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical (Gesp) para compreensão da proposta teórico-metodológica que a vertente se coloca. Mas não somente, a imersão se deu também em leituras de outras perspectivas, como nas obras de Lélia González, Sueli Carneiro, Frantz Fanon e Silvio Almeida.

Lélia González (1935-1994) já adentrava no debate acerca de classe, raça e gênero, em parceria com autores como Florestan Fernandes (1920-1995) e Carlos Hasenbalg (1942-2014). Ela figura como personagem importante no processo de inserção da raça nos debates feministas e de gênero para o movimento negro, para pensar a precarização da vida de mulheres negras. Na indissociabilidade da teoria e da prática, González trabalhava em três planos: “entre as categorias de análise (raça, sexo e classe, entre outras), os fenômenos sociais de opressão e discriminação (racismo, sexismo e segregação, entre outros) e na articulação entre movimentos sociais (negro, feminista e homossexual, por exemplo)” (RIOS e RATTIS, 2016, p. 395). Com sua visão que concordava em partes com a tradição marxista descendente, ela propôs a impossibilidade da compreensão de divisão social do trabalho sem uma divisão racial e sexual do trabalho, que organiza a vida de mulheres negras.

Sueli Carneiro (1950-) tem produzido reflexões sobre racismo e machismo no Brasil desde a segunda metade do século XX, aproximadamente desde a década de 1970. É uma intelectual e escritora importante por teorizar as opressões sofridas por mulheres negras e por retratar a desigualdade no Brasil através de fatos e pesquisas científicas. Fundou em 1988 o Geledés (Instituto da Mulher Negra) e está, desde então, à frente da luta política do país. Suas obras abrem caminhos para o debate acerca do feminismo negro, traduzindo para os contornos da realidade brasileira a discussão que já vinha sendo construída em outros países, principalmente nos Estados Unidos.

O anticolonialista e militante político Frantz Fanon (1925-1961) foi escolhido por apontar como o processo de colonialismo esfacelou o corpo e a vida daqueles subjugados pela constituição de raças e pelo julgo colonial. Ao levantar a faceta perversa do colonialismo, o autor mostrou a existência de opressores e oprimidos e o condicionamento do negro à categoria de não humano pela branquitude. Ao suplicar “oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!” (FANON, 2008, p. 191), Fanon eleva a categoria do corpo ao lugar narrativo necessário para leituras disruptivas das cidades, questionando assim as diversas experiências no espaço urbano.

Já Silvio Almeida (1976-), jurista e filósofo brasileiro, nos auxilia a aproximar a questão racial da teoria marxista, mostrando a materialidade do racismo na sociedade e nas instituições. Em obras como *Racismo estrutural* (2018) e *Marxismo e a questão racial* (2021), o autor apresenta quem são os indivíduos que constituem as classes, descortinando seu sentido material e mostrando o racismo como mecanismo de opressão eficaz para a divisão social das classes (ALMEIDA, 2020).

Procedimentos metodológicos

No materialismo histórico dialético, a teoria marxista procura entender as relações humanas, ações e comportamentos através de fatos históricos e condições materiais, interligando indivíduos e relações sociais à sua força produtiva, ou seja, as ideias e a consciência estão relacionadas à atividade material, o que também não quer dizer que os sujeitos são seres vazios de pensamento. E é justamente pela existência da atividade prática-sensível dos sujeitos que a práxis se revela como “esfera do ser humano” (KOSIK, 2002, p. 222), a categoria ativa que tem no sujeito o ser criativo e não dado. Em sua condição de ser humano, se desvenda a realidade social através da ação produzida historicamente.

Essa relação – entre o material e a esfera prática e sensível humana – carrega em si as contradições espaço-temporais das quais Lefebvre afirma necessitarem de um método científico, com uma hipótese teórica e um objeto virtual para pensar nos caminhos possíveis. O autor sugere que o procedimento adotado seja o da *transdução* (LEFEBVRE, [1970]2019, p. 21) em face aos clássicos procedimentos indutivos e dedutivos. O procedimento transdutor consiste em pensar o futuro (ou o objeto virtual) a partir das possibilidades históricas no presente, em outras palavras, quais as possibilidades no presente que orientam os novos caminhos para o futuro. Para isso é importante que, para entender essas possibilidades históricas do presente, sejam entendidas as contradições do passado que não foram superadas e ainda se fazem presentes.

Para esse propósito, o método Regressivo-Progressivo é a ferramenta investigativa proposta por Lefebvre (1978) para pensar as contradições históricas no presente e as possibilidades que orientam o objeto virtual. A opção por esse método de procedimento nesta dissertação surge do objetivo de Lefebvre de analisar o que está em movimento na sociedade, do real ao virtual. Dessa forma, o histórico não é apenas em seu sentido mais habitual e nem se finda a análise no presente, mas “o futuro ilumina o

passado, o virtual permite examinar e situar o realizado” (LEFEBVRE, 2019, p. 39) e nos ajudará a compreender as contradições contidas principalmente na história colonial brasileira e nas possibilidades de leitura que estão contidas nas cidades e no cotidiano de mulheres negras.

Segundo Lefebvre (2019, p. 39) o método consiste em fazer um duplo movimento de *regressão* (do virtual ao atual e do atual ao passado) e *progressão* (partir do superado e ir em direção ao que ainda não se sabe, mas que prenuncia algo novo). Esse método se divide em três partes (descritiva, analítico-regressiva e histórico-genérico) e envolve elementos que buscam compreender o objeto de estudo da pesquisa, a geografia urbana crítica e radical.

Descritiva – Como forma de visualizarmos a realidade presente, nesta primeira etapa será apresentado o panorama geral de trabalhos da nossa geografia urbana brasileira através de busca sistematizada. Assim, antes de ir a fundo no passado da geografia, temos apresentado a nós a condição que justifica os rumos posteriores da pesquisa.

Para a descrição dos trabalhos que abarcavam espaço, raça e gênero, buscamos dados disponíveis em sites de busca de trabalhos acadêmicos, como Catálogo CAPES de teses e dissertações (CTD/CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), e o Google Scholar, tendo sido encontrados 54 obras. Já para a análise das 36 ementas dos cursos de geografia urbana, foram buscados dados nos próprios sites das universidades públicas brasileiras que oferecem a graduação em geografia. Todos esses dados foram sistematizados e organizados em planilha elaborada no *Excel*.

Analítico-Regressivo – Esta etapa é o momento de retorno histórico às raízes da formação das bases teóricas e metodológicas utilizadas por acadêmicos da geografia urbana. É primordial para entendermos como a geografia se adaptou e passou a considerar fatos como pesquisáveis (como o urbano) a partir das transformações da sociedade e do espaço.

Optamos por realizar uma pesquisa de caráter qualitativo, com base na exploração e revisão bibliográfica sobre a história da geografia e a implementação da geografia urbana no Brasil. A fim de comparação com as obras produzidas em português, debruçamos sobre leituras de língua inglesa para apreender as propostas oferecidas por teóricos estrangeiros sobre outras compreensões possíveis e assim, posteriormente,

argumentar a posição da geografia urbana crítica radical brasileira sobre compreensão das cidades e da vida nelas no Brasil.

Histórico-Genérico – Após identificar, descrever e historicizar a geografia urbana passada e presente, chegamos à etapa de síntese de todas as informações levantadas para organizar caminhos possíveis para trabalhar a geografia urbana crítica e radical a partir dos processos contraditórios da formação social, política, econômica e cultural brasileira. Regressamos à atualidade descrita na primeira etapa para reencontrar o presente, mas, elucidado e compreendido, tendo como horizonte a virtualidade, ou o possível caminho a se realizar.

Para essa última etapa, continuamos debruçados sobre referências bibliográficas, desta vez afuniladas nas noções teóricas lefebvrianas de a) ausência e presença; b) cotidiano; c) corpo, e nas leituras que nos explicam as condições históricas e contemporâneas que justificam a produção de pesquisas sobre a materialidade das relações sociais que envolvem as mulheres negras e a concretude destas nas cidades. Esse é o momento da possibilidade e de abertura de caminhos possíveis para os geógrafos e geógrafas que anseiem este método e tema.

Estrutura dos capítulos

A dissertação está organizada em três capítulos, distribuídos de forma a aprofundar a argumentação iniciada com a descrição, passando pelo recorte histórico e, por fim, o momento da síntese analítica e da proposta de possibilidades no campo da geografia urbana crítica radical.

No primeiro capítulo, “Nas encruzilhadas do conhecimento”, é apresentado o panorama da geografia urbana brasileira atual, partindo de busca sistematizada em sites de indexação de dissertações, teses, artigos e livros na internet, de trabalhos que convergem espaço urbano, raça e gênero, em especial na geografia urbana crítica, fazendo uso de palavras-chave específicas.

Em seguida, ementas de disciplinas de geografia urbana foram revisadas nos sites de universidades brasileiras para visualizarmos as referências utilizadas na construção dessa disciplina no projeto político pedagógico dos cursos. Tendo essas duas bases de dados organizadas e apresentadas, o capítulo se estruturou como descrição das características da geografia – e geografia urbana – brasileira e, nas encruzilhadas do conhecimento, respondemos nosso questionamento inicial: o espaço urbano e sua

concretização, as cidades, são analisadas junto à perspectiva racial e de gênero no Brasil e nesse sentido contemplam a cotidianidade da mulher negra?

No segundo capítulo, “A renovação da geografia e o caminho de denúncias socioespaciais”, é apresentado o percurso histórico da geografia e a sua relação com as transformações ocorridas principalmente a partir da década de 1970. Da história da geografia geral, passamos pela história da constituição da geografia urbana no Brasil, desde a influência da Escola Intelectual Francesa para a construção de instituições de análises geográficas, passando pelas monografias urbanas de Monbeig e pela radicalização da geografia crítica.

Em tom de denúncia à invisibilidade mesmo em meio às transformações sociais e espaciais objetivadas pela geografia, os sujeitos que entram em cena para reivindicar seu direito à diferença são apresentados, através das pautas feministas, antirracistas e decoloniais. Neste ponto, trazemos exemplos das tendências no Brasil e no mundo que oferecem outras perspectivas para compreensão do espaço e do urbano.

Fechando a dissertação, o capítulo três, intitulado “Ausências e presenças em torno dos corpos da produção do espaço urbano brasileiro”, disserta sobre as possibilidades e potencialidades de se trabalhar a geografia urbana no Brasil pautando questões que são inerentes às cidades brasileiras, como a herança colonial e práticas que ainda imperam no mundo capitalista, como racismo e sexismo.

Para isso, utilizamos a teoria das representações de Henri Lefebvre – autor importante para a geografia urbana crítica e radical – juntamente a autores que auxiliam a aproximação dessa teoria com a realidade brasileira. Assim, mantendo a proposta teórica e metodológica da geografia urbana crítica e radical, com base na tradição marxista, propomos traçar caminhos possíveis dialogando com as noções conceituais lefebvrianas, como corpo e cotidiano, com a reprodução das relações sociais que envolvem as mulheres negras.

CAPÍTULO 1 - NAS ENCRUZILHADAS DO CONHECIMENTO

Este trabalho segue o pensamento de Santana Filho (2018) de que “no trajeto que leva a pessoa para essa encruzilhada [do conhecimento] vão existir os conflitos, as tensões, e são construídos caminhos que levam a possibilidade de (des)encontros” (SANTANA FILHO, 2018, p. 252). Nas encruzilhadas do conhecimento, percebe-se os caminhos que gradativamente se abrem na geografia para o debate de outros temas que por anos foram negligenciados em meio à construção da disciplina como ciência.

O corpo que ganha espaço nas teorias geográficas não existiria sem um espaço, mas o espaço também não existiria sem esse corpo concreto, já que é a partir dele que se dão as experiências do vivido. Assim, o espaço é prática, do verbo praticar, que reclama a participação do corpo enquanto um corpo espacial (LEFEBVRE, [2000]2006).

Este capítulo é a primeira aproximação do panorama de trabalhos (teses, dissertações, artigos e livros) em geografia (e outras áreas do conhecimento) no Brasil que abordam a questão espacial com categorias que circundam a corporeidade e a materialidade das relações, como de raça e gênero, de forma que esse encontro (a encruzilhada) signifique um campo de possibilidade. O objetivo é descrever como foram construídos esses trabalhos e questionar a construção pedagógica dos cursos de geografia urbana nas universidades brasileiras, formadoras de tantos desses autores. Dessa forma, ao fim desta pesquisa, a confluência dos questionamentos levantados nos levará ao “lugar onde se engole de um jeito para cuspir de maneira transformada” (RUFINO, 2019, p. 270).

1.1. Nossas geografias revisitadas¹

A revisão bibliográfica é uma parte fundamental do processo de pesquisa em qualquer área do conhecimento. Uma vez que consiste em procurar, sistematizar, avaliar e filtrar as informações das leituras, ela é a chave para que o trabalho em desenvolvimento

¹ Título baseado em BAIRROS (1995).

tenha fundamentação teórica e coerência crítica. A partir da revisão bibliográfica, especialistas se propõem a pesquisar os trabalhos que já foram publicados sobre a temática escolhida para obter um panorama sobre o objeto de estudo a fim de perceber as lacunas e ausências, os consensos, os dilemas e os padrões de investigação e de resultados.

Um dos propósitos da revisão de literatura apontado por António Bento (2012) é procurar novas linhas de investigação, ou seja, a partir da linha de investigação escolhida pela pesquisadora perceber na revisão quais perspectivas de investigações não foram investigadas em face a outras. Esse propósito auxilia o questionamento ou problematização que orienta a pesquisa.

A revisão bibliográfica ou de literatura é um passo importante da pesquisa principalmente para a área de ciências sociais e humanas pelo grande número de leituras, e por isso deve ser entendida como um método. Assim sendo, nesta pesquisa seguimos o modelo sugerido por Bento (2012) de sistematização de informações bibliográficas, conforme **Tabela 1**.

Tabela 1 - Passos da revisão bibliográfica

| PASSOS | AÇÕES |
|--|--|
| 1) Identificar palavra-chave ou descritores | Superar os descritores de acordo com o tema e objetivo da pesquisa de forma a filtrar os resultados e otimizar tempo. |
| 2) Rever fontes secundárias | Ler e analisar trabalhos que já tenham feito essa sistematização. Utilizamos Cirqueira e Corrêa (2014) e Santos (2020). |
| 3) Recolher fontes primárias | Divididas entre leituras teóricas e empíricas, ler trabalhos originais e relevantes; localizar e filtrar o que for importante. |
| 4) Ler criticamente e resumir a literatura | Depois de recolhidos e sistematizados as informações, vale questionar, perceber questões que ajudem a pensar as ausências, os fatos, as abordagens para depois escrever uma boa síntese. |

Fonte: Elaborado pela autora com base em Bento (2012)

Antes de iniciar os passos descritos acima, as bases de busca de trabalhos acadêmicos foram escolhidas partindo do pressuposto de serem os lugares mais comuns de compartilhamento de trabalhos no Brasil atualmente. Com objetivo de saber quais pesquisas e reflexões foram desenvolvidas na geografia que visavam a análise do espaço e da prática socioespacial de mulheres negras, levantamos sistematicamente² uma série de dissertações, teses, artigos e livros em plataformas de pesquisa, a saber, Catálogo CAPES de teses e dissertações (CTD/CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), e o Google Scholar.

O CTD/CAPES é uma plataforma online criada em 2002 (SANTOS, 2020) para a indexação de trabalhos (teses e dissertações) dos programas de pós-graduação no Brasil como forma de popularizar a ciência e tornar os trabalhos mais acessíveis, uma vez que até sua criação algumas pesquisas se limitavam à biblioteca física. Mas, mesmo criado em 2002, a plataforma resgata trabalhos que não estejam disponíveis de forma virtual, criando um catálogo que disponibiliza informações como título, instituição, autor e orientador, ano e resumo, sem direcionar a um endereço eletrônico de acesso como o CTD/CAPES direciona para a plataforma Sucupira.

Também com o objetivo de difundir a produção acadêmica brasileira no próprio país e no mundo, a BDTD também é uma das plataformas on-line usadas para indexação de teses e dissertações, integrando um sistema de informações sobre este tipo de material. A plataforma foi lançada em 2002 e continua sendo mantida pelo Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT), com o apoio financeiro da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP). Atualmente, segundo o site da plataforma,³ são 124 instituições que dela se utilizaram para publicar os trabalhos finais de pós-graduação, sendo 497.632 dissertações de mestrado e 183.045 de doutorado.

Já o SciELO é uma biblioteca online de armazenamento e compartilhamento cooperativo inicialmente entre a Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP) e Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme), que atualmente conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).⁴ De modo a captar e compilar uma base de dados referentes às

² Estamos cientes de que, diante do levantamento sistemático realizado, alguns trabalhos podem não ter sido apresentados para nós nas plataformas. Isso não tira a potencialidade de serem trabalhos que buscam outras formas de socioespacialidade.

³ Disponível em: <https://bdttd.ibict.br/vufind/> Acesso em 12 abr. 2021.

⁴ Disponível em: <http://old.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=1> Acesso em 12 abr. 2021.

produções científicas como artigos, o SciELO abrange trabalhos de países da América Latina, Caribe e África do Sul.

Por fim, o *Google Scholar* (Google Acadêmico) é mais uma plataforma online onde é possível buscar trabalhos acadêmicos, tanto teses e dissertações como artigos e livros. De forma geral, ele reúne e apresenta as obras que estão em outras plataformas online, como as citadas acima, mas também em periódicos online e no repositório das universidades. Ele foi escolhido para tentarmos captar algum trabalho que tenha ficado de fora dos resultados da pesquisa com palavras-chave nas plataformas anteriores.

Como primeiro passo, para facilitar a busca pelos trabalhos, foi adotada a estratégia de procurar por descritores ou palavras-chave que filtrariam as obras a serem apresentadas. Em um primeiro momento, para pesquisar trabalhos nas plataformas, foram adotadas as palavras-chave “geografia”, “espaço”, “gênero” e “raça”. Assim que os resultados de pesquisa apresentavam trabalhos de outras áreas do conhecimento ou pouco mostravam temas que concordavam com o objetivo, foi necessário readaptar as palavras-chave, incluindo “corpo”, “interseccionalidade”, “geografia urbana”, “geografia urbana crítica”, “urbano” e “direito à cidade” em uma tentativa de filtrar mais trabalhos dentro dos debates geográficos.

Quando a palavra-chave “direito à cidade” foi incluída, eram vislumbrados trabalhos que adotassem o método dialético e que seguissem a perspectiva da geografia urbana crítica, já que é a aproximação de método desta pesquisa e que se fez a primeira dificuldade de literatura voltada à raça e gênero na construção do projeto de pesquisa. Quanto às palavras “geografia urbana” e “urbano”, era vislumbrado o campo de reflexão que interessa a esta pesquisa, que é o espaço urbano e a reprodução da vida de mulheres negras.

Localizados alguns trabalhos, foi necessário filtrá-los. Primeiro, captar somente teses e dissertações que estivessem vinculadas a algum programa de pós-graduação em geografia. Segundo, realizar leitura flutuante ou leitura somente do resumo para avaliar se caberia na sistematização. Terceiro, os trabalhos escolhidos foram organizados em tabela *Excel* com título, nome da autora, do autor ou dos autores, instituição da autora ou do autor (ou da/do primeira/o autora/or), ano e tipo (tese, dissertação, artigo ou livro). Essa sistematização está apresentada nas **Tabelas 2, 3, 4 e 5**.

Em seguida, localizado como passo dois, foram revisados os trabalhos de Cirqueira e Corrêa (2014) e Santos (2020) que já fizeram essa busca, mas relacionado somente às teses e dissertações. Dessas duas leituras foram retiradas as reflexões, as

concordâncias e discordâncias entre ambos, e a progressão do número e características dos trabalhos levantados (tema, abordagem, instituição de vínculo, orientação, região do Brasil). Assim, foi possível orientar a busca e perceber quais as ausências e presenças contidas nos seus relatos que fizeram levantar os questionamentos apresentados nesta dissertação. A seguir os trabalhos encontrados estão apresentados de acordo com cada plataforma online.

Tabela 2- Catálogo da capes de teses e dissertações (CTD/CAPES)

| | TÍTULO | AUTOR/AUTORA(ES) | INSTITUIÇÃO DO PRIMEIRO AUTOR/AUTORA | ANO | TIPO |
|---|--|--|--|------------|---------------------|
| 1 | Geo-Grafias Insurgentes: Corpo e espaço nos romances Ponciá Vicêncio e Becos da Memória de Conceição Evaristo | Ana Maria Martins Queiroz | Universidade Federal de Goiás | 2017 | Tese |
| 2 | O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal, segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro | Andrelino de Oliveira Campos | Universidade Federal do Rio de Janeiro | 2006 | Tese |
| 3 | As mulheres da cidade d'oxum: relações de gênero, raça e classe e organização espacial do movimento de bairro em Salvador. | Antônia dos Santos Garcia | Universidade Federal da Bahia | 2001 | Dissertação e Livro |
| 4 | Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d'oxum, Rio de Janeiro, cidade de ogum | Antônia dos Santos Garcia | Universidade Federal da Bahia | 2009 | Livro |
| 5 | Um diálogo entre espaço e corpo | Camila Nunes Xavier | Universidade Federal da Bahia | 2007 | Dissertação |
| 6 | Espaço urbano e afrodescendência: estudos da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas | Henrique Antunes Cunha Júnior, Maria Estela Rocha Ramos, Antônia dos Santos Garcia | Universidade Federal do Ceará | 2007 | Livro |
| 7 | Por uma geografia das relações raciais: o racismo na cidade do Rio de Janeiro | Denilson Araújo de Oliveira | Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro | 2011 | Tese |

| | | | | | |
|----|--|---------------------------|--|------|-------------|
| 8 | Inscrições da racialidade na geografia brasileira (1890-1930) | Diogo Marçal Cirqueira | Universidade Federal Fluminense | 2015 | Tese |
| 9 | Corpos negros femininos em movimento: trajetórias socioespaciais de professoras negras em escolas públicas | Lorena Francisco de Souza | Universidade Federal de Goiás | 2007 | Dissertação |
| 10 | Terra, raça, classe e estratégia: uma articulação pelo campo da geografia cultura | Raumi Joaquim de Souza | Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho | 2017 | Dissertação |
| 11 | Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista à geografia urbana | Sônia Alves Calió | Universidade de São Paulo | 1991 | Tese |

Tabela 3 - Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (BDTD)

| | TÍTULO | AUTOR/AUTORA(ES) | INSTITUIÇÃO DO PRIMEIRO AUTOR/AUTORA | ANO | TIPO |
|----|--|---|---|------------|-------------|
| 12 | Corporeidade, cultura e territorialidades negras: a Congada em Catalão Goiás | Ana Paula Costa Rodrigues | Universidade Federal de Goiás | 2008 | Dissertação |
| 13 | Geografia e relações raciais: desigualdades sócio-espaciais em preto e branco | Antônio Carlos Malachias | Universidade de São Paulo | 2006 | Dissertação |
| 14 | Diferenciação e segregação racial em Goiânia: representação cartográfica dos dados de cor ou raça e renda (IBGE, 2010) | Daniilo Ferreira Cardoso | Universidade Federal de Goiás | 2014 | Dissertação |
| 15 | Trabalho docente de mulheres em Goiânia-GO | Daisy Luzia do Nascimento Silva Caetano | Universidade Federal de Goiás | 2014 | Dissertação |
| 16 | Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio: a agenda das políticas públicas em disputa | Everaldo Santos Melazzo | Universidade Estadual Paulista (UNESP) | 2006 | Tese |
| 17 | Som de Valente: bailes negros em São Paulo | Igor Santos Valvassori | Universidade de São Paulo | 2018 | Dissertação |
| 18 | Urbanização corporativa vista pelo avesso: periferização, interseccionalidade e lugar – uma análise a partir das ocupações de terras urbanas | Helena Rizzatti | Universidade Estadual de Campinas | 2020 | Tese |
| 19 | Movimento negro e relações raciais no espaço acadêmico: trajetórias socioespaciais de estudantes negros e negras na Universidade Federal de Goiás. | Mariza Fernandes dos Santos | Universidade Federal de Goiás | 2016 | Dissertação |

| | | | | | |
|----|---|---------------------------------|--------------------------------------|------|-------------|
| 20 | Feminismo negro e produção do espaço: as ocupações urbanas em uma abordagem interseccional-espacial | Natália Alves da Silva* | Universidade Federal de Minas Gerais | 2018 | Dissertação |
| 21 | Geografia, gênero e contra-espaço: mulheres no assentamento Serra Dourada – Goiás/GO - Brasil | Natalia Lucas Mesquita | Universidade Federal de Goiás | 2016 | Dissertação |
| 22 | Corpos em drama, lugares em trama: gênero, negritude e ficção política nos congados de São Benedito (Minas Novas) e São José do Triunfo (Viçosa) - MG | Patrício Pereira Alves de Sousa | Universidade Federal de Minas Gerais | 2011 | Dissertação |
| 23 | De casa para outras casas: trajetórias socioespaciais de trabalhadoras domésticas residentes em Aparecida de Goiânia e trabalhadoras em Goiânia | Renata Batista Lopes | Universidade Federal de Goiás | 2008 | Dissertação |
| 24 | São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia | Stella Zagatto Paterniani* | Universidade de Brasília | 2019 | Tese |
| 25 | Trabalho doméstico: avanços e desafios no início do século XXI para as empregadas domésticas na cidade de Catalão - Goiás | Sueley Luana da Silva | Universidade Federal de Goiás | 2016 | Dissertação |
| 26 | A cidade das mulheres feministas: uma cartografia de Goiânia em perspectiva interseccional e da diferença | Talita Cabral Machado | Universidade Federal de Goiás | 2016 | Tese |

* Trabalhos vinculados a outros programas de pós-graduação, que não sejam em geografia.

Tabela 4 - Scientific Eletronic Library Online (SciELO)

| | TÍTULO | AUTOR/AUTORA(ES) | INSTITUIÇÃO DO PRIMEIRO AUTOR/AUTORA | ANO | TIPO |
|----|---|-------------------------|---|------------|-------------|
| 27 | Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia | Diana Helene* | Universidade do Grande Rio | 2019 | Artigo |
| 28 | Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro | João H. Costa Vargas* | University of Texas | 2005 | Artigo |

* Autores de outras áreas do conhecimento

Tabela 5 - Google Scholar

| | TÍTULO | AUTOR/AUTORA(ES) | INSTITUIÇÃO DO PRIMEIRO AUTOR/AUTORA | ANO | TIPO |
|----|--|--|---|------------|-------------|
| 29 | Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras | Alecsandro J. P. Ratts | Universidade Federal de Goiás | 2003 | Artigo |
| 30 | Uma discussão sobre gênero e acesso ao espaço urbano: o paradoxo da participação política cívica e da participação no estado | Almir Nabozny | Universidade Estadual de Ponta Grossa | 2006 | Artigo |
| 31 | As mulheres nos movimentos sociais de moradia: a cidade sob uma perspectiva de gênero | Amanda Paulista de Souza* | Universidade de São Paulo | 2013 | Artigo |
| 32 | Cidade segura para as mulheres: o direito à cidade da mulher e a ocupação dos espaços públicos | Ana Camila Andrade de Almeida* | Universidade Federal de Pernambuco | 2018 | Monografia |
| 33 | A Expulsão das Prostitutas do “Prédio da Caixa” na Cidade de Niterói: um estudo sobre a produção do espaço urbano e das relações de gênero e sexualidade | Ana Carolina Brito Brandão* | Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro | 2015 | Dissertação |
| 34 | Contradições na cidade negra: Relações de gênero, raça, classe, desigualdades E territorialidade | Antônia dos Santos Garcia | Universidade Federal da Bahia | 2012 | Artigo |
| 35 | O Rio que queremos: propostas para uma cidade inclusiva. CAPÍTULO 8: Fronteiras (in)visíveis: raça, gênero e os limites do direito à cidade | Carolina Rocha, Márcia Rangel Candido e Verônica Toste Daflon* | Universidade Federal Fluminense. Universidade do Estado do Rio de Janeiro | 2016 | Livro |

| | | | | | |
|----|---|---|---|------|-------------------|
| 36 | O Direito à Cidade e a Mulher Negra | Cristine Jaques Ribeiro, Carla Silva de Avila* | Universidade Católica de Pelotas | 2019 | Artigo |
| 37 | As mulheres no espaço urbano brasileiro: o direito à cidade como alternativa a um cenário de violações de direitos humanos | Enzo Bello, Larissa Beleza* | Universidade Federal Fluminense | 2019 | Artigo |
| 38 | Fala Preta!: mulheres negras no espaço urbano - origem e memória -1997 a 2007 | Elza da Silva Carlos* | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo | 2009 | Dissertação |
| 39 | Como o planejamento urbano tem falhado em assegurar o direito | Jéssica Andrade, Sandra Nunes | Faculdade de Ciências Humanas – ESUDA | 2020 | Artigo |
| 40 | Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano | Joseli Maria Silva | Universidade Estadual de Ponta Grossa | 2007 | Artigo |
| 41 | Espaço urbano, poder e gênero: uma análise da vivência travesti | Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat | Universidade Estadual de Ponta Grossa | 2010 | Artigo |
| 42 | A mulher na cidade - uma proposta metodológica para a análise do espaço urbano sob a perspectiva do movimento de mulheres na cidade de Salvador | Júlia Garcia de Souza da Silva | Universidade Federal da Bahia | 2019 | Artigo |
| 43 | Raça e gênero sob uma perspectiva geográfica: espaço e representação | Lorena Francisco de Souza, Alecsandro José Prudêncio Ratts | Universidade Federal de Goiás | 2008 | Artigo |
| 44 | Mulher negra, espacialidade e representações: dimensões raciais e de gênero na ciência geográfica | Lorena Francisco de Souza e Alecsandro José Prudêncio Ratts | Universidade Federal de Goiás | 2013 | Artigo |
| 45 | Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres | Márcia dos Santos Macedo* | Universidade Católica de Salvador | 2002 | Capítulo de livro |

| | | | | | |
|----|--|--------------------------------------|--|------|-------------|
| 46 | Sobre o espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista | Marcio Jose Ornat | Universidade Federal do Rio de Janeiro | 2008 | Artigo |
| 47 | População negra e o direito à cidade: interfaces sobre raça e espaço urbano no Brasil | Mariana Panta* | Universidade Estadual Paulista | 2019 | Artigo |
| 48 | O direito à cidade e a mobilidade de mulheres: as potencialidades e as críticas às políticas de transporte exclusivo | Mariana Imbelloni Braga Albuquerque* | Pontífica Universidade do Rio de Janeiro | 2007 | Artigo |
| 49 | Maceió e o direito à cidade: reflexões sobre racismo, patriarcado e planejamento urbano | Mayara Almeida de Paula* | Universidade Federal de Alagoas | 2019 | Dissertação |
| 50 | "A vida em que vivemos": raça, gênero e modernidade em São Gonçalo | Osmundo de Araújo Pinho* | Universidade Estadual de Campinas | 2006 | Artigo |
| 51 | Raça e cidade: a produção do espaço urbano sob a ótica das relações raciais na cidade do Rio de Janeiro, século XIX | Paula Fernandes da Silva | Universidade Federal Fluminense | 2019 | Artigo |
| 52 | Mulheres no espaço urbano de Sorocaba-SP: movimentos de mulheres e a construção de suas territorialidades | Renata Nunes | Universidade Federal de São Carlos | 2019 | Dissertação |
| 53 | Uma Análise das Desigualdades de Gênero em Favelas do Rio de Janeiro: Perspectiva do Reconhecimento para o Urbanismo | Rossana Brandão Tavares* | Universidade Federal do Rio de Janeiro | 2012 | Artigo |
| 54 | A territorialidade do corpo negro na USP | Tuwile Jorge Kin Braga | Universidade de São Paulo | 2019 | Dissertação |

* Autores vinculados à outras áreas do conhecimento

Diante do exposto, algumas considerações podem ser feitas. A primeira é quanto à metodologia. Assim como em Cirqueira e Correa (2014) e Santos (2020), nos foram

apresentados trabalhos com diversas temáticas, e, dentre eles, alguns tinham como temática a religião e territórios quilombolas, centrando a discussão ao redor da cultura. Alguns versavam sobre violência e discutiam mais o campo dos direitos básicos, outros focavam o recorte espacial no meio rural e, portanto, ao divergir do campo de análise aqui proposto do espaço urbano, esses trabalhos foram excluídos das listas.

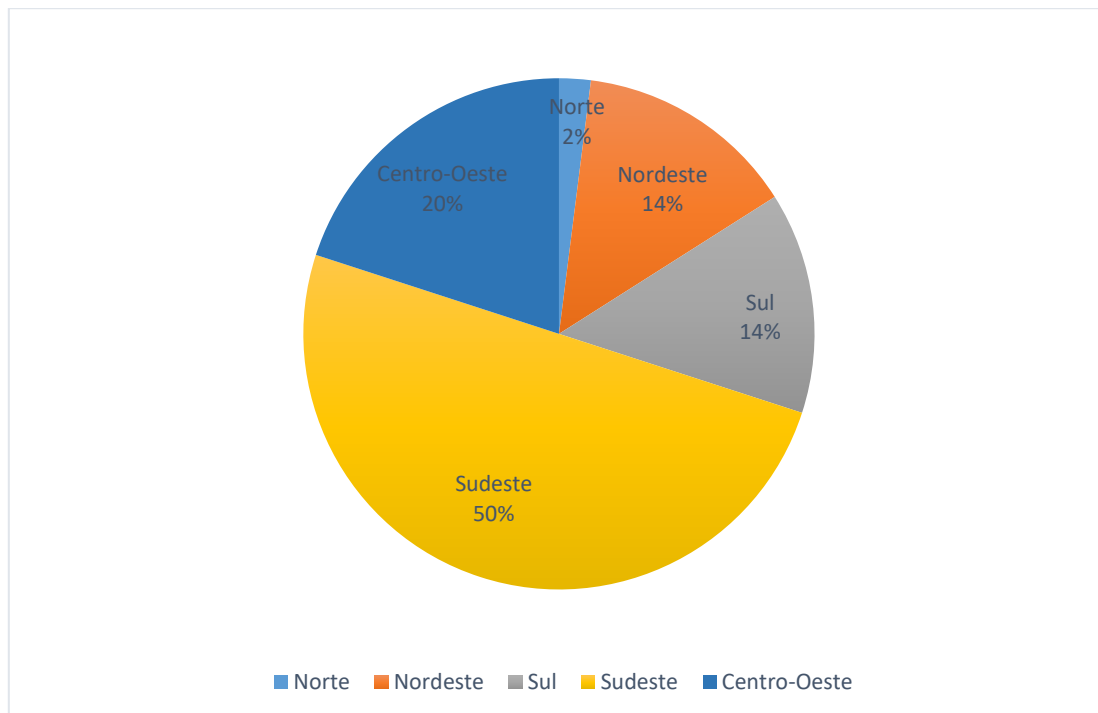
O segundo ponto foi a grande presença de trabalhos que tratavam da mulher no geral face aos poucos trabalhos que tratavam de raça, o que pode ser um indicativo da invisibilidade da questão racial ainda na ciência brasileira ou mesmo da carência de trabalhos que discutam ambas as categorias juntas.

Outro ponto que nos chamou atenção foi a quantidade de produções sobre gênero, raça e espaço urbano fora da geografia. Dessa constatação podemos observar o número de trabalhos realizados em disciplinas como direito, sociologia urbana e até história, nos quais o espaço é de alguma forma colocado em debate com outras perspectivas, como podemos ver nos trabalhos assinalados com asterisco nas tabelas.

Cirqueira e Corrêa (2014) levantam o argumento de que apesar de as plataformas digitais cumprirem a função de popularizar os trabalhos acadêmicos, os programas de pós-graduação em geografia ainda não estão totalmente comprometidos com a indexação e não são tão articulados quanto ao compartilhamento de trabalhos entre as pós-graduações no Brasil. Os autores sugerem uma rede nacional de troca da pós-graduação em geografia considerando urgentemente a descentralização do eixo Sudeste (CIRQUEIRA e CORRÊA, 2014).

Voltados para a busca com foco em teses e dissertações de programas de pós-graduação com a temática racial e com as metodologias de busca nas plataformas, Cirqueira e Corrêa (2014) e Santos (2020), evidenciaram também a concentração de produções por região. Um exemplo é a pesquisa de Santos (2020), que apresenta, conforme **Gráfico 1**, a divisão regional brasileira das produções de mestrado e doutorado em geografia sobre questão racial.

Gráfico 1-Teses e dissertações que abordam a questão racial com foco na população negra na Geografia no Brasil, por região, defendidas entre 1987 e 2018.



Fonte: SANTOS (2020)

Delas, a autora chama a atenção para a pouca produção da região Norte⁵ em comparação com as demais e confirma a análise de Cirqueira e Corrêa (2014) de que esse fator se dá pelo grande número de programas de pós-graduação em universidades da região Sudeste. A autora também destaca o fato de a Universidade Federal Fluminense e a Universidade de São Paulo terem sido dois polos regionais de emergência do Movimento Negro Unificado na década de 1970 e que isso de fato influencia na tradição de debates acerca do tema.

Quanto à concentração de produções, chama a atenção o grande número de trabalhos orientados por Alecsando José Prudêncio Ratts, professor da Universidade

⁵ A respeito disso, devem ser observados outros fatores que interferem na ausência/presença do debate na região. O Amazonas por exemplo, mas especificadamente a região da Floresta Amazônica, tem forte presença da cultura indígena divididos em seis troncos linguísticos (Tupi, Aruaque, Tukano, Jê, Karib e Pano) (VIERIA, 2018) e é justamente pela forte presença cultural indígena que a fotógrafa Marcela Bonfim se questionou sobre a contribuição negra nessa região. Por não ser algo largamente difundido, Marcela lançou seu projeto de ensaio fotográfico intitulado *(Re) conhecendo a Amazônia Negra: povos, costumes e influências negras na floresta*, para explorar e conhecer mais sobre mulheres e homens negros e sua relação com a produção de um “espaço amazônico”.

Federal de Goiás. Mais conhecido como Alex Ratts, coordena o Laboratório de Estudos de gênero, étnico-raciais e espacialidade (LaGENTE-UFG) e foi orientando do professor Antônio Carlos Robert Moraes, que foi um geógrafo preocupado com a epistemologia e o método em geografia, e pode ter contribuído para a formação de professores que também se preocupam em questionar as perspectivas dessa área do conhecimento.

Os modos de se pensar geograficamente são recorrentemente questionados (como será argumentado no capítulo 2), ganhando força principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970 com toda movimentação política mundial e quebra de paradigmas. Mas, além disso, a inserção de temas que reivindicam a justiça socioespacial pode ter relação com o aumento do número de mulheres, pessoas negras, indígenas e povos tradicionais no ensino superior no Brasil (CALDWELL, 2010; SANTOS, 2020), isso em virtude também de políticas públicas de inserção desses grupos nas universidades públicas e particulares, como as ações afirmativas. Kia Caldwell (2010), por exemplo, credita o aumento da produção de trabalhos que abordam os problemas da vida de mulheres negras no Brasil à entrada de mais delas em cursos de graduação e pós-graduação.

Entretanto, segundo a autora, esse debate ainda se faz lento dentro do meio acadêmico brasileiro em comparação a outros países, como os Estados Unidos. Confirmando nossa observação realizada a partir das tabelas apresentadas, Caldwell (2001, p. 220) também argumenta que no Brasil a teoria feminista foi bem mais difundida na academia, mas não conseguiu abranger as teorias raciais e, diante disso, o panorama de estudos sobre as condições das mulheres negras andou a passos lentos, enquanto textos já consolidados de autoras negras norte-americanas não eram traduzidos para o português.

A assertiva de Caldwell (2001, p. 221) sobre as falhas no campo de estudos sobre a mulher no Brasil em significar a vivência através da raça e do gênero na vida tanto de mulheres negras como de mulheres brancas demonstra que, pela falta de integração entre essas categorias, a experimentação do vivido de afro-brasileiras raramente tem sido explorada. Todavia, entendemos que a temática da pesquisa não deve ser somente ligada à subjetividade da pesquisadora, visto que a realidade concreta apresenta as condições de argumentação.

Dão-se créditos também aos desdobramentos da disputa das ideias e dos espaços pelos grupos feministas e pelo movimento negro brasileiro, que, através do estabelecimento das agendas do racismo, enunciaram o campo aberto de lutas sociais na geografia brasileira. Lélia González, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento e Luiza Barros

foram alguns nomes que ganharam cenário nas reflexões sobre a vida das mulheres negras e oferecem contribuições que podem prolongar e enriquecer o debate geográfico.

Dentre os trabalhos levantados e apresentados nas tabelas, alguns nos chamam atenção pelo conteúdo abordado que vai ao encontro com o tema desta dissertação e dialogam com tais autoras e demais. A dissertação intitulada *Feminismo negro e produção do espaço: as ocupações urbanas em uma abordagem interseccional* (2018), de Natália Alves da Silva, apesar de ser na arquitetura e urbanismo, é o que mais se aproxima ao tema e ao recorte do espaço urbano.

O objetivo de Silva (2018) foi discutir o espaço, a partir da interseccionalidade, em duas ocupações urbanas de Belo Horizonte: Rosa Leão e Izidora. A autora explica que o método foi construído no desenrolar do percurso da pesquisa a partir da interação com as mulheres individualmente e em rodas de conversas em grupo. Percebemos como esse trabalho apostou na potencialidade da leitura das mulheres negras sobre a sociedade e sobre a cidade, e como a autora trabalhou a narrativa dessas mulheres como construção teórica possível. Para a construção da pesquisa, Silva (2018) adota o conceito de espaço relativo segundo a geógrafa Doreen Massey, que critica a ideia de um espaço fechado e acabado.

Massey (2005) sugere que o espaço deva ser pensando em três dimensões. Primeiro, o espaço é encontro, é o produto de inter-relações, que vão da imensidão do global ao infinitamente minúsculo. Segundo, o espaço é multiplicidade, a coexistência de trajetórias distintas, heterogeneidade. Sem espaço, sem multiplicidade; sem multiplicidade, sem espaço. Terceiro, o espaço está sempre em construção. Sendo o produto de relações que são práticas materiais a serem realizadas, o espaço está sempre em processo de ser feito (SILVA, 2018, p. 106).

Silva passa pelas tramas da pesquisa utilizando autoras e autores que convergem com uma geografia colocada como feminista, que clama a construção de uma ciência que não é neutra e que, portanto, é situada. A autora tenta abordar noções teóricas principalmente de mulheres como Gonzalez, Chandra Mohanty, Djamila Ribeiro e as geógrafas Donna Haraway e Doreen Massey, na perspectiva de que o conhecimento é disputa e que a escolha epistemológica diz muito sobre o que se propõe às leituras.

Junto ao espaço geográfico, a interseccionalidade como forma de análise tem sido adotada com frequência nos estudos espaciais. Difundida pela professora de teoria crítica da raça Kimberlé Crenshaw – principalmente no meio jurídico – foi utilizada por outras áreas do conhecimento para mostrar a transversalidade de classe, raça e gênero. Segundo a análise interseccional, essas três categorias não se hierarquizam, mas se cruzam e se

informam como se fossem avenidas, nas quais cada uma seria um tipo de categoria de análise e por fim essas avenidas se cruzariam e se cortariam umas nas outras, segundo o raciocínio analítico da autora.

Assim, o objetivo da análise interseccional é evitar que qualquer corpo fique fora do debate, de forma que consiga abarcar os eixos estruturantes de opressão, não como uma teoria, mas como “conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177). A forma como essa ferramenta metodológica foi sistematizada vem desde as manifestações do coletivo feminista negro Combahee River⁶ (1974-1980) que já se preocupava com os corpos não abarcados pelos movimentos emancipatórios, como o feminismo tido como branco, através da tradição argumentativa de mulheres afro-americanas que entendiam a relação entre sua identidade sexual e racial.

Já desenvolvendo sua tese também aliada à perspectiva interseccional para pensar a cidade de Goiânia, Talita Cabral Machado percebeu como a formação e a valorização de identidades (como de gênero e raça) fazem com que os sujeitos demandem a espacialização de suas lutas e a ocupação da cidade. Seu objetivo na pesquisa intitulada *A cidade das mulheres feministas: uma cartografia de Goiânia em perspectiva interseccional e da diferença* (2016) foi compreender a apropriação do espaço a partir de mulheres negras militantes de várias idades, orientações sexuais, acadêmicas ou não, sob a hipótese de que a abordagem interseccional e da diferença podem ser ótimas ferramentas de análise do espaço, pois as relações entre mulheres e homens com os lugares são diferenciadas. Essa diferenciação se refere à crítica à visão do espaço como fechado e imutável, feita por Massey (2007), diferença esta que, por Machado (2016), é posta como uma marca da corporeidade, das memórias e das tradições.

Para alcançar o objetivo da tese, Machado (2016) levantou os grupos e coletivos de mulheres, foi a esses lugares para conhecê-los e explorou os espaços percorridos por elas. A partir disso, a ela foram apontadas as possíveis lideranças femininas pelas próprias membras dos grupos, e com essas lideranças feministas foram realizadas conversas e entrevistas semiestruturadas.

⁶ O nome Combahee River é em homenagem ao Combahee River Raid (1863), um ataque através do Rio Combahee (Carolina do Sul, Estados Unidos) contra as fazendas dos confederados liderado pela ex-escrava Harriet Tubman, que ajudou a libertar negros escravizados. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/harriet-tubman/> Acesso em: 30 set. 2020.

Sobre essa metodologia, Giovana Xavier aponta a necessidade de romper com a ideia da “mulher negra como objeto de pesquisa” (XAVIER, 2019, p. 180) e propõe justamente que elas contem sua própria história, seu fluxo, suas dinâmicas e seu lugar. Ademais, Machado utiliza autoras como Patrícia Hill Collins, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Avtar Brah, Linda McDowell, Gillian Rose, Gill Valentine e Maria Rodó-de-Zárate para dar corpo teórico ao trabalho.

Ana Maria Martins Queiroz realizou sua tese com o nome *Geo-grafias insurgentes: corpo e espaço nos romances Ponciá Vivêncio e Becos de memória de Conceição Evaristo* (2017) sob a justificativa de que:

As dificuldades de se apreender as inscrições de gênero e raça no espaço em um contexto no qual tais temáticas são abordadas sob uma perspectiva, essencialmente eurocêntrica, têm direcionado geógrafos e geógrafas a uma busca pela ressignificação dos modos de se pensar os processos envolvidos na produção do espaço (QUEIROZ, 2017, p. 15).

Isto é, a tese de Queiroz se autodeclara como mais uma tentativa de ultrapassar os moldes epistemológicos que a autora considera ser de sujeitos únicos, deixando à margem as outras geografias possíveis. O objetivo de sua pesquisa é analisar a intersecção de raça e gênero no espaço urbano a partir de dois livros da escritora brasileira Conceição Evaristo: *Ponciá Vivêncio* (2003) e *Becos de memória* (2006).

Ponciá Vivêncio narra a história de uma mulher negra que dá nome ao livro e sua família no interior do Brasil. O livro apresenta as tramas da vida de uma família envolta pelo histórico de serem netos e filhos de ex-escravos e de ansiarem por uma outra vida na cidade grande, destino final dos três principais personagens. Já *Becos de memória* é uma obra prosa que narra, de maneira não linear, várias histórias de diferentes pessoas excluídas socialmente em uma favela brasileira.

Dentre os personagens que dão vida às histórias há meninas e meninos negros, prostitutas, alcólatras, mendigos e simplesmente “favelados”. A obra apresenta tons de dramaticidade que conseguem transpor ao leitor as tensões cotidianas desse grupo que tem seus lugares marcados pela marginalidade e pela exclusão. Espacialidade materializada ora nos barracos e nos becos da favela, ora em delegacias, festas de rua e campo de futebol, a história monta um cenário urbano do final do século XX, mas que permanece até os dias atuais e explana qual a cor das favelas brasileiras.

Para a discussão das espacialidades nos livros citados, Queiroz propõe a noção de geo-grafias para alcançar as escritas espaciais de sujeitos tidos como subalternos, se referindo a um fazer geografia a partir de outras perspectivas do vivido. Para isso, a autora

compreende ser indispensável a questão do corpo e da corporeidade uma vez que é por ele que se afirmam identidades e signos percebidos por todas as formas possíveis de hierarquia.

Protagonista de tantas situações vivenciadas por nós no cotidiano, o corpo, visto, interpretado, configura-se como um elemento definidor do nosso estar no mundo e da nossa relação com o espaço, seja nos lugares que frequentamos ou naqueles nos quais não podemos nos fazer presentes devido a alguma interdição social, por exemplo (QUEIROZ, 2017, p. 70).

A autora utiliza referências como Michael Foucault para relacionar as práticas discursivas ao corpo e como existe uma relação de poder que estabelece formas de controle desse corpo. Além dele, também são utilizadas as ideias de Michelle Perrot e Marcel Mauss para mostrar a história do corpo (principalmente feminino) e das técnicas de práticas corporais que são adquiridas de acordo com a sociedade como construções sociais e que, portanto, essas práticas não são próprias dos homens e das mulheres.

Para ligar o estudo do corpo ao espaço, além de conseguir articular geografia com literatura romanesca, Queiroz recorre a geógrafos como Milton Santos e Lefebvre para pautar a existência de um espaço social que é aberto e volátil, mas toma as noções espaciais de Massey e Linda McDowell como principais para esculpir a estrutura argumentativa do trabalho através da leitura de um espaço relativo e de uma perspectiva geográfica feminista.

Lorena Francisco de Souza, que tem publicado trabalhos que abordam a intersecção de raça, gênero e classe, experimentou a escrita do artigo junto ao professor Ratts para refletir sobre essa intersecção e o papel da geografia para a análise espacial. O artigo intitulado *Raça e gênero sob uma perspectiva geográfica: espaço e representação* foi fruto da sua dissertação de mestrado, na qual a autora trabalhou a “espacialidade das práticas cotidianas e a dimensão das relações raciais” (SOUZA; RATTS, 2008, p. 145) de professoras negras em Goiânia, utilizando o sentido de trajetórias de Michel de Certeau, onde mulheres negras percebem o significado do seu cotidiano materializado nos trajetos e espaços que ocupam.

No que tange ao espaço, são utilizadas as noções teóricas de Milton Santos, que considera o espaço como uma construção social que “é responsável pela reprodução da totalidade social, determinada por necessidades sociais, econômicas e políticas” (SOUZA; RATTS, 2008, p. 146). Nesse sentido de espaço enquanto estrutura da sociedade (SANTOS, 2014, p. 45), Souza e Ratts (2008, p. 146) afirmam que a

espacialidade é algo específico de cada grupo e que corresponde à uma identidade da qual o espaço se configura.

Os autores refletem acerca da produção do conhecimento apontando como a construção e validação da ciência carrega consigo a subjetividade masculina, e especialmente branca, e afirmam haver diferenças na forma de conceber o mundo, sendo necessário considerá-las quando analisadas as dimensões políticas, econômicas, culturais e sociais. Segundo Souza e Ratts:

No que concerne à investigação científica diante do ser mulher negra a partir dos estudos voltados à raça/etnia e gênero, verifica-se que há uma identidade que vem sendo reprimida ou camuflada ao longo dos tempos, como se fosse inútil firmar-se como mulher numa realidade social que garanta o homem, sobretudo o homem branco, como detentor do poder, do conhecimento e ator hegemônico das mudanças vividas pela sociedade em geral, tanto em nível político, social, como também cultural” (SOUZA; RATTTS, 2008, p. 147)

Para conseguir adentrar nas especificidades da reprodução da vida de mulheres negras, elenca-se o conceito de cotidiano pensando que o “espaço é a matéria trabalhada por excelência” (SANTOS, 2014, p. 34). Segundo Milton Santos (2014), existem elementos passivos no cotidiano como a casa, lugar de trabalho, os lugares de encontro e os caminhos, que condicionam as práticas sociais e, portanto, espaciais.

Sobre os confrontos e desafios de abordagem, Souza e Rattz (2008) consideram que a geografia conseguiu sair do seu ponto descritivo da relação Homem/Natureza para adentrar o campo dos estudos culturais, comportamentais e de percepção. A geografia humanista, especialmente com outras visões filosóficas como a fenomenologia e a transdisciplinaridade entre cotidiano, arte e identidade, fez com que a cultura e seus referenciais pudessem ser trabalhados e questionados, assim como Souza e Ratts questionam a cultura nacional como sendo baseada “em um referencial patriarcal, sexista e racista, que propaga uma dita inferioridade ou vulnerabilidade da mulher com relação ao homem” (SOUZA; RATTTS, 2008, p.148). Além disso, essa abordagem prioriza categorias como paisagem, região e lugar, entendendo “a subjetividade, as interações, os sentidos e a experiência” como fundamentais para conceber o mundo real (SOUZA; RATTTS, 2008, p. 152).

Como pode ser observado, os trabalhos levantados adotam abordagens e noções teóricas e conceituais de perspectivas apontadas como pós-modernas, pós-estruturalistas, decoloniais e fenomenológicas, justamente porque essas perspectivas buscam denunciar a falsa neutralidade das ciências e a universalização de sujeitos. Esses trabalhos adentram

na esfera da subjetividade para tornar visível a existência de corpos, e não de um corpo de uma episteme masculina, branca e eurocêntrica (LONGHURST, 1995, p. 98). Esse caráter reflete os caminhos pelos quais a geografia urbana brasileira vai encontrando meios para reivindicar existências outras no espaço urbano, tendo em vista a estruturação socioespacial do país.

O uso dessas perspectivas também mostra o movimento de interesse das novas teorias do espaço em conseguir entender a complexidade socioespacial e as contradições e conflitos que não desapareceram com o mundo globalizado e capitalista. Isso pois, enquanto acadêmicas e acadêmicos de países considerados de primeiro mundo já têm a discussão sobre os limites e as possibilidades teórico-conceituais bem estruturada nas disputa de ideias, no Brasil, assim como em outros países na periferia do capitalismo, o panorama é outro.

Em terras e dinâmicas brasileiras, ainda se faz necessário afirmar questões básicas, como a existência de diferenciação entre sujeitos pela raça/cor diante do imaginário social construído com base no mito da democracia racial⁷, ou afirmar um país pertencente a um território de identidade latino-americana e, portanto, de uma posição periférica frente aos grandes centros globais.

1.2. O atual projeto político pedagógico da geografia urbana nas universidades públicas brasileiras

Uma hipótese possível para a pouca difusão de pesquisas sobre espaço urbano, raça, gênero e classe no Brasil é a própria formação do corpo discente nos cursos de graduação, em especial a constituição da disciplina de geografia urbana. Em levantamento realizado dos Projetos Político Pedagógicos dos cursos de graduação em geografia no Brasil, podemos perceber como, e com base em que, a disciplina de geografia urbana é construída.

Foram obtidas e analisadas 36 ementas da disciplina organizadas na **Tabela 6**, na qual estão dispostas as universidades e intelectuais usados como referências

⁷ O mito da democracia racial tem suporte na dinâmica de miscigenação ocorrida no Brasil entre negros, brancos e povos indígenas e, por isso, levanta uma suposta tolerância racial da nossa sociedade. Com surgimento no século XX, o mito da democracia racial mascara a desigualdade racial existente no país, uma vez que justifica que todas as pessoas têm nas veias o sangue negro, branco e indígena. Cf. CARNEIRO (2011).

bibliográficas básicas e complementares pelas quais docentes responsáveis pela matéria tendem a se basear.

Tabela 6 - Geografia urbana e suas referências nas universidades públicas brasileiras

| UNIVERSIDADE | REFERÊNCIAS | ANO DA EMENTA |
|---|--|---------------|
| Universidade de São Paulo (USP) | Henri Lefebvre; Ariovaldo Oliveira; Amélia Damiani; Paulo Freire; Lewis Mumford; Maurício Abreu; Otilia Arantes; Carlos Vainer; Aroldo de Azevedo; Giuglo C. Argan; Lucio Kowarick; Ana Fani Alessandri Carlos; Milton Santos; Sandra Lencione; Ester Limonad; Flávio Villaça; Ermínia Maricato; Manuel Castells; David Harvey; Neil Smith; Jorge Barbosa; Leonardo Benevolo; Catherine Bidou-Zachariassen; Nabil Bonduki; Tereza P. Caldeira; Frederic Engels; Odete Seabra; Neil Smith; Maria Adelia Souza; Raquel Rolnik; Paulo Gomes; Jean Lojkini; Juergen Langenbuch; Michel Rochefort; David Slater; Flávio Vilaça; Aníbal Quijano*; Achille Mbembe*; Silvio de Almeida*; Jaime Alves*. | 2022 |
| Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Campus Rio Claro | Henri Lefebvre; Ana, Fani Alessandri Carlos; David Harvey; Maria Adélia Souza; Manuel Castells; Milton Santos; Maria Encarnação Beltrão Sposito; Roberto Lobato Correa; Lana Cavalcanti; Pierre Monbeig; Lewis Mumford; Flávio Villaça; Paul Singer; Arlete Moysés Rodrigues; Jane Jacobs; | 2017 |

| | | |
|--|---|------|
| | Marcelo Lopes Souza; Nídia Nacib Pontuschka; Ariovaldo Umbelino de Oliveira. | |
| Universidade Federal de São Carlos (UFScar) | Ana Fani Alessandri Carlos; Roberto Lobato Correa; David Harvey; Henri Lefebvre; Edward Soja; Maria Encarnação Beltrão Sposito; Marcelo Lopes de Souza; Ariovaldo Umbelino de Oliveira; Carles Carreras. | 2008 |
| Universidade Federal de Uberlândia (UFU) | Celso Lamparelli; Kevin Linch; Roberto Lobato Correa; Henri Lefebvre; Milton Santos; Maria Encarnação Beltrão Sposito; Maria Laura da Silveria; Paul Singer; Beatriz Ribeiro Soares; Manuel Castells; Flávio Villaça. | 2021 |
| Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) | Ana Fani Alessandri Carlos; Lewis Munford; Roberto Lobato Correa; Henri Lefebvre; Milton Santos; Flávio Villaça. | 2018 |
| Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ) | Ana Fani Alessandri Carlos; Henri Lefebvre; Milton Santos; David Harvey. | 2019 |
| Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) | David Clark; Manuel Castells; Roberto Lobato Correa; Pierre George; Milton Santos; Edward Soja; Witold Rybczynski; Magda Adelaide Lombardo; J. John Palen; Lucrecia D'Alessio Ferrara; Jacqueline Beaujeu-Garnier. | 2010 |
| Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) | Manuel Castells; Henri Lefebvre; Roberto Lobato Correa; Milton Santos; Márcio Moraes Valença; Gilene | 2018 |

| | | |
|--|---|------------------------------|
| | Moura Cavalcante; Maria Aparecida de Brito. | |
| Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) | Maurício de Almeida Abreu; Marshall Berman; Adriano Botelho; Teresa Pires do Rio Caldeiro; Sidney Chalhoub; Marilena Chauí; Friedrich Engels; David Harvey; Jane Jacobs; Henri Lefebvre; Sérgio Martins; Lewis Mumford; Marcelo Lopes de Souza; Raquel Rolnik; Margareth Luzia Rogo; Michelle Perrot; Edward Palmer Thompson; Carlos Vainer; Ellen Meiksins Wood. | 2018 |
| Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) | Maurício de Abreu; Roberto Lobato Correa; Ana Fani Alessandri Carlos; David Harvey. | Sem data (Acesso em 2022) |
| Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) | Harold Carter; Horácio Capel; Manuel Castells; Roberto Lobato Correa; Peter Hall; David Harvey; Milton Santos; Henri Lefebvre; Jane Jacobs; Lewis Mumford. | Sem data (Acesso em 2022) |
| Universidade Federal de Goiás (UFG) | Ana Fani Alessandri Carlos; Mark Gottinder; Peter Hall; Marcelo Lopes de Souza; Milton Santos; Jane Jacobs. | 2015 |
| Universidade Estadual de Goiás (UEG) | Lana Cavalcanti; Marcelo Lopes de Souza; João Batista de Deus. | 2015 |
| Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) | Lewis Mumford; Paulo Cesar Xavier Pereira; Mike Davis; Ermínia Maricato; Karl Marx; David Harvey; Carlos T. Campos Junior; | 2019 |
| Universidade Federal de Pelotas (UFPel) | Teresa Barata Salgueiro; Jacqueline Beaujeu-Garnier; Cândido Malta Campos Filho; Ana Fani Alessandri | Sem data (Acesso em 2022) |

| | | |
|---|---|------|
| | Carlos; Harold Carter; Manuel Castells; David Clark; Henri Lefebvre; Sidney Gonçalves Vieira; Paul Singer; Eliana Simonetti; Milton Santos; Antônio Carlos Robert Moraes; Armen Marmigonian; Estér Gutierrez*. | |
| Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) | Ana Fani Alessandri Carlos; Silvana Pintaudi; Pedro de Almeida Vasconcelos; Roberto Lobato Correa; David Harvey; Henri Lefebvre; Milton Santos; Marcelo Lopes de Souza. | 2019 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | Jan Ghel; Ana Fani Alessandri Carlos; François Choay; Roberto Damata; Peter Hall; David Harvey; Henri Lefebvre; Milton Santos. | 2018 |
| Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | Roberto Lobato Correa; Milton Santos; Marcelo Lopes de Souza; Maria Encarnação Beltrão Sposito; Leonardo Benévolo; Rodrigo Giraldi Cocco; Friedrich Engels; Pierre George; Mark Gottdiener; Raymond Guglielmo; Henri Lefebvre; Armen Mamigonian; Pierre Monbeig; Victor Peluso Junior; Michel Rochefort; Raquel Rolnik; Márcio Rogério Silveira; Maria Adélia Souza; Flávia Villaça; Pedro de Almeida Vasconcelos; Paul Singer. | 2022 |
| Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) | Ana Fani Alessandri Carlos; Gilda A. Cassilla; Simone A. Cassilla; Fábio Betioli Contel; Maria Encarnação Beltrão Sposito; Roberto Lobato Correa;; Henri Lefebvre; Milton Santos; David Harvey; Lucas Konzen; | 2019 |

| | | |
|---|---|------------------------------|
| | Maria Laura Silveira; João Sette; Edward Soja. | |
| Universidade Federal da Bahia (UFBA) | Ana Fani Alessandri Carlos; Roberto Lobato Correa; David Clark; Milton Santos; Henri Lefebvre; Lewis Munford. | 2013 |
| Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) | Maria Encarnação Beltrão Sposito; Roberto Lobato Correa; Rosicler Martins Rodrigues; Milton Santos; Raquel Rolnik; Arlete Moysés Rodrigues; Ana Fani Alessandri Carlos; Pierre George; David Clark. | Sem data (Acesso em 2022) |
| Universidade Federal do Ceará (UFC) | Maria Clélia Lustosa Costa; Sandra Lencioni; Marcelo Lopes de Souza; David Harvey; Pedro de Almeida Vasconcelos; Roberto Lobato Correa; Alexandre Queiroz Pereira; Ana Fani Alessandri Carlos; Henri Lefebvre; Maria Encarnação Beltrão Sposito; Eustáquio Wanderley Correia Dantas; Maria Elisa Zanella; José Borzacchiolo da Silva. | 2019 |
| Universidade Federal da Paraíba (UFPB) | Maria Encarnação Beltrão Sposito; Arlete Moysés Rodrigues; Roberto Lobato Correa; Milton Santos; Marcelo Lopes de Souza. | 2016 |
| Universidade de Pernambuco (UPE) | Manuel Castells; Roberto Lobato Correa; Lewis Munford; Arlete Moysés Rodrigues; Milton Santos; Henri Acselrad; Maria Encarnação Beltrão Sposito; Maria Adélia Aparecida de Souza. | 2014 |

| | | |
|--|--|------|
| Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) | Henri Lefebvre; Maria Encarnação Beltrão Sposito; Ana Fani Alessandri Carlos; Roberto Lobato Correa; Iná Elias de Castro; Maria Flora Gonçalves; Arlete Moysés Rodrigues; Jussara M. Silva; Maria L. M. Araújo. | 2017 |
| Universidade Federal de Alagoas (UFAL) | David Harvey; Roberto Lobato Corrêa; Milton Santos; Denise Elias; Maria Encarnação Beltrão Sposito; Eliseu Sposito; Paul Singer; Flávio Villaça. | 2018 |
| Universidade Federal do Piauí (UFPI) | Maria Encarnação Beltrão Sposito; Ana Fani Alessandri Carlos; Milton Santos; Marcelo Lopes de Souza; Arlete Moysés Rodrigues; Raquel Rolnik. | 2018 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) | Roberto Lobato Correa; Maria Encarnação Beltrão Sposito; Flávio Villaça; Milton Santos; Marcelo Lopes de Souza; Cláudio, Jorge Moura de Astilho. | 2019 |
| Universidade Federal de Rondônia (UNIR) | Roberto Lobato Correa; Ana Fani Alessandri Carlos; David Harvey; Milton Santos; Claude Raffestin; Angelo Serpa; Saint-Clair Trindade Júnior; José Rivair de Macedo; Henri Acselrad. | 2013 |
| Universidade Federal do Amapá (Unifap) | Eliseo Savério Sposito; Maria Encarnação Beltrão Sposito; Ana Fani Alessandri Carlos; Arlete Moysés Rodrigues; Roberto Lobato Correa; Bertha Becker; Yves Lacoste; Paul Singer; Pierre George; Francisco Capuano Scarlato; Auriléa Gomes | 2012 |

| | | |
|---|--|---------------------------|
| | Abelém; Thomas Mitschein; Horeste Gomes. | |
| Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) | Saint-Clair Trindade Júnior; Henri Lefebvre; Sandra Lencioni; Ana Fani Alessandri Carlos; Odette Seabra; Milton Santos; Amélia Damiani; Edward Soja. | 2019 |
| Universidade Federal do Pará (UFPA) | Bertha Becker; Henri Lefebvre; Maria Flora Gonçalves; Milton Santos; Maria Encarnação Beltrão Sposito; Roberto Lobato Correa; José Aldemir de Oliveira; Saint-Clair Trindade Júnior; Maria Célia Nunes Coelho; Thomas Mitschein; Yara Vicentini. | Sem data (Acesso em 2022) |
| Universidade Federal do Oeste do Pará | Roberto Lobato Corrêa; Helena Tourinho; Jose Aldemir Oliveira. | 2014 |
| Universidade Federal do Amazonas (UFAM) | Manuel Castells; Mark Gottdiener; Jane Jacobs; Milton Santos; Henri Lefebvre; Maria Encarnação Beltrão Sposito; Marcelo Lopes de Souza; Ana Fani Alessandri Carlos; José Ademir de Oliveira. | 2014 |
| Universidade Federal do Maranhão (UFMA) | Jacqueline Bearjeu-Garnier; Delmar Bressan; Teresa Pires do Rio Caldeira; Ana Fani Alessandri Carlos. | 2006 |
| Universidade Federal do Tocantins (UFT) | Leonardo Benévolo; Milton Santos; Roberto Lobato Correa; David Clark; Maria Encarnação Beltrão Sposito; Jose Borzacchiello da Silva; Ana Fani Alessandri Carlos; Mike Davis; Everald Santos Melazzo; Raul Borges | 2019 |

| | | |
|--|--|--|
| | Guimarães; Aires José Pereira; Marcelo Lopes de Souza | |
|--|--|--|

*Autores e textos com temática racial e decolonialidade.

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos projetos político pedagógicos disponíveis no site de cada universidade.

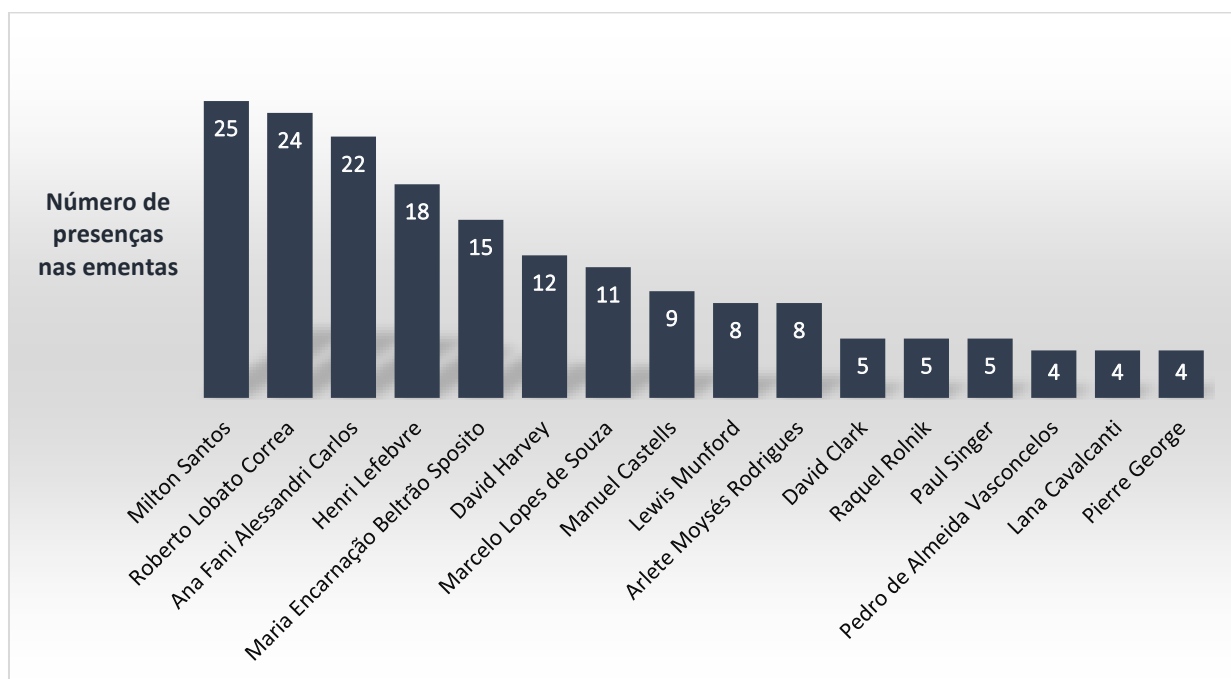
Essas foram as universidades que disponibilizam as ementas das disciplinas com a descrição das referências bibliográficas. As demais universidades públicas brasileiras⁸ que não constam na lista dispõem somente da descrição do que seria a matéria, sem as devidas leituras.

As ementas foram retiradas dos projetos político pedagógicos, ou seja, são projetos que orientam como a disciplina será ministrada. Além do caráter pedagógico, os cursos seguem orientações políticas que demonstram o propósito daquela disciplina. Portanto, o colegiado de curso se reúne junto ao docente responsável, estabelece qual perfil a disciplina deve ter diante do que eles objetivam abordar e assim propõem as referências bibliográficas que baseiam sua escolha. A partir disso, a professora ou o professor responsável disponibiliza a ementa para cada semestre letivo em que leciona a disciplina de acordo com o que se objetiva ensinar, mas, ainda assim, seguindo a proposta do projeto político pedagógico do curso.

O que podemos perceber através desse levantamento é a composição das referências passadas aos discentes e que reflete a característica teórica de quem irá ministrar a disciplina. A maioria das universidades listadas apresentaram textos de autores similares, como Ana Fani Alessandri Carlos, Roberto Lobado Correa, Milton Santos, Maria Encarnação Beltrão Sposito, David Harvey e Henri Lefebvre, conforme apresentado no **Gráfico 2**. Alguns apareceram em uma ou outra universidade, enquanto outros são específicos para cada localidade, como o uso dos textos da geógrafa Bertha Becker para pensar as transformações urbanas e a ocupação da Floresta Amazônica nas Universidades Federais do Amapá e Pará.

⁸ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Mato Grosso; Universidade Federal do Sergipe, Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal de Alfenas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Paraná, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual de Campinas; Universidade Federal Fluminense, Universidade do Estado de Santa Catarina, Universidade de Brasília, Universidade Estadual do Ceará, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Federal do Acre.

Gráfico 2 - Autores por número de vezes em que apareceram nas ementas



Restringimos o gráfico até os autores que apareceram 4 vezes, em ordem decrescente.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas ementas.

Neste gráfico de usos de autores referências nas ementas, nos chamam a atenção aqueles que são frequentemente utilizados por especialistas que adotam a geografia urbana crítica e radical: em ordem decrescente, Ana Fani Alessandri Carlos, Henri Lefebvre e David Harvey. Ademais, Lefebvre é o teórico referência da geografia urbana crítica e radical, também conhecida como vertente “marxista-lefebvriana” (CARLOS et. al., 2018, p. 7).

Segundo esse levantamento, a Universidade de São Paulo (USP) é a que disponibiliza, dentre suas referências, leituras próprias do debate racial como o livro *Racismo Estrutural* (2018) de Silvio de Almeida, *Necropolítica* (2011) de Achille Mbembe e sobre a questão racial junto ao espaço urbano, como os textos de Jaime Alves sobre *black necropolis*. Já a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) oferece o texto de Ester J. B. Gutierrez chamado “*Negros, charqueados e colônias: um estudo sobre o espaço pelotense*”, para aproximar o corpo discente um pouco mais da história materializada na cidade de Pelotas. As demais, apesar de apresentarem autores e obras de grande impacto na constituição da geografia urbana como disciplina e campo de estudo, não se atentaram em propor como leitura obrigatória (ou no mínimo básica) outras produções que abarcassem a questão racial ou de gênero. Assim como são citados nas ementas autores de outras áreas do conhecimento, existem especialistas do campo da

arquitetura, sociologia, antropologia e da própria geografia que oferecem esse tipo de perspectiva no Brasil e em outros países.

Mesmo referenciando Milton Santos em quase todas as ementas, o levantamento vai ao encontro do argumento de Cirqueira (2010) sobre a pouca utilização da contribuição do autor sobre a questão negra. Dentre elas está o livro *Marianne em preto e branco* (1960) no qual, Milton Santos relata sua viagem e percepção sobre a Europa (especialmente a França) e sobre o continente africano. Em um entrelaçar de pontos de vista enquanto geógrafo e jornalista, o autor informalmente descreve as dinâmicas, práticas cotidianas, paisagens e o espaço urbano desses dois continentes.

Além desse, Milton Santos também teceu contribuições no capítulo “Cidadanias mutiladas” que compõe o livro *O Preconceito* (1996), justamente questionando a existência do negro enquanto cidadão ou não no Brasil. Ambos os livros não são especificadamente sobre o debate do espaço urbano, mas servem ao menos como leituras complementares para aguçar o debate acerca do caráter das cidades coloniais, como as do Brasil.

Vale ressaltar também que, mesmo que não amplamente difundido no Brasil, as autoras e os autores já citados anteriormente nos trabalhos encontrados têm construído um rico debate sobre expressão da questão racial nas cidades brasileiras. Andreilino de Oliveira Campos abriu espaços no meio acadêmico para que pudéssemos questionar as cidades e suas práticas historicamente racistas que podem ser lidas em “*Do quilombo à Favela: a produção de ‘espaços criminalizados’ no Rio de Janeiro*” (CAMPOS, 2005) e em sua tese “*O Planejamento Urbano e a ‘invisibilidade’ dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal, segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro*” (CAMPOS, 2006).

Denilson Araújo de Oliveira, seguindo os passos do então amigo Professor Andreilino Campos, conta com vasta produção que pode ser livremente acessada na internet. Dentre elas se destacam aqui “*Territórios no mundo globalizado: outras leituras de cidade a partir da cultura Hip Hop na metrópole carioca*” (OLIVEIRA, 2006), “*Marketing urbano e questão racial na era dos megaempreendimentos e eventos no Rio de Janeiro*” (OLIVEIRA, 2014) e “*Gestão racista e necropolítica do espaço urbano: apontamento teórico e político sobre o genocídio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro*” (OLIVEIRA, 2015).

Sobre a condição de mulheres negras na cidade temos as produções de Antônia dos Santos Garcia, como “*Desigualdades raciais e segregação urbana em capitais*

antigas: Salvador, cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum" (GARCIA, 2009) e *"Contradições na cidade negra: Relações de gênero, raça, classe, desigualdades e territorialidade"* (GARCIA, 2012).

Alternativas não faltam para que temáticas sejam abordadas em sala de aula e também façam parte do projeto político do curso. De fato, as disciplinas de geografia urbana que foram montadas nas universidades apresentam forte referencial teórico que abre espaço para que assuntos como raça e gênero sejam tratados de acordo com o planejamento de quem ensina em cada semestre.

No entanto, esses assuntos ficam reféns da disponibilidade de cada pessoa em abordá-los ou não, ou então serem tratados sem aprofundamento. O argumento desenvolvido aqui é que não basta construir uma aula temática tendo só como base as referências que foram levantadas, pois a condição espacial urbana que materializa relações hierárquicas de acordo com a raça e o gênero deveria estar documentada nas ementas da disciplina a partir das sistematizações que vem sendo feitas pela comunidade investigativa, como Andreilino Campos, Denilson Oliveira e Antônia Garcia. A sistematização e a documentação são necessárias para que as informações levantadas não se percam no curso da história.

A presença concreta dessas referências nas ementas afirma o posicionamento do curso e da professora ou do professor com as denúncias e transformações que a geografia urbana demanda, além de aproximar estudantes e futuras pesquisadoras e pesquisadores da realidade brasileira como é. Algumas aproximações com a literatura também são possíveis, como a proposta de Queiroz (2017) que fez uso dos livros da escritora Conceição Evaristo e Gabriela Pereira (2015), que tomada pela escrita a partir da vivência de Carolina Maria de Jesus, discute a disputa da cidade pelas forças de poder e o lugar da mulher favelada nesse espaço fragmentado, hierarquizado e segregado. Ambas conseguem irromper os limites da compreensão espacial urbana rumo à análise das experimentações cotidianas nas cidades capitalistas e oferecem importantes contribuições para futuras observações por apresentarem a realidade brasileira no que tange ao seu caráter historicamente permeado por tensões raciais e sexistas.

Mais uma crítica que aqui carece ser feita é a construção da ementa de uma disciplina que objetiva o estudo da origem das cidades se limitar ao caso das cidades gregas, romanas e medievais. As outras experiências de cidades antigas são invisibilizadas, aguçando a relação da criação das cidades com a existência de sociedades civilizadas e bárbaras (relação própria do julgo colonial). Parar de alimentar essa prática

é o primeiro passo para formação da geografia urbana que perceba as presenças, o vivido, as experiências específicas do espaço brasileiro, sem se desvincular da dinâmica global.

Clyde Woods e Katherine McKrirtick discutem a importância de se voltar os olhares para as comunidades “minoritárias” para perceber o quão necessários são para se entender a produção do espaço. Segundo os autores:

Dentro dessa geografia humana passada e presente, várias complexidades surgem devido ao legado contínuo da dominação racial-sexual. Frequentemente escondidos de vista, socialmente distantes do que Audre Lord chama “uma norma mítica”, aparentemente sem os modos positivistas de conhecimento enquanto também vão sendo notados como “objects-in-place”, histórias, corpos e experiências negras rompem e subscrevem geografias humanas (WOODS e MCKRITTICK, 2007, p. 4, Tradução da autora).

Dessa maneira, “geografias humanas negras” (no sentido de prática socioespacial negra) estão implicadas na produção do espaço. Um dos fatores que orientam essa espacialidade é como negros e suas preocupações geopolíticas são colocados à margem da dinâmica normativa de pensamento e organização espacial. Outro fator corresponde à existência de uma geografia da exclusão (WOOD e MCKRITTICK, 2007; ANJOS, 2014) baseada e elaborada por pressupostos e senso de modernidade, isto é, a construção da ciência geográfica que exclui a possibilidades de outras perspectivas que não colocam o pesquisador como mero observador e o objeto como algo distante. Sobre os deveres dos intelectuais brasileiros frente aos problemas raciais, Milton Santos reitera que:

O intelectual deveria participar da luta contra o preconceito racial não apenas como uma profissão de fé, um discurso de adesão, mas pela proposta de interpretação da sociedade brasileira como um todo (SANTOS, 1996, p. 142).

Em outras palavras, significa não só a prática política em busca das transformações sociais e espaciais, mas também levar a prática política aos espaços de formação e de construção de conhecimentos, através das pesquisas e da formação de outros profissionais e pesquisadores.

Alguns trabalhos (SIBLEY, 1985; WOOD e MCKRITTICK, 2007; LICHTER et. al., 2012; ANJOS, 2014) surgem para superar o que chamam de geografia da exclusão, entendida como a dominância na ciência geográfica por elites intelectuais tradicionais que validam o que é conhecimento científico e o que é importante ter como conhecimento. Além disso, são propostas outras leituras e representações do espaço geográfico nas quais, por exemplo, “a complexidade conflitante da África existente-resistente no Brasil seja considerada devidamente” (ANJOS, 2014, p. 333).

Assim como Cirqueira e Correa (2014) denunciaram, é necessário que haja um maior intercâmbio dos trabalhos que tratam da questão racial e de gênero no espaço urbano entre os grupos acadêmicos, cursos de graduação e pós-graduação para que, além de tornar acessível esse debate quem tem se formado no Brasil, os algoritmos nas bases de procura como o Google permitam que esses apareçam assim que procuradas palavras chaves que se assemelham. Que mesmo sendo discutidos em eventos acadêmicos que criam Grupos de Trabalho específicos (GT's), sejam oferecidos aos alunos que estão tendo a primeira aproximação com a problemática urbana na graduação ou que precisa se aprofundar na pós-graduação.

No Brasil, os passos estão sendo dados para compreensões alargadas sobre as cidades e os sujeitos, principalmente através da própria organização de estudantes que viram a necessidade de se sentirem pertencentes à ciência geográfica, como o Núcleo de Estudantes e Pesquisadoras Negras do curso de geografia da Universidade de São Paulo (NEPEN Geousp) e o Coletivo de Estudos Sobre Espaço Geográfico e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal de Pernambuco (Geo-Raça). Esses pesquisadores despendem esforços para produzirem análises para possível compreensão do espaço (seja ele urbano ou não) que parta do ponto de vista racializado diante da percepção da pouca produção e divulgação de referências sobre essa temática.

Além desses grupos preocupados principalmente com a inscrição de raça na geografia, há o Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades (LaGENTE) vinculado à Universidade Federal de Goiás, o Grupo de Estudos Territoriais (GETE) vinculado à Universidade Estadual de Ponta Grossa, e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia e Relações Sociais de Gênero (GEGÊNERO) vinculado à Universidade Federal de Rondônia.

Diante do panorama até aqui apresentado, faz parte entendermos como e por quais caminhos a geografia se constituiu, em especial a geografia urbana, as vertentes, os avanços e as críticas que dela partem rumo à compreensão do espaço urbano.

CAPÍTULO 2 – A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOB A PERSPECTIVA DE TRANSFORMAÇÃO

O espaço ultrapassa os limites dos territórios científicos e alcança além da geografia outras ciências, como a economia e a matemática. Assim, coube aos geógrafos definir seu objeto de estudo ao longo do tempo com longa tradição geográfica principalmente em países como França e Alemanha. A geografia se desenvolve de acordo com os rumos da história mundial, se reinventa, neutraliza o espaço, o deixa em planos bidimensionais e o quantifica.

Houveram esforços da sua junção com outras áreas do conhecimento que resultaram em novas interpretações desse objeto tão complexo, buscando, além disso, ultrapassar os limites descritivos e quantitativos da adoção da organização do espaço enquanto controle. Neste ponto, esboçamos a contextualização histórica⁹ da geografia para entender as condições históricas da construção de uma geografia engajada

⁹ O objetivo aqui não é oferecer uma compreensão bem delineada das fases da geografia, pois entendemos que as vertentes coexistem entre si e que a ciência exige certo grau de complexidade, portanto é difícil que exista definições de separações abruptas nos marcos históricos. Porém, nesta dissertação adotaremos essa forma de organização do pensamento para melhor entendimento do processo.

socialmente que vem contrapor a “neutralidade” das ciências e que se espalha ao redor do mundo e se multiplica em outras perspectivas.

Assim como várias outras ciências, a geografia passou por diferentes fases paradigmáticas (descritiva, possibilista, determinista) na tentativa de entender o que é então a geografia e qual o seu objeto. Quando se reivindica o estatuto de ciência, surge a necessidade de delimitar um objeto para que seja exaustivamente estudado com alguma finalidade específica. Por muitos anos a geografia foi encarregada de estudar a Terra, mas o que é de fato geografia? Se perguntar a um leigo ou alguém fora do meio acadêmico geográfico, dirão que a geografia é responsável pela superfície terrestre, sem conseguir pensar que, como seres sociais, estamos inclusos no mundo e o transformamos através do trabalho. Segundo Carlos (2008, p. 119) “a geografia como saber, como processo de conhecimento e criação, é a cada momento histórico, um modo de pensar a época” e, portanto, ela se configura à medida que as dinâmicas sociais e os eventos naturais se modificam.

A geografia já foi concebida como o estudo da paisagem, ainda fundamentada na descrição dos aspectos visíveis e concretos, com Alexander von Humboldt (1769-1859) e Carl Ritter (1779-1859) ao basearem-se na experiência empírica e no trabalho de campo. Foi também entendida como o estudo da individualidade dos lugares, aproximando-se de uma geografia regional da diferenciação, sob as abstrações de Richard Hartshorne (1899-1992). Notadamente de origem eurocêntrica, a geografia no século XIX também teve papel fundamental para o controle e expansão imperialista ao explorar observações sobre as colônias. Os questionamentos – que de fato são ferramentas importantes para derrubar “verdades” – ordenaram as críticas ao conhecimento tradicional. A geografia se renova em diferentes vertentes para suprir a demanda por explicar a nova configuração mundial.

Ao longo do tempo o espaço surgiu como objeto de estudo de outras áreas, como economia e o urbanismo, não cabendo somente à geografia estudá-lo. Do mesmo modo, com o desenvolvimento de teorias e conceitos, a intencionalidade por trás da construção do conhecimento foram assumidas como importantes a partir da ideia da não neutralidade. Para Antônio Carlos Robert Moraes “sendo a sociedade de classe, logo conflituosa e sendo as ciências expressão dessa sociedade, como esperar que nelas reine a harmonia”? (MORAES, 1988, p. 29). Ainda em sua interpretação, o autor afirma que:

Os métodos de interpretação expressam posicionamentos sociais, ao nível da ciência. A existência de diversidade metodológica expressa o conflito, que reina numa sociedade de classes (MORAES, 1988, p. 29).

Com essa afirmação, entende-se que a ciência tem consigo a expressão da sociedade que a desenvolve, ao mesmo tempo que se desenvolve. A existência de uma gama de formas de lidar com o fazer ciência mostra a não neutralidade e a subjetividade de quem está por trás do *quefazer*. Ao questionar sobre a fundamentação do que é geografia, ainda podemos nos valer das reflexões de Moraes de que “o que é geografia, dependerá da postura política, do engajamento social, de quem faz geografia” (MORAES, 1988, p. 30). Ademais, os diversos eventos ocorridos no mundo, como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria,¹⁰ reformularam o espaço. A ascensão do capitalismo, a divisão internacional do trabalho, o urbano como modo de vida, o consumismo exacerbado e o êxodo rural demandavam novas pesquisas e isso fez com que a geografia tradicional se tornasse obsoleta para entender a nova dinâmica global (RODRIGUES, 2008, p. 102-103).

Dessa forma, dos vários posicionamentos sociais e ideológicos, surgiram as várias geografias pautadas em diferentes posturas filosóficas. Tais questionamentos conduziram as críticas ao conhecimento tradicional rumo à renovação da geografia. Essa geografia renovada se dividiu em duas vertentes: A geografia pragmática ou quantitativa e a geografia crítica; ambas com suas ideologias de classe e com posicionamentos sociais e políticos. A primeira caracterizada como autodeclarada neutra para justificar certo rigor científico, mas que na verdade esteve à disposição para as demandas do aparato Estatal de controle socioterritorial e auxiliou a fixação do capital, bem como gerou informações que subsidiaram a expansão capitalista (RODRIGUES, 2008, p. 111). Também conhecida como geografia teórico-quantitativa, essa vertente acredita em uma linguagem universal para todas as ciências, sejam elas sociais ou exatas, e seu objetivo era “dar conta das tarefas postas pelo planejamento do Estado e do capital (RODRIGUES, 2008, p. 109).

Diante do fortalecimento no século XX da geografia quantitativa, que se constituía junto às chamadas ciências duras e se propunha a ser neutra, aguçou-se a volta de uma geografia socialmente engajada para lhe contrapor e fazer emergir o debate acerca das contradições existentes na sociedade e, portanto, acerca das contradições espaciais. Ao romper com a geografia tradicional descritiva e a quantitativa, a geografia crítica procurou alargar o debate de várias esferas socioespaciais. De acordo com Moura et. al., essa vertente:

¹⁰ No contexto da Guerra Fria, rivalidades surgiram seguindo as potências que polarizavam o mundo (União Soviética e Estados Unidos) e isso alavancou as pesquisas sobre os territórios.

Dá evidência à ação do Estado e dos demais agentes da organização espacial – os proprietários fundiários, os industriais, os incorporadores imobiliários –, ao mesmo tempo em que retoma as relações homem-natureza e a abordagem regional. Busca responder às profundas modificações na organização espacial, decorrentes da intensa urbanização, industrialização e expansão do capital, que não encontravam respostas no determinismo, possibilismo e método regional (MOURA et. al., 2018, n/p).

O pensamento dentro da geografia crítica é diverso e plural e, portanto, difícil de delimitar, mas é certo que ela já vinha tendo tendências marxistas bem antes do seu próprio firmamento e ascensão. Apoiavam-se, em especial nas décadas de 1960 e 1970, no que, segundo Carlos (2018, p. 19), seria um “materialismo histórico-geográfico”. Já Breno Viotto Pedrosa resume que:

Em um primeiro momento, a geografia crítica preocupa-se em construir um corpo teórico com base no raciocínio indutivo juntamente com uma aproximação do marxismo. Com a hegemonia da interpretação althusseriana, os geógrafos não pararam de fazer trabalhos que partiam da realidade para a teoria, estabelecendo uma relação dialética entre teoria e prática de pesquisa. (PEDROSA, 2013, p. 206)

É importante ressaltar que por mais que seja uma vertente que baseie na dialética e na tradição marxista, a geografia crítica não é exclusividade dos marxistas e se estende aos geógrafos que são socialmente engajados e àqueles que se opunham à visão tradicional de verdades absolutas. Mais do que uma crítica radical, essa ruptura ao clássico da ciência geográfica agrupa pessoas preocupadas com as contradições existentes em seu espaço-tempo e com a transformação social, em outras palavras, “são os que pensam a análise como um instrumento de libertação do homem” (MORAES, 1988, p. 112).

É a partir da construção dessa geografia crítica que é debatido o caráter classista e de dominância de um Estado burguês sobre as teorias tradicionais que demandava informações e assim validava o que era ou não ciência. Em contramão disso, a geografia crítica se desenvolve em consonância com a legitimação da indissociabilidade entre o conhecimento científico e a prática política para conseguir atingir seus objetivos de atomização das desigualdades, da concentração de poder e dos conflitos de classe.

Sua origem remonta aos pressupostos de Jean Dresch (1905-1994), que vinha em uma onda mais progressista da geografia regional francesa com sua tese questionadora do colonialismo francês no norte do continente africano (PRIETO e VERDI, 2017). Dresch se posicionava politicamente como de esquerda e chegou a formar o Partido

Comunista Marroquino (1939), mais um exemplo da interação da produção de conhecimento e da prática militante.

Mas a primeira manifestação clara dessa nova vertente crítica da geografia renovada foi através do Livro *Geografia Ativa* de Pierre George, Yves Lacoste, Bernard Kayser e Raymond Guglielmo (RODRIGUES, 2008, p. 122), onde podem ser vistas algumas críticas com relação às desigualdades sociais e ao papel do Estado. Porém, na concepção de Moraes (1988), esses autores ainda adotavam traços metodológicos da geografia regional tradicional, não conseguindo rompê-la totalmente em um primeiro momento.

Ainda assim, Lacoste é conhecido como o autor expoente à crítica da geografia tradicional ao escrever o livro *A Geografia – isso serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*, no qual apresenta e discorre sobre duas geografias que entende existir: a geografia dos Estados-Maiores, ligada ao domínio dos Estados e seu poder com relação ao espaço e também ao poder de grandes empresas; e a geografia dos professores, ligada à tradicionalidade e que levanta os dados como auxílio à geografia dos Estados ao mesmo tempo que se declara apolítica e, portanto, camufla as verdadeiras intenções.

A forma como a geografia vai se desenvolvendo esbarra com a dinamicidade do mundo e dos seus eventos como as duas grandes Guerras Mundiais, a Guerra Fria, as revoluções anticoloniais¹¹ e movimentos das mais diversas reivindicações em todo o mundo.¹² É nessa perspectiva que surgem outras demandas de análise do espaço como denúncia social e das relações sociais conflitantes como constituintes do espaço. Logo, a geografia se vale da soma com outras áreas do conhecimento (como filosofia, urbanismo, sociologia e economia), elevando sua riqueza teórica em busca de compreender as complexidades do mundo. Nesse contexto, em 1977 foi criada o *International Journal of Urban and Regional Research* com o objetivo de disseminar estudos urbanos na perspectiva marxista, principalmente a partir da extensão dos diálogos entre geografia e os sociólogos da questão urbana como Henri Lefebvre e Manuel Castells (PEDROSA, 2013, p. 247).

Entretanto, José William Visentini (2013) tece críticas quanto às formulações que se construíram rumo à renovação da geografia, especialmente a Lacoste e Massimo

¹¹ Os territórios terceiro mundistas como África, Índia e a América Latina foram responsáveis por revoluções pelo fim da condição de explorados por países imperialistas como França, Inglaterra e Estados Unidos.

¹² Maio de 68 na França, revolução Iraniana, Golpes militares nos países latino americanos e as Diretas Já.

Quaini. Segundo o autor, as propostas principalmente de base marxista são mais uma faceta do positivismo no que tange à demanda de se estruturar como verdadeira ciência, em outras palavras, continua na busca da “verdadeira” ciência ou de rigoroso método que comprove seu *status* de verdade.

Além disso, Visentini (2013, p. 12) argumenta sobre a maneira como as leituras marxistas, principalmente leninistas, são colocados como solução para o discurso geográfico, com base em uma experiência prática revolucionária que alcançou méritos e se constrói como único caminho visível de rupturas e superações. O objetivo do autor não é desqualificar por completo as propostas da base marxista na geografia, mas propor que não só os marxistas, como também as outras bases filosóficas, sejam relidas criticamente, não para romper, mas para trazer de volta as principais ideias propostas que por vezes se dissipam em seus sucessores.

A riqueza teórica que a geografia crítica ganhou ao se somar com outras áreas do conhecimento ainda carrega a diversidade de propostas que seguem o mesmo objetivo da justiça social. Nessa lógica, Milton Santos, ao ser convidado para palestrar *Segundo Encuentro Latinoamericano de la Nueva Geografía*, explicita a necessidade de a América Latina contar com a construção do próprio corpo teórico para conseguir compreender seus problemas como sendo problemas de Terceiro Mundo (MOURA et. al., 2008). Nesse exemplo de Milton Santos, entende-se que cada localidade – dentro de sua especificidade como componente de uma estrutura global – tem concretizado de forma diferente alguns fenômenos na sua própria estruturação.

O próprio Brasil tem as peculiaridades da sua formação teórica sobre o espaço, como bem mostra Rafael Sâncio Araújo Anjos (2015) ao discorrer sobre a relação dos períodos históricos brasileiros (Brasil Colônia, Império e República) com a forma como o espaço era representado, muito ainda na essência descritiva. De acordo com o autor, a geografia brasileira quase sempre esteve a serviço do Estado, no que ele afirma ser a necessidade de manter uma “geografia da invisibilidade e da ignorância espacial” (ANJOS, 2015, p. 374) que também resulta da dinâmica da sociedade brasileira, com resquícios coloniais onde a posse de terra é sinônimo de poder.

Portanto, a geografia não correspondia mais a uma ciência que não considera a sociedade, pelo contrário, precisava conhecê-la e explicá-la não como mero elemento inerte na paisagem, mas como agente ativo nas transformações espaciais. Essa mudança insere o pesquisador na totalidade também como sujeito real não distanciado do objeto,

convidando à reflexão sobre as problemáticas da realidade como um horizonte de transformações.

2.1. A geografia urbana brasileira e a influência da Escola intelectual francesa

No cenário brasileiro, a geografia moderna tem como marco importante a formação dos primeiros cursos nas universidades brasileiras, como na Universidade de São Paulo (1934) e na atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (1936), além da fundação da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB). Como um curso novo, os professores eram correntemente de países estrangeiros e, por consequência, trouxeram a base que sustentaria a geografia como disciplina teórica no Brasil, principalmente o referencial teórico-metodológico da escola francesa.

Não por acaso, a disseminação de saberes das escolas francesas no país, além da potência francesa nas teorias geográficas, foi um projeto de transferência intelectual e cultural franco-brasileira iniciada ainda nas explorações artísticas no século XIX. Sob o comando de Dom João VI, o Brasil viu aportar em suas terras artistas naturalistas, como Auguste de Saint-Hilaire, Charles Ribeyrolles e Charles Expilly (VERDI, 2015, p. 144), que tinham como tarefa retratar o país e suas belezas naturais para ser mostrado como “colônia de excelência” nos países europeus através dos seus relatos de viagem.

Ainda no final do século XIX, são implantadas na cidade do Rio de Janeiro escolas francesas que contavam com diretores franceses e onde algumas aulas eram ministradas em francês, já que a proficiência em tal língua oferecia alto *status* na sociedade de então. Mas, assim como demonstra Elisa Favaro Verdi (2015, p. 145), o ensino nos limites da educação francesa ia para além de um projeto educacional, visto que a França era um símbolo da modernidade almejada pelo projeto da recente proclamada nação brasileira.

No plano científico, nesse período existia significativa aproximação de teóricos brasileiros com os franceses e algumas teorias científicas, como o evolucionismo e o darwinismo, que em certo ponto justificavam as ações imperialistas e afirmavam a construção de um Estado-nação. Tal relação, com peso maior no *modus operandi* brasileiro, se estende ao plano da geografia com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no Rio de Janeiro em 1838, que instituiu no território a base do que seria o estudo geográfico no século XIX, como auxílio às reflexões históricas através da produção cartográfica do território. De acordo com Lilia Schwarcz:

Mesmo considerando os textos históricos, percebe-se a imposição de um único modelo e concepção da nação. Principalmente durante o

período imperial — quando a unidade e indivisibilidade constituíram dogmas políticos —, escrever a história do Brasil pareceu significar trazer para foros de competência científica uma representação do país (SCHWARCZ, 1993, p. 99).

A autora prossegue ao descrever o papel fundamental do IHGB para manutenção da unidade nacional através da sua história:

Nascido em meio a uma conjuntura em que se lutava pela preservação da soberania do país, o IHGB identificou-se com a política centralizadora daquele período, mantendo desde a origem a finalidade explícita de construir uma “memória nacional” em que produção intelectual e relações de poder estivessem tão irmanadas que não haveria lugar para a discórdia (SCHWARCZ, 1993, p. 99).

O estabelecimento do IHGB seguiu os moldes do *Institut Historique de Paris*, como identifica Verdi (2015), no que tange ao projeto brasileiro de instituir um Estado-nação no modelo francês, tendo a França como referência de vida e intelectualidade.

Não distante do objetivo do IHGB de colocar o Brasil em um *status* de território civilizado, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ) foi criada em 1883 com o objetivo de aprofundar a leitura e a posterior ocupação do território, em uma estreita relação com a instituição da *Société de Géographie de Paris*. Mesmo que ambas as instituições tenham relações com a cultura intelectual francesa, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro tem seu contexto histórico diferente do IHGB, já que vivia a “crise do poder imperial e crescente integração do Brasil na economia capitalista mundial” (PEREIRA, 2004, p. 13). Portanto, cada instituição em seu contexto histórico denotou momentos específicos na geografia brasileira.

Já em 1936, no Brasil, mais uma instituição importante para a história da geografia brasileira foi formada: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Geógrafos e geógrafas exploraram territórios no Brasil a fim de apreender o máximo de informações possíveis para o (re)conhecimento físico e demográfico do país, principalmente dentre os anos de 1950 e 1970. Durante esse período, o IBGE foi um importante *locus* de produção e difusão da geografia quantitativa, principalmente pois, era um importante instrumento de subsídio de informações aos governos.

Além disso, o IBGE recebera a visita de três geógrafos anglo-saxônicos de renome na geografia quantitativa, que foram John P. Cole, Brian Berry e John Friedman (LAMEGO, 2014). Essa foi a primeira de outras visitas que o instituto e os pesquisadores e pesquisadoras brasileiras tiveram para troca de conhecimento, resultando em um robusto arcabouço teórico influenciado pela geografia quantitativa norte-americana.

Percebe-se que, aquela que seria uma das instituições mais importantes para a geografia brasileira no século XX, perdeu forças à medida em que geógrafos e geógrafas encontravam deficiências na vertente quantitativa e se enveredaram para outras vertentes. Segundo Mariana Lamego (2014), o papel do IBGE nos dias atuais está restrito à uma fonte de dados confiáveis de atualização e diagnóstico da situação socio-territorial brasileira, o que o diferencia mas não o isola dos centros de produção de conhecimento e das universidades.

De volta à implementação dos cursos de geografia nas universidades brasileiras, desembarcavam no país nomes como “P. Deffontaines, P. Monbeig, Emile Coornaert, Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Paul Arbousse-Bastide, Etienne Borne, Jean Mogüé, Robert Garric, Pierre Hourcade, François Perroux, René Courtin, Pierre Fromont” (SILVA, 2012, p. 71). Da reunião de importantes geógrafos e geógrafas da época, foi organizado o XVIII Congresso da União Geográfica Internacional no Rio de Janeiro, em 1956. Este evento foi importante por propiciar em território brasileiro a reunião de importantes reflexões que vinham sendo realizadas em outros países e aproximou dos novos geógrafos brasileiros os temas debatidos nesse período. Assim como José Borzacchiello da Silva (2012, p. 72) afirma, o Congresso da UGI marcou o contato de uma geografia mais científica no Brasil e instigou a ida de teóricos e estudantes para a França em busca de especializações.

Já sobre os estudos urbanos, pode-se afirmar que começaram a tomar corpo no país a partir do trabalho de Monbeig na Universidade de São Paulo, em especial a partir da obra “O estudo geográfico das cidades”, obra essa que orientou diversos outros trabalhos que compuseram o XI Congresso Brasileiro de Geografia em Florianópolis em 1940. Em seu trabalho, Monbeig sugeriu a metodologia da “monografia urbana” que seguia o sentido de monografia regional, ou seja, “a integração analítica de dados físicos e humanos, objetivando com isso demonstrar a individualidade deste ‘fato geográfico’ que era a cidade” (ABREU, 1994, p. 27). No caso, as monografias já vinham sendo feitas principalmente na França, porém, Monbeig foi o pioneiro em sistematizar um trabalho metodológico sobre isso no Brasil.

Ainda nas décadas de 1930 e 1940, os estudos urbanos no Brasil estavam sendo disputados entre as monografias de Monbeig e a ecologia humana de Donald Pierson, que ao entender a cidade como um organismo a partir de uma visão naturalista, ponderava que ela deveria ser analisada usando um método das ciências naturais que uniformizava o caráter da cidade. A ecologia humana foi até então deixada de lado pelos geógrafos

brasileiros e assim a monografia de Monbeig foi o pilar que baseou o início da geografia urbana no país. A partir de 1950, os estudos urbanos caminharam para o acompanhamento das transformações que ocorriam com a contribuição de grandes centros e futuras metrópoles como Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, e cidades menores que viam suas funções mudarem em decorrência da demanda das grandes cidades. Assim que cresciam os estudos realizados sobre as cidades, tornavam-se possíveis as relações, comparações e ligações entre elas.

A própria obra de Monbeig é referência em algumas ementas de geografia urbana no Brasil ainda hoje, além da monografia intitulada “A cidade de São Paulo” ser considerada por Maurício de Almeida Abreu (1994, p. 38) como um marco histórico dos estudos urbanos no país. Mas a geografia urbana no país não parava de ir tomando formas de acordo com as novas propostas que surgiam com os congressos nacionais e internacionais e das reuniões da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB). O uso das monografias urbanas passou a incluir “a análise do grau de centralidade urbana, da determinação da área de influência da cidade” (ABREU, 1994, p. 38). Assim como a centralidade, a estrutura urbana passou a ser estudada, bem como passaram a aproximar conceitos e defini-los melhor, por exemplo, o que seria um aglomerado urbano, subúrbio e quais os tipos de metrópole.

Na medida em os encontros entre os geógrafos faziam surgir novos debates, questionamentos e alinhamentos, o estudo padrão das monografias urbanas já não expressava mais o sentido da recente geografia urbana que vinha sendo construída, principalmente por causa das transformações que aconteceram concomitantemente no país em termos sociais, políticos e econômicos. Assim como em outros países, o panorama da geografia no Brasil nos anos de 1960 e 1970 também tinha como rumo mudanças epistemológicas. Uma vez que a base da consolidação da geografia enquanto disciplina acadêmica era a Escola Francesa, nesses anos figurava no cenário nacional a influência da revolução quantitativa que também já vinha ocorrendo nos Estados Unidos e no Reino Unido (ABREU, 1994, p. 43).

Essa perspectiva veio ao encontro com as próprias transformações pelas quais a geografia tradicional passava, aproximando-se do modelo matemático de gestão e planejamento territorial. Amparada pelo cenário de alto controle militar no país, essa “nova geografia” servia bem aos interesses tecnocratas que objetivavam o crescimento econômico do país ao mesmo tempo que, ao estar no plano da ciência matemática com extremo rigor racional, dava certa credibilidade aos geógrafos para que pudessem se

afirmar enquanto cientistas e firmar também a própria geografia como saber importante. Com isso, o planejamento territorial demandava outros caminhos para os estudos urbanos, agora afastando de vez das monografias urbanas e se aproximando da ecologia humana que voltava a ser adotada, com trabalhos intraurbanos de base neopositivistas na busca de padrões espaciais (ABREU, 1994, p. 46).

Esse modelo carrega consigo uma série de críticas, apesar de suas contribuições quanto aos estudos detalhados do território brasileiro. Essa necessidade, somada à saturação do panorama político do país, ligou o cenário intelectual brasileiro às escalas mundiais que começavam a construir novas propostas científicas e formavam conflito de ideias, assim como de posicionamentos, aproximando-se principalmente dos movimentos sociais no início da década de 1970. Segundo Abreu:

De fato, num mundo que estava sendo questionado a partir das mais diversas dimensões (surgimento do movimento ecológico, do movimento feminista, de movimentos de emancipação de minorias, de movimentos de afirmação da cidadania, de movimentos reivindicatórios dos mais diversos tipos, etc.), e que tinham nas cidades o seu ponto maior de ebulição, a “questão social”, amplamente definida, não apenas se projetou na ordem do dia como acabou assumindo foros de verdadeira “questão urbana” (ABREU, 1994, p. 52).

Desse modo, os estudos urbanos demandavam outras análises, especialmente após as movimentações sociais e políticas de Maio de 68 na França, que fizeram com que geógrafas e geógrafos tivessem que repensar as concepções teóricas existentes.

No cerne da então geografia crítica, os estudos urbanos ganharam aspectos da análise social, construindo vasto arcabouço de obras sobre a temática. Além disso, a geografia urbana brasileira se fez no devir de traçar esforços interpretativos próprios, acreditando que a diversidade teórica e metodológica contribuiu para a formação do pensamento geográfico nacional.

Além de afirmar o caráter epistemológico da proposta da geografia crítica, alguns geógrafos e geógrafas tiveram papel importante e pioneiro para que essa vertente introduzisse contribuições à questão urbana, como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Milton Santos e Ana Fani Alessandri Carlos. Milton Santos, por exemplo, teve papel fundamental para que a geografia urbana tomasse aspectos brasileiros, já que se comprometia com estudos que adentravam interpretações locais e comparativas com outros centros urbanos. Desde suas primeiras produções com enfoque urbano, Milton Santos se preocupava em estabelecer análises sobre o estado da Bahia, local de origem

do geógrafo, revelando um compromisso do autor com a compreensão das complexidades de sua primeira escala próxima.

Mas uma das maiores contribuições de Milton Santos à geografia brasileira (e mundial) foi a leitura do espaço urbano através da perspectiva de geógrafo de terceiro mundo, que fez possível análises específicas dessas localidades, principalmente no livro *A cidade nos países subdesenvolvidos* (1965). Após a década de 1970 e seu retorno do exílio ao Brasil, o geógrafo continuou suas análises urbanas, tendo a percepção sobre a cidade como sendo a materialização da grande contradição entre o local e o global, e como o lugar onde a globalização e a indissociabilidade entre os tempos e os fluxos, e a função e a forma da cidade. Nessa relação contraditória entre global e local, Milton Santos entende que existe o conflito entre a dinâmica da escala macro com o cotidiano e as práticas compartilhadas (SPOSITO, 1999, p. 39).

Em entrevista concedida em 1993, Milton Santos apresentou seu ponto de vista sobre os caminhos trilhados pela geografia brasileira e, partindo da própria experiência, afirmou como o período a partir de 1964 foi difícil para os geógrafos no Brasil, assim como para outros cientistas preocupados em compreender os acontecimentos e a realidade. Em suas palavras, Milton Santos denuncia que:

Ao mesmo tempo que o Brasil não podia ser estudado por brasileiros porque o regime não gostava de cientistas sociais brasileiros, preferia mandá-los para o estrangeiro; havia uma certa permissão aos cientistas sociais estrangeiros para virem para o Brasil (SILVA, 2012, p. 197).

É o momento no qual alguns teóricos brasileiros, como ele próprio, partem (exilados ou não) para a França e passam a desenvolver o que posteriormente seria compreendido por Milton Santos como o período da maturidade, ou seja, o período no qual os geógrafos brasileiros passar a construir sua própria base teórica a ponto de serem lidos em países estrangeiros, e analisar fenômenos próprios.

2.2. A geografia crítica e a radicalização das teorias urbanas no Brasil

A construção de uma geografia urbana crítica mais radical não deve ser marcada por datas exatas, mas de fato, implica em uma temporalidade e espaços próprios. A cidade e o urbano passaram a ser temas principais, demandando do pensamento geográfico a explicação da realidade urbana. A pungência dessa área está diretamente relacionada tanto à conjuntura política e social da segunda metade do século XX, com as transformações da vida nas cidades e explosão das práticas urbanas pelos territórios, bem como com as mudanças intelectuais que levaram às reformulações do pensamento crítico,

e, portanto, apontaram o espaço urbano como cerne das transformações ocorridas na época e celeiro de novos fenômenos.

Por geografia radical, Cécile Gintrac (2013) entende como uma forma de pensamento crítico que concentra esforços com base em teorias de base teórica e metodológica marxista. Já a geografia crítica seria a dimensão mais ampla, com origem na insurgência das ideias radicais que superaram o tradicionalismo e a falsa neutralidade científica. Segundo Gintrac, “a geografia crítica se diferencia, portanto, da geografia radical por seu ecletismo, já que integra ‘uma ampla coalisão de enfoques progressistas de esquerda’” (BERG, 2010 *apud*. GINTRAC, 2013. p. 55, tradução da autora), como a geografia feminista, geografia antirracista e até uma nova geografia econômica. Isso não significa que uma seja mais ou menos radical que a outra, pois ambas tomam posturas de contestação às teorias hegemônicas concebidas pelas políticas urbanas.

Por sua vez, Carlos (2007, n. p.) aponta que a forma como a geografia abdicou do marxismo diante das críticas direcionadas ao método adotado como sendo economicista e demasiadamente estruturalista deixou em segundo plano as possibilidades que o método permitiu aos teóricos para refletir e compreender sua própria realidade espaço-temporal. Ainda segundo Carlos, tal método – o materialismo histórico e dialético – consegue se inserir no prolongamento do conhecimento e traduz leituras da realidade para além dos tempos.

Gintrac (2013) relaciona a origem da geografia radical às mudanças epistemológicas ocorridas nos anos de 1960 e 1970 de teóricos anglo-saxônicos como Harvey, Massey e a própria Revista Antipode, publicada na Universidade de Clark. Inicialmente, sem a pretensão de rótulos que os definissem dentro de correntes teóricas voltadas à esquerda política, a Revista Antipode apresentou possibilidades de convergência tanto com o marxismo, como com o anarquismo e só então, a partir de 1972 é que seu editorial se voltou mais explicitamente para o marxismo.

No decorrer dos anos de 1970, teóricos como Harvey e Neil Smith aproximaram a geografia de questões tais como a apropriação capitalista do espaço, dinâmicas do desenvolvimento desigual, consumo e o papel do Estado nos processos de urbanização, cada vez mais se distanciando da geografia tradicional usada para justificar ações imperialistas.

No Brasil, a partir dos eventos e da áurea ideológica instalada, principalmente com os anos de repressão da ditadura militar iniciados em 1964, geógrafos e geógrafas se encontraram insatisfeitos com a postura que a geografia tomava ao não discutir e nem

visibilizar nas pesquisas os problemas decorrentes das práticas opressoras que se materializavam no espaço.

Considerada como a renovação da geografia por Manuel Correia Andrade (1977), Armando Corrêa Silva (1984) e Verdi (2015), a geografia politicamente colocada em prol das classes oprimidas tem o Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo como *locus* de produções que eram influenciadas pelo movimento estudantil, que enfrentava as duras repressões políticas da época.

Segundo Carlos (2002, p. 164 *apud*. SANTOS e ALVAREZ, 2018) o DG-USP, ou melhor, a geografia que se fazia em São Paulo, orientava as novas reflexões para mudanças no campo tanto da geografia como ciência como das práticas políticas. Entretanto, Verdi (2015) ao analisar teses e dissertações do DG-USP entre 1964 e 1985, percebeu que traços de mudanças já se apresentavam antes mesmo da movimentação política de 1978 ao redor do mundo, com a hipótese de esse fato se dar pela aproximação epistemológica e influência da Escola Francesa.

Nos anos de 1970 e 1980, com base teórica-metodológica do materialismo dialético, um grupo de pesquisadores membros do Laboratório de Geografia Humana e da rede *La somme et le reste* na Universidade de São Paulo foi se formando. De acordo com Carlos (2012), faziam parte do grupo Amélia Luisa Damiani, Margarida Maria de Andrade, Odette de Lima Seabra e a própria Ana Fani Alessandri Carlos, e foram alguns dos responsáveis por pensar a disciplina de geografia urbana nessa universidade.

César Simoni Santos e Isabel Pinto Alvarez (2018) apontam dois momentos que levam à compreensão das transformações no campo da geografia no Brasil. O primeiro deles compreende o período de 1970 e 1980, no qual produções e trabalhos foram profundamente marcados pela tradição da teoria marxista e pelo método do materialismo histórico dialético. Segundo os autores, “os conceitos de produção, trabalho, propriedade, apropriação, divisão social do trabalho e alienação, tornam-se chave para a redefinição das noções de paisagem, espaço, região, cidade e urbano” (SANTOS e ALVAREZ, 2018, p. 518). É o momento que abre os caminhos para a ruptura epistemológica com a geografia “neutra”, afirmando a cidade ser um produto social e histórico, ao passo que a categoria trabalho se torna um meio pelo qual se entende as relações sociais e o modo como o ser humano transforma a natureza.

A base das obras marxistas e do materialismo histórico dialético leva geógrafos e geógrafas a pensarem no caráter mercantil do espaço e no valor embutido pelos interesses do Estado e do capital, sobrepondo o valor de uso. A propriedade privada também passa

a ser uma categoria possível para entender a segregação socioespacial “constitutivo da produção do espaço urbano, uma vez que ela é mobilizada em função dos processos de acumulação” (SANTOS e ALVAREZ, 2018, p. 521).

O segundo momento se deu a partir dos anos de 1990 com base nas formulações do filósofo e sociólogo Lefebvre, que auxiliam a radicalização ainda maior na geografia urbana crítica. Não que exista uma quebra temporal entre os acontecimentos, mas o alinhamento de uma geografia marxista com a teoria lefebvriana tem sua consolidação considerada por Carlos (2018) e Santos e Alvarez (2018) sendo a partir de reuniões (sob orientação do professor José de Souza Martins) para discutir a obra do autor. Não obstante, esse novo ramo que se formava na geografia urbana brasileira se radicalizava por não ver as políticas públicas (e, portanto, o Estado) como a solução dos problemas percebidos.

Das reuniões que se formavam para discutir Marx na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH) na década de 1970 até as reuniões para as leituras de Lefebvre já no final de 1980 e início de 1990, um grupo de pesquisadores se formou a partir de interesses semelhantes no que concerne à teoria urbana na geografia. Lefebvre orientou os caminhos já abertos por Marx para a construção teórica e metodológica de uma geografia urbana que radicalizou a crítica ao Estado e aproximou os termos marxistas da compreensão do espaço urbano.

Dessa compreensão, Santos e Alvarez destacam três eixos teórico-conceituais: *a produção do espaço* em concomitante relação com a economia política, outras noções possíveis da palavra produção e a quebra dos limites das relações de trabalho, não mais presos no ambiente fabril. Ligado à essa extrapolação das práticas de produção, o *uso e a troca* “diretamente ligados e atingidos pelas forças políticas e econômicas” (SANTOS e ALVAREZ, 2018, p. 523) que se apropriam e modificam o sentido da produção da vida e do espaço, fazendo presente as contradições e os conflitos entre o sentido da troca e a experiência plena do cotidiano. Diante dessa posição, a luta contra a *abstração* considerada pelos autores como o “salto do pensamento lefebvriano” (SANTOS e ALVAREZ, 2018, p. 523) e vai alimentar as proposições para ultrapassar essa condição e traçar novos caminhos do possível.

Através dessa geografia reconhecida como “marxista-lefebvriana” com origens arraigadas à geografia que se fazia em São Paulo, o espaço passa a ser entendido como produto e meio que se modifica de acordo com as formas de produção de determinadas épocas, bem como interfere e condiciona esses modos de produção. No contexto de

produção capitalista, o espaço absorveu as demandas necessárias para esse modo de produção se concretizar e se perpetuar continuamente através das próprias relações de produção e sociais de reprodução. Como o espaço é social, constituído de relações sociais de produção, a prática é uma prática social capitalista e se materializa como práticas espaciais capitalistas.

A questão da escala também foi de importância a ser apropriada, pois denotou o caráter tanto global como local que o capitalismo tem, com a criação de espaços padronizados que seguem a lógica da modernidade e da criação das cidades globais. O fenômeno da globalização se encarregou de disseminar o modo burguês de produção e consumo, sob pena de esquecimento dos que não se integrassem, tudo isso com certa colaboração do Estado. Há uma característica um tanto ou quanto geográfica no crescimento e expansão da burguesia aos interesses hegemonicamente dominantes de coexistência e dependência entre padronização de formas econômicas e a desigualdade.

Ele se expressa através de uma hegemonia dominante que interfere tanto no espaço como na cultura, na política e no saber, e pode ser representado pelas instituições (LEFEBVRE, [2000]2006, p. 28). É então nesse “racionalismo limitado” (LEFEBVRE, 2016a, p. 100) que a tecnicidade e o planejamento do espaço concebido e abstrato se fazem juntamente aos privilégios de classe e às estratégias na convergência do Estado e de empresas. O espaço passa a ter uma lógica de mercadoria e que pouco ou nada converge com as demandas cotidianos dos sujeitos.

Assim, o espaço criado pelo capitalismo é supostamente neutralizado e tem seus símbolos e especificidades atomizadas, onde “começa-se por produzir coisas, e por ‘investir’ em lugares” (LEFEBVRE, [2000]2006, p. 300). Essa característica pode ser melhor entendida pela tríade lefebvriana que mostra esse processo de mundialização: a homogeneização dos espaços na tentativa de padronização; a fragmentação desses espaços para aplicar sua valoração segundo o valor de troca; e a hierarquização dos espaços fragmentados com valor econômico e simbólico agregados. A homogeneização-desarticulação sugerida por Lefebvre (2016b, p. 48) mostra que o espaço se liga à sociedade existente cujo “caráter essencial é ser conjunta-disjunta” com a coexistência necessária e estratégica entre a unidade e a fragmentação.

Nesse ponto, pode-se relacionar o esteticismo à noção capitalista do espaço. Nas cidades – a percepção concreta do espaço urbano – os espaços que naturalmente se mostram como espaços de produção e de modernidade são os que seguem uma lógica padronizadora, são os prédios espelhados nas grandes avenidas comerciais que pouco ou

nada são adequados aos climas tropicais, por exemplo. Enquanto isso, as praias, as periferias e os parques que são lugares que fogem a essa estética padronizadora, parecem ser deslocados dos espaços de produção, descontextualizados, como se neles estivesse ausente o trabalho produtivo. Mas são os lugares onde se dá a reprodução das relações de produção que “inclui a reprodução pura e simples da força de trabalho” (LEFEBVRE, 2016b, p. 49). Essa especialização do espaço é necessária para o capitalismo, para que haja o silenciamento e esquecimento dos trabalhadores que produzem o espaço.

Além do espaço, o tempo também se limita ao modo capitalista de produção e se torna mercadoria com valor para compra e venda marcado pelo tempo do relógio. O tempo não se vive, mas passa a ser consumido. O tempo livre é apenas uma ilusão de que há a liberdade de escolha, mas se faz somente enquanto tempo do não-trabalho. Vive-se então o espaço-tempo social capitalizado. O capitalismo é criação e destruição, padronização e diferenciação,¹³ e tem de se reformular à medida que já não encontra meios pelos quais se manter. Na busca pela acumulação ele “é muito dinâmico e inevitavelmente expansivo” (HARVEY, 2005, p. 43), mas não pode encontrar barreiras que limitem a expansão do exército de mão de obra, ou seja, a oferta de mão de obra, a quantidade necessária dos meios de produção e mercado consumidor (HARVEY, 2005, p. 45), fatores que estão diretamente ligados à vida cotidiana.

Desse modo, com as mudanças no entendimento da geografia sobre o espaço urbano, a cidade passa a ser compreendida como mais que uma simples aglomeração ou reunião permanente, mas como trabalho materializado permeado pelas práticas cotidianas e sujeitos ativos. Carlos, ao tecer reflexões sobre o tema, pontua três aspectos pelos quais a cidade é entendida:

- a) A cidade enquanto *locus* da produção; b) a cidade enquanto reprodução da força de trabalho; c) aquela que articula as duas anteriores, permitindo pensar/apreender a dimensão do homem e do humano articulando as várias dimensões da cidade. (CARLOS, 2008, p. 121)

Para a autora, esses três pontos permitem que a reflexão sobre a cidade alcance seu caráter desigual, tendo em vista o acesso a terras e sua concentração, parcelamento e valorização do solo, fruto de estratégias históricas de interesses outros. Ao mesmo tempo, com base nos conflitos inerentes dessa contradição de interesses e uso dos espaços, assinalar a disputa e o confronto com os movimentos sociais e os sujeitos que produzem

¹³ Para Harvey (2015), uma das consequências dessa característica ambígua do capitalismo na paisagem geográfica é a distinção entre classes, gêneros e raça.

o espaço com o objetivo de traçar as possibilidades de ser e estar no espaço urbano sem intermédios. Assim, a geografia urbana permitiria compreender a abstração que envolve a sociedade e suas práticas espaciais, e o vivido dos sujeitos coletivos.

Na leitura de um mundo moderno que cada vez mais se tornava urbano, a “dialética do tempo transformou-se em dialética do espaço” (CARLOS, 2018, p. 20), e a atenção para com a realidade nos limites dos espaços de produção industrial passa ao nível da problemática urbana. Os questionamentos dos geógrafos da problemática urbana absorvem o vivido e as contradições do cotidiano diante das transformações urbanas que aconteciam de forma acelerada e impunham mudanças na função social da propriedade, nos valores, nos fluxos e nas atividades econômicas.

Abrem-se caminhos para se pensar o sujeito produtor de espacialidades, portanto, de conflitos, como imbuído de interesses e ativo, multifacetado com diferentes leituras e compreensões dessa produção materializada que é a cidade e do urbano como modo de vida. As relações sociais e as espacialidades decorrente delas se tornam o ponto de interesse da geografia urbana.

2.3. Os novos sujeitos em cena na geografia: pautas feministas, antirracistas e decoloniais

A linguagem é uma ferramenta de comunicação utilizada por anos e é através dela que as ciências se comunicam. Mas, desde a ascensão da perspectiva do positivismo cientificista, a neutralidade foi apropriada para a obtenção dos resultados como se independesse da existência e dos posicionamentos de quem faz as ciências. Assim, a linguagem, que é a maneira como a ciência apresenta seu desenvolvimento, configurou-se por uma falsa neutralidade que encoberta desigualdades, opressões e invisibiliza a relação de diferentes sujeitos com o espaço e o tempo. Segundo Patrícia Hill Collins, as pesquisas acadêmicas são permeadas pelos interesses de homens brancos de elite que estão sobre o controle da validação do que é ou não é conhecimento dentro dos parâmetros ocidentais (COLLINS, 2019).

Por mais definido que esteja que o objeto da geografia é o espaço geográfico e que, portanto, suas subdivisões são apelos interpretativos que convergem a um mesmo objeto, alguns adjetivos foram somados à geografia baseados em recortes que dão significado ao todo da realidade analisada. É na segunda metade do século XX que a geografia vai ao encontro de pautas históricas levantadas por grupos da sociedade diante de práticas políticas contra heranças patriarcais e coloniais, a partir da necessidade de se

visibilizar as diferentes experiências do vivido, ausentes nos discursos e narrativas espaciais.

Esse movimento eclodiu com força principalmente a partir da década de 1970, na efervescência dos movimentos feministas e negros que se espalhavam por todo o mundo na busca por igualdades que iam desde o fim da violência contra corpos de mulheres e negros, passando por reivindicações de reconhecimento cultural e por direitos educacionais. Em congruência, os estudos espaciais adotaram essa perspectiva política de questionar a posição de grupos “minoritários” nas pesquisas, tal como esses movimentos políticos perceberam a necessidade de espacializar suas reivindicações.

A partir disso, houve esforços para repensar a geografia em resposta a como o corpo era tratado como único e puro, universal ou concebendo o corpo não branco como diferente. Esse movimento emergiu também, em partes, como uma crítica sobretudo acerca dos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico dialético¹⁴ de Marx, que substancialmente explodiu no debate geográfico denunciando a luta de classes e materialização dessa na dinâmica global.

Um exemplo é a “geografia feminista”, que posteriormente passou a ser ferida no plural, “geografias feministas”, pelo objetivo de conseguir ampliar as visões científicas e ideológicas sobre o que é ser uma pessoa no mundo (SILVA, 2010, p. 40). O próprio movimento feminista não era homogêneo, e sim, plural e diverso, complexo ao abranger diferentes perspectivas filosóficas e conter desde de mulheres católicas, mulheres a favor da legalização do aborto, homossexuais, transexuais e mulheres não brancas (SILVA, 2010, p. 42).

Apesar de a geografia preocupada com as pautas feministas ter trabalhos desenvolvidos em diferentes correntes, como positivistas e marxistas, é a geografia humanista sob perspectiva fenomenológica que ampliou espaços na discussão através da análise cultural, principalmente a partir dos anos 1990, quando o caráter subjetivamente estreito da teoria e a universalização dos sujeitos foram questionados por movimentos pós-coloniais e pós-estruturalistas. Além da geografia feminista, outros adjetivos foram somados ligados ao objetivo que traçavam, como geografia da sexualidade e geografia *queer*. Foi essa nova geografia cultural e humanista – resultado do processo de renovação da geografia e da quebra de paradigmas – que incorporou as dimensões da construção

¹⁴ O materialismo histórico tem como ponto inicial da análise uma base econômica que se modifica com o tempo e motiva a sociedade a se complexar e assim, na medida em que essa base de modifica, sua estrutura e superestrutura (a política, a sociedade, cultura e ideologia) também se modificam.

social dos sexos, dos gêneros e dos corpos diante de relações de poder e de controle existentes no espaço.

Da mesma forma que o movimento feminista não é homogêneo, a teoria feminista na geografia desenvolveu três linhas principais de análise no que concerne ao uso do gênero. Segundo Deborah P. Dixon e John Paul Jones III (2006, p. 42, tradução da autora), essas linhas são: a) o “gênero como diferença”, pelo qual a geografia trata das dimensões espaciais de diferentes experiências; b) o “gênero como relação social” trata das complexidades das relações sociais entre homens e mulheres permeadas pelo patriarcado, que espacialmente limita as mulheres; e c) “gênero como construção social”, ou seja, o gênero é imbuído de significado não apenas de identificação entre homens e mulheres, mas também de identificação da sua relação com seu espaço-tempo.

Avançando nas inquietações sobre o gênero e espaço, na década de 1990 a esfera do corpo foi levantada por geógrafas feministas diante da percepção de que ele estava preso à esfera do privado e não era abarcado pela geografia que vinha sendo feita. Deste modo, tudo o que se relacionava ao corpo passou a ser questionado, como a maternidade e o controle da fertilidade, a violência e o feminicídio, os desejos e as sexualidades. A geógrafa McDowell defendeu a hipótese do corpo como um lugar, ou seja, o primeiro lugar de localização do eu onde o limite é o próprio corpo e acaba onde começa o outro corpo. Para conseguir captar os vários corpos constituintes da nossa sociedade, McDowell pensou o conceito de corporalidade para dar o sentido do corpo aberto, mutável e fluido (SILVA, 2010, p. 44).

Ademais, outro debate que tem sido densamente desenvolvido é a construção racionalmente masculina das ciências. Janice Monk e Susan Hanson (1982, p. 12, tradução da autora) afirmam categoricamente que a geografia exclui grupos que não são homens e brancos pelo fato de o conhecimento ser uma criação social e apontam que historicamente os geógrafos estiveram mais focados nas dimensões espaciais de classes sociais e se esqueceram dos papéis sociais como ser mulher e ser negro. Sobre isso, Silva denuncia:

As ausências da produção do saber e do poder tornaram-se focos de interesse e concebidas como contraditórias e complementares às presenças e expressões geográficas. A percepção da falta de grupos sociais ou temas que estão fora do discurso hegemônico da Geografia, não mais se justificava por sua a-espacialidade ou sua inadequação como objetos deste campo científico, mas pela hegemonia de determinada forma de conceber a produção do espaço, pretensamente

universal e neutra, que abafava a voz dos grupos não hegemônicos (SILVA, 2010, p. 42).

Dessa forma, geógrafas passaram a questionar as formas pelas quais uma ciência pode ser considerada masculina, como através da linguagem ou de quem está nos postos de fazer ciência, no caso como pesquisadores de renome. Na busca por superar essas questões, segundo Dixon e Jones III (2006), o termo '*[sic]*' é utilizado para indicar que a citação está sendo reproduzida exatamente da mesma forma, para mostrar o distanciamento entre quem está escrevendo e o autor citado e suas frases com teor sexista ou racista. A situação proposta por essa via da geografia não é substituir as palavras dos escritos geográficos, mas alargar as categorias de análise que fazem parte da análise geográfica, como paisagem e região, para categorias como o cotidiano e atividades que abarquem a reprodução dos sujeitos.

Robyn Longhurst (1995, p. 98) afirma que na cultura ocidental moderna os homens puderam conceber o corpo como um simples recipiente onde podem guardar sua consciência, enquanto isso nunca foi possível para mulheres, negros, homossexuais e idosos, por seus corpos carregarem relações hierárquicas e desiguais. Assim, como em Descartes, pensar para logo existir remete à validação do que é ciência ou não, sempre duvidando e buscando provar algo com base em alguma sistematização. Essa racionalidade compõe até mesmo a geografia em o que Longhurst concebe como "racionalidade masculina" sendo "a forma de conhecimento que assume um saber que acredita que pode separar ele mesmo do seu corpo, emoções, valores e experiências passadas" (LONGHURST, 1995, p. 98). Dessa maneira, a racionalidade masculina os coloca como os mais objetivos possíveis ao não se inferirem de posição social que é particular e, assim, o corpo é universalizado e esvaziado de relação com seu espaço-tempo.

O questionamento quanto à racionalidade masculina indica que as autoras e os autores que seguem essa linha afirmam a existência de noções sobre corpo e mente que são correntemente consideradas pelos cientistas como um dualismo, no qual a mente é a razão, e o corpo, sentimento. Ainda de acordo com Longhurst:

A mente tem sido tradicionalmente correlacionada com termos positivistas como razão, sujeito, consciência, interioridade atividade e, claro, masculinidade. O corpo, por outro lado, tem sido implicitamente associado a termos negativos como paixão, objeto, inconsciência, exterioridade, passividade e, claro, feminilidade. (LONGHURST, 1995, p. 99, tradução da autora)

Para que exista a racionalidade masculina é preciso que exista um contraponto. Dessa maneira, o corpo age como o “outro” na geografia, ou seja, dependendo da vertente que se estuda, o corpo vai ser negado ou desejado. É a condição pela qual a racionalidade masculina e branca, segundo Longhurst (1995) pode se identificar e se firmar, isto é, criar um contraponto negativo, o “outro” que deve ser irracional.

Ainda sobre o fetichismo da racionalidade, Donna Haraway (1988) concebe a expressão metafórica “*god trick*”, que significa “truque de deus”. Essa expressão faz referência ao modo como os cientistas e pesquisadores se colocam como observadores distantes do objeto e de toda “irracionalidade” de modo a manter seu poder travestido de rigor científico. Desse modo, aquelas e aqueles que se propuseram a pensar de modo diferente as espacialidades tiveram inicialmente de contrapor essa posição – do “olho que tudo vê” – para, assim, construírem um campo de estudos que abarcasse as várias expressões do vivido.

Em 1991, Massey, em *Space, Place and Gender*, mais especificadamente no capítulo chamado *Flexible Sexism*, discorre sobre a reivindicação do feminismo pelo pós-modernismo e modernismo. O primeiro é considerado por ela como quem carrega “o potencial democrático da pluralidade de vozes e pontos de vista, o fim da noção de ciência e sociedade incessantemente e tediosamente masculina, uma hierarquia patriarcal com a reivindicação à verdade” (MASSEY, 1994, p. 212, tradução da autora). Por outro lado, o modernismo é colocado por ela como o que “aponta para a possibilidade de progresso e mudança” (MASSEY, 1994, p. 212, tradução da autora).

Nesse capítulo específico, Massey fez críticas direcionadas a Harvey e a Edward Soja por suas obras *The Condition of Postmodernity* (1989) e *Postmodern Geographies* (1989), respectivamente. Em sua obra, Harvey assinala que, a partir de 1972, ocorreram mudanças abissais que ajudam a explicar as novas formas de experimentação do espaço e do tempo (HARVEY, 2008, p. 7). O autor ainda complementa no decorrer do texto:

Seja como for, considero importante aceitar a proposição de que a evolução cultural que vem ocorrendo a partir do início dos anos 60 e que se afirmou como hegemônica no começo dos anos 70 não ocorreu num vazio social, econômico ou político (HARVEY, 2008, p. 65)

Mas, a reflexão que Massey levanta das obras de Harvey e Soja gira em torno da ausência, ou até mesmo da possível negação, da contribuição feminista na geografia, já que se atentaram somente ao debate teórico e dicotômico entre sociedade e espaço. Não que Massey clamasse que mulher e gênero fossem mais mencionados, mas o que a

impressiona é a falta de atenção e atualização com o que o feminismo e as feministas vinham debatendo naquele momento e por muitos anos antes.

Além da invisibilidade da produção de vozes que vinham articulando a geografia, a sociologia e a prática política, outro ponto denunciado por Massey foi como esses autores tendiam a uma generalização de sujeitos como ocidentais, brancos e heterossexuais em nome de uma simplificação das relações de poder e relacionando apenas o capitalismo sem englobar outros aspectos como racismo e homofobia. Essa é uma crítica recorrente à vertente marxista da geografia.

Sônia Alves Calió (1997, p. 6) defende a ideia de que alguns autores, na tentativa de transformar o mundo, acabam por incorporar as mulheres em uma posição geral de classe que se refere e generaliza todas as restrições que vão compor os lugares de classe. Nesse raciocínio, ao mesmo tempo que elencam uma categoria fundamental para os estudos urbanos (a propriedade), esquecem-se da relação de propriedade que se dá entre o homem e a mulher, a propriedade para além da posse física, mas simbólica que significa a liberdade de se dar sentido a outro corpo que não o seu.

Por outro lado, Gillian Rose (1993, *apud*. LONGHURST, 1995, p. 100) direciona sua crítica também para a própria geografia humanista, que apesar de recuperar e de se preocupar com o corpo, o colocando como um lugar em si, alguns autores como David Seamon na década de 1970 falharam em reconhecer o significado de esses corpos serem corpos negros e sexuados.

O que se percebe através das revisões bibliográficas é uma tradição difundida, mesmo que a passos lentos, de outras perspectivas na geografia geral e urbana internacional, tendo mais visibilidade trabalhos anglo-saxões, que de certa forma ressignificaram os objetivos esperados, como o planejamento urbano e a vida nas cidades. Assim como Rose, Longhurst, Massey e McDowell, outras geógrafas emergiram desde os anos finais do último século para questionar a epistemologia na geografia, as práticas econômicas e informalidade, migração, e a práxis cotidiana de mulheres ao redor do mundo, como Julia Cream, Janice Monk, Cindi Katz, Lise Nelson, Louise Johnson, Gil Valentine, Maria Rodó-Zárate, Catherine Nash, Sofia Zaragocin Carvajal, Kirsten Simonsen, entre outras.

Ao longo dos questionamentos que se levantavam quanto às novas geografias possíveis, foram acrescidas pulsantes questões que indicavam a necessidade de obstruir os limites coloniais do discurso, ponto de vista caro aos países da periferia do capitalismo. Desses países, alguns trabalhos surgem com ênfase na experiência compartilhada da

produção do espaço da mulher de “terceiro mundo”, como os desenvolvidos pelas geógrafas Anindita Datta, Mariama Awumbila, Mary Njeri Kinyanjui, nos quais a conexão entre a produção do espaço e a sistemática reprodução do poder impõe os ditames da vida.

A exemplo de outras perspectivas, Kinyanjui tece leituras que buscam a justiça social e econômica, ligando pequenos negócios ao gênero, além de alargar as questões sobre a posição de mulheres camponesas, artesãs e comerciantes na economia global. Em seu livro *Women and the informal economy in urban África: from the margins to the centre* (2014), Kinyanjui oferece outro olhar para se pensar o espaço urbano através das práticas econômicas de mulheres no continente africano, em especial na cidade de Nairobi, no Quênia. Segundo a autora, “as cidades pós-coloniais não foram capazes de se livrar de seus papéis tradicionais conforme definido durante o colonialismo” (KINYANJUI, 2014, p. 75), ou seja, o lugar de exportação de matérias primas.

Assim, Kinyanjui aproxima um outro olhar geográfico ao estudo da condição da mulher nas cidades, sobretudo a diferenciação dos papéis das mulheres nas zonas rurais e urbanas. Nesse exemplo, a autora reflete sobre as práticas socioespaciais, nas quais as mulheres nas cidades desempenham funções de reprodução, mas que buscam outros meios de trabalho para além dos postos formais, como na venda de alimentos, cerveja e roupas. Essa dinâmica faz parte dos esforços da informalidade econômica explorada por Kinyanjui (2014), que além de ser uma gestão da vida precarizada, é uma estratégia de inclusão no modo de vida urbano.

Ainda nessa perspectiva terceiro mundista, nos últimos anos estudiosos da teoria urbana vêm debatendo questões sobre a necessidade de se repensar o caráter generalista que engloba especificidades em uma realidade única. Garth Myers (2017) tem tecido assertivas considerações seguindo o movimento *Black Urbanism*, que tem a proposta de pensar o potencial papel das teorias urbanas partindo do continente africano para os estudos globais ou mesmo para refletir sobre a vida cotidiana em outras cidades do Norte global. Ou seja, a sugestão metodológica é de inversão do movimento, uma vez que as teorias anglo-saxônicas são utilizadas para a análise da questão urbana no mundo todo.

Nesse sentido, *Black Urbanism* – com origem vinculada ao *Centre for Urban and Community Research* no *Goldsmiths College* (Londres) – não oferece uma proposta só para negros ou cidades africanas, mas sim um olhar para a experiência cotidiana de residentes negros das cidades, como ponto chave para entender o “vivido da cidade” (GARTH, 2017, p. 455, tradução da autora). Esse termo se recusa a colocar-se em um

essencialismo cegante, e segundo Myers (2017), ele mostra a extensão do mundo que fica escondido, às sombras.

Outra vertente que tem construído um concreto arcabouço teórico em países de língua inglesa são as *Black Geographies*,¹⁵ que aproximam a geografia das questões raciais em suas diversas dimensões (maternidade, encarceramento, migração) e contam com as reflexões de Katherine McKittrick, Camilla Hawthorne, Rashad Shabazz, Caroline Bressey, Ruth Wilson Gilmore, Patricia Daley, Sharlene Mollet, Richard Schein dentre outros.

Inclusive, McKittrick foi uma das pioneiras em convergir interdisciplinarmente a geografia com outras áreas para que a geografia feminista negra fosse possível. Através da corporeidade e do debate sobre a diáspora, McKittrick desenvolveu obras como *Demonic grounds: black women and the cartographies of struggle* (2006) e *Black geographies and the politics of place* (2007) que orientaram diversos outros estudos. Suas obras mostram como o feminismo negro e a política que ele carrega podem ser entendidos como uma luta que se concretiza no espaço.

Mesmo frente à resistência da academia de repensar suas possibilidades, geógrafas e geógrafos na América Latina, e em especial no Brasil, também têm avançado para pautas como essas. Frente à diversidade histórica e cultural de cada país, alguns eventos são comuns, como a expropriação de povos nativos pelas sucessivas invasões europeias, a posição de periferia do capitalismo na divisão internacional do trabalho, o histórico de ditaduras e de investidas imperialistas dos Estados Unidos. O fato é que a percepção do não pertencimento nas estruturas da produção de conhecimento levaram pesquisadores e pesquisadoras a reivindicarem sua posição única no mundo, valorizando suas experiências vividas que os diferenciavam das leituras europeias e norte-americanas.

Assim como em outros países, no Brasil as inscrições de gênero, por exemplo, ganharam escopo no campo da geografia cultural e na abrangência de outras perspectivas nos campos da geografia agrária e urbana (SOUZA et. al., 2020, p. 47), somando ao diálogo com autores como Judith Butler, Simone de Beauvoir, Joan Scott e Pierre Bourdieu. Também houve esforços para produções feministas que articulassem gênero e a teoria marxista, adentrando em uma análise que relaciona aspectos socioeconômicos com a vida de mulheres no espaço (SCHEFLER, 2000; GARCIA, 2010; SANTOS, 2018). Mesmo que mais restritos na geografia brasileira, são trabalhos que aproximaram a

¹⁵ Para conhecer mais sobre Black Geographies, acesse <https://blackgeographies.org/>.

produção capitalista do espaço urbano com a divisão sexual e racial do trabalho, feminização da pobreza e precarização de atividades produtivas e reprodutivas de mulheres.

Apesar de as teorias feministas estarem presentes nas produções geográficas na América Latina – através dos escritos de Mônica Colombara, María Verónica Ibarra García, Rosa Ester Rossini, Irma Escamilla-Herrera, Diana Lan, dentre outras – as mesmas barreiras de silenciamento nas abordagens são correntemente denunciadas. No Brasil, por exemplo, pesquisas nessa vertente são possíveis graças à reunião de docentes e discentes com tais interesses temáticos em comum, e à profusão de grupos de estudo e pesquisa nas universidades. Essa onda feminista e das sexualidades ganhou força especialmente através dos esforços de Calió, Joseli Maria Silva e Márcio José Ornat, além também da criação da *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero* em 2009, que aproximou as perspectivas de vários países latino-americanos.

A pungência das denúncias de invisibilidade das produções geográficas no Brasil e na América Latina se diferencia das produções anglo-saxões pela existência do poder sistêmico de herança colonial que compõe a imagética social de “sujeitos de terceiro mundo” e é também responsável pela manutenção de hierarquias na organização espacial. Sobre isso, Silva e Ornat afirmam:

O fazer científico capaz de construir visibilidades de sujeitos produzidos como invisibilizados na geografia só é possível quando compreendermos que a invisibilidade não é causal, mas produzida pelo poder da tradição dos aspectos teóricos e metodológicos que delimitam uma determinada visão de mundo e até mesmo as perguntas que somos capazes de formular sobre uma dada realidade espacial (SILVA e ORNAT, 2020, p. 166)

É o que permeia tanto a linha feminista, como a antirracista e decolonial da geografia, ou seja, o desejo de confrontar essa invisibilidade que tem como base relações de poder. Essas perspectivas se orientam pela superação do caminho que foi construído na geografia que, além de invisibilizar a condição espacial das mulheres, também deixa à margem a condição espacial de pessoas não brancas.

É imprescindível ressaltar que o movimento decolonial se diferencia do pós-colonial por terem contextos históricos e sociais diferentes, mesmo ambos objetivando a visibilidade da parte subalternizada do globo, ou os países de “terceiro mundo”. O pós-colonialismo, que surgiu a partir dos anos de 1980, tem como gênese o debate asiático e africano e seu contexto como neocolônias europeias, tendo como foco principal questionar a perspectiva ocidentalista e moderna que orienta a visão de mundo.

Já a origem da teoria decolonial têm como contexto a exploração da América Latina e tem estruturado um longo debate sobre a noção de que, mesmo com o fim do colonialismo de fato, o sistema capitalista moderno impõe classificações de raça e etnia para basear as estruturas de poder e direcionar funções segundo esses diferenciais. Nesse sentido, a então “colonialidade” está contida até mesmo na produção dos saberes, visto que é necessário para as sociedades capitalistas que seja mantido a divisão do mundo no que tange à divisão do trabalho.

Sob as tramas da teoria decolonial, Ratts tem levantado questões sobre povos tradicionais indígenas e quilombolas e reafirmado a necessidade de utilizar a geografia para reinterpretar o mito da democracia racial, para que seja possível a percepção do espaço enquanto racialmente segregados. Juntamente com outros autores, como Diogo Marçal Cirqueira e Lorena Francisco Souza, Ratts oferece contribuições para repensar geografias outras no contexto brasileiro, em especial sob uma perspectiva regional.

Esses autores citados compõem um coletivo de geógrafas e geógrafos negras/os, recém-formado no Brasil. No XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ENANPEGE) ocorrido no ano de 2019 em São Paulo, um grupo composto por pesquisadores, docentes e discentes negras e negros vinculados à geografia brasileira elaboraram um manifesto intitulado “Por uma geo-grafia negra”. Nele foi apresentado o histórico da geografia negra no Brasil com as obras de Milton Santos e posteriormente com outros pesquisadores que se atentaram às abordagens espaciais em consonância com a intelectualidade negra e ativista. As então *Black Geographies* e as geografias feministas foram colocadas como referência para que essa sistematização no Brasil fosse possível. No Manifesto, o Coletivo coloca:

Não há um projeto único de geo-grafias negras. Trazemos algumas questões: ter condições e recursos de estudo e pesquisa das temáticas étnica, racial e africana, seja em equipes diversas – étnica e racialmente – ou em grupos negros; ter nos cursos de ensino básico, técnico e tecnológico, de graduação e pós-graduação a possibilidade de estudar estas temáticas na perspectiva da autoria negra de Geografia e áreas afins; reconhecer o estatuto epistemológico de um conjunto de saberes e conhecimentos negros, inclusive aqueles produzidos por mestres/as do saber e da militância; ter como perspectiva, no horizonte das políticas de ações afirmativas, a implantação de cotas étnico-raciais e o aumento do número de geógrafos/as negros/as como docentes do ensino superior (COLETIVO DE GEÓGRAFOS NEGRAS/OS, 2019, n/p).

A partir de estudiosos de outros campos do saber, como Lélia González, Manuel Querino, Abdias do Nascimento e Beatriz Nascimento, emerge na geografia um horizonte

espaço-temporal na perspectiva atlântica, entendendo a estreita relação entre a sociedade brasileira e a africana em diversos momentos.

O que podemos perceber com a descrição dessas novas perspectivas é a constante denúncia de invisibilidades na geografia em geral e, a partir disso, propomos repensar a geografia urbana brasileira, por ser um celeiro de discussões que têm como horizonte a transformação social. Como pudemos ver, as mudanças e a justiça social sob o olhar geográfico já eram demandadas, diante das movimentações políticas e culturais que aconteceram principalmente no final do século XX e início do XXI, e foram somadas às reivindicações de grupo feministas e antirracistas.

Esses grupos denunciam, basicamente, a generalização das experiências vividas baseadas em como a geografia abarca seus recortes, como o espaço urbano. Historicamente há o debate acerca do espaço público como algo da atividade masculina e o espaço doméstico ou privado como algo da atividade feminina e, durante algum tempo, os estudiosos do espaço negligenciaram a perspectiva das práticas socioespaciais das mulheres nas cidades tendo em vista a ideia do privado como uma escala que é importante. Segundo Machado, “estes pesquisadores despolitizavam a esfera do doméstico, colocando-o fora do urbano. Era como se as ações das mulheres não estivessem entre as ações que mudaram e mudam a sociedade” (MACHADO, 2016, p. 97).

Falar em espaços neutros nos sugere uma afirmação clara de espaços masculinamente dominados que contrapõe o posicionamento das geografias feministas, antirracistas e anti-homofóbicas. Sugerir que os espaços não sejam vistos pelas diferentes esferas da vivência em determinados espaços e tempos segue a linha tênue do discurso tecnicista e, portanto, universalista, que reduz toda a possibilidade de diversidades e pluralidades. O que essas vertentes geográficas objetivam é a compreensão da coexistência de cidades e espaços para cada sujeito na lógica hegemônica de produção dessas cidades e desses espaços por vezes abstratos.

Porém, mesmo com o crescimento dos estudos sobre gênero e raça no mundo e no Brasil, dificilmente esses estudos conseguem atingir a complexidade da produção e reprodução da vida de mulheres não brancas, e aqui, atentamos às mulheres negras, visto que são experiências historicamente diferentes nas cidades. O debate sobre o público e privado relacionado ao lugar e à função da mulher no espaço urbano não funciona de forma generalizada para todas as mulheres, já que a divisão do trabalho na sociedade brasileira é historicamente permeada por inscrições raciais.

Apesar desses exemplos de pautas levantadas na geografia contemporânea, seja na vertente da geografia cultural, seja na marxista, percebemos que a difusão desses temas na geografia urbana ainda é embrionária. Quando procurados, esses temas são encontrados – mesmo que também em pouca quantidade – como produções de outras áreas do conhecimento, em especial o urbanismo e a sociologia urbana.

A geografia urbana brasileira, que se formalizou a partir da Escola Francesa, tem a base própria e concreta em autores que brilhantemente demonstram a mutabilidade e a abertura do espaço urbano, como uma dimensão materializada das relações sociais. Uma vez entendido que o espaço se relaciona, produz e é produzido por relações sociais de produção (SANTOS, 2014; CARLOS et. al., 2018), sua função, os fluxos, as fragmentações, os tempos e os agentes, regidos pela lógica financeira, são desvelados.

Partimos agora para refletir sobre os limites e as possibilidades de relacionar o fenômeno urbano com o contexto sócio-histórico brasileiro, pensando as ausências históricas e as presenças que potencializam a compreensão da problemática urbana. A partir disso, abrir os caminhos dentro da própria geografia urbana crítica e radical, de base marxista-lefebvriana, para adoção da perspectiva racial e de gênero nos seus estudos.

CAPÍTULO 3 – AUSÊNCIAS E PRESENCAS EM TORNO DOS CORPOS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO

Figura 1 - Colagem A Cidade pela Coletiva Terra Preta



Bruna Lúcia dos Santos, 2021

Nos capítulos anteriores foi apresentado um panorama da construção pela geografia urbana brasileira de uma compreensão sobre o fenômeno urbano e as cidades por meio do levantamento de pesquisas acadêmicas e ementas da disciplina oferecida em cursos de universidade selecionadas. Depois de analisar as obras levantadas, verificou-se a incipiência da temática racial e de gênero, seja de forma conjunta ou dissociada, nos trabalhos da geografia urbana. Constatou-se, finalmente, que aqueles trabalhos que abordavam as questões que destacamos nesta dissertação não eram formulados pela perspectiva crítica e radical, ou seja, aquelas com base no materialismo histórico dialético.

Outras questões surgiram após a sistematização das ementas dos cursos de geografia urbana nas universidades públicas brasileiras. A maioria expõe robusto arsenal teórico como referências para o que, em resumo, orientaria estudantes e docentes a saber a origem ocidental das cidades, compreender a complexidade do fenômeno urbano como algo recente, o espaço como produto histórico, social e desigual, a produção do espaço urbano nos moldes capitalistas, bem como os conflitos que surgem dessas contradições espaciais.

As referências de renome utilizadas abrem o campo da geografia urbana para a formação de possíveis futuros pesquisadores e dentre bibliografias básicas e complementares entrelaçam os argumentos, os conceitos e as teorias que por anos vêm se construindo. Mas, o que liga o resultado dessas duas sistematizações é uma clara ausência de inscrições raciais e de gênero como referências para cursos de geografia urbana, e ausência de obras – em especial na geografia urbana crítica – que as utilizem no plano da totalidade.

Instigadas por essa primeira exposição, partimos para o segundo capítulo, no qual pudemos ver como a geografia se consolidou no Brasil e como ela acompanhou o ritmo acelerado de mudanças políticas, ideológicas e epistemológicas, em especial a partir da década de 1970. A geografia, ainda a serviço do Estado, da neocolonização e do imperialismo, passou pelo processo de renovação, apresentando uma possível superação, rumo às denúncias de desigualdades, tensionando questões espaciais em determinado contexto histórico e apontando as ações dos sujeitos enquanto ativos na produção do espaço.

No Brasil, a geografia urbana – que viu firmar seus primeiros cursos universitários através da Escola Francesa – avançou principalmente através das monografias urbanas de Monbeig, mesmo em meio às influências da Escola Americana naturalista. Congressos e Encontros da AGB tiveram papel fundamental para resgatar a preocupação dos geógrafos

socialmente engajados sobre a sociedade e a cidade, até chegar ao plano de debates que temos hoje no meio acadêmico.

Diante da percepção da ausência ou generalizações espaciais contidas em teorias e trabalhos científicos, o movimento feminista e antirracista encontra na geografia campo fértil de críticas, ao mesmo tempo que a própria geografia se abre às novas experiências oriundas das mudanças após a década de 1970. Debruçadas principalmente na base teórica fenomenológica, as geógrafas passaram a construir seu próprio arcabouço teórico-metodológico e a se distanciar das bases marxistas, seguindo o movimento pós-moderno.

Mesmo com a noção de que raça e gênero são categorias que se concretizam no espaço, o que foi mostrado no início desta dissertação com a coleta de dados é justamente que a geografia urbana (e em especial a crítica e radical) ainda não conseguiu captar a complexidade dessas relações nas cidades brasileiras. Mesmo que a geografia cultural tenha aberto o campo para explicar o vivido e as experiências de diferentes pessoas com o espaço, tais questões não devem se limitar a um campo epistemológico, visto que a geografia crítica assumiu e tem assumido seu compromisso em desvelar as contradições e desigualdades existentes.

Portanto, o objetivo deste capítulo é, partindo da história, pensar que as cidades brasileiras são cidades erguidas e até hoje funcionais pelo trabalho de mulheres negras. Esse será o momento de demonstrar que outras perspectivas são possíveis sem que seja necessário abandonar todas as outras referências clássicas da teoria urbana. Antes de tudo, é preciso que pensemos a história do Brasil, a condição de ser mulher negra e a sua inscrição na geografia urbana crítica e radical brasileira à luz da noção lefebvriana de espaço, cotidiano, corpo e a teoria das representações.

3.1. Sobre representações e ausências

Após o primeiro momento de descrição do panorama e do segundo momento, o analítico-regressivo, para retorno e entendimento do presente ao passado, alçamos a pesquisa de volta ao presente, mas desta vez mais elucidado pelas questões colocadas nos capítulos anteriores. Agora, tendo entendido o caminho pelo qual a geografia urbana crítica e radical foi e tem sido desenvolvida, cabe traçarmos os outros possíveis caminhos a partir da lacuna percebida e procurar alargar o debate para que chegue a um diálogo com outros autores, no qual a realidade brasileira seja entendida em toda sua amplitude.

Vimos que, mesmo que em menor contingente, existem trabalhos realizados e redes de pesquisa tanto no Brasil como ao redor do mundo que reclamam a posição da

academia, e em especial da teoria urbana, de se atentar às questões tangentes à raça e gênero. Entretanto, grande parte desses trabalhos seguem outros métodos teórico-conceituais que não o materialismo histórico e dialético, e a hipótese percebida é tanto da crítica ao método como economicista, como a dificuldade de se encontrar referências para perceber que essa leitura não é só possível, como necessária.

Apesar de serem ainda incipientes, tais trabalhos já significam a organização de estudantes, docentes, pesquisadoras e pesquisadores preocupados com a leitura que se faz das cidades e como a ciência se comporta frente aos sujeitos que insurgem. É o primeiro passo para que, a partir disso, sejam possíveis os diálogos para produção de pesquisas e documentos sistematizados sobre a condição urbana de mulheres negras.

Em relação à geografia urbana crítica e radical, como apresentado no capítulo 2, sua proposta é alargar o debate e as críticas já elaboradas por bases teóricas como Marx e Lefebvre, através do método do materialismo histórico dialético. Esse método, por sua vez, auxilia na leitura da dinâmica material e concreta da sociedade, como uma forma de análise que extrapola o sociológico e oferece as contribuições necessárias para a compreensão do espaço.

A questão material concebe a realidade não como mera questão causal, mas sim a razão para a organização da sociedade como é, e, logo, a organização e produção do espaço urbano em sua dimensão material. Através da dialética, as contradições são percebidas e apontadas, contradições essas que transformam a sociedade. Segundo Lefebvre, “esse método parte das mais simples relações fundamentais que encontramos historicamente, na verdade, essas são relações econômicas” e complementa que “relações econômicas não são as únicas relações, mas as mais simples encontradas como ‘momentos’ em relações complexas” (LEFEBVRE, [1940]2009, p. 73, tradução da autora).

Entretanto, a categoria da totalidade, também utilizada por teóricos marxistas, é recorrentemente atacada por epistemologias da pós-modernidade por superficialmente ser a soma de todas as partes, o que poderia significar que compreender o real em sua totalidade invisibilizaria justamente a observação das partes. No entanto, a totalidade implica o conjunto de relações, não de partes isoladas, mas da sua relação que forma o todo, ou como pontua Lefebvre, “materialismo histórico dialético não é economicista. Ele analisa relações e assim as reintegra no movimento do total” (LEFEBVRE, [1940]2009, p. 73, tradução da autora).

Como o próprio Marx afirma, “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade na diversidade” (MARX, 2011, p. 77).

Segundo Lukács:

Não basta recordar aqui, mais uma vez, a importância da acentuação marxiana da distinção entre essência e fenômeno. E isso porque, considerado isoladamente, qualquer fenômeno poderia, uma vez transformado em “elemento” por meio da abstração, ser tomado com ponto de partida; só que tal caminho não levaria jamais à compreensão da totalidade. O ponto de partida, ao contrário, deve ser uma categoria objetivamente central no plano ontológico (LUKÁCS, 2012, n.p.)

Mas esse todo é mediado de forma complexa, pois deve compreender o conjunto das partes com determinações não só objetivas, como também subjetivas, uma vez que é um método dialético, de complexo movimento do ser e não ser. Existe uma dialética entre o singular e o total que não nega a possibilidade da existência do singular na totalidade. A totalidade se singulariza em cada contexto específico, assim como a singularidade nas relações entre si se totaliza, faz parte de todo. Por isso, em todo campo científico, é necessário adotar uma base metodológica e observar os limites que ela tem sobre a realidade que é apresentada, e assim se abrir às novas possibilidades de leitura.

Tanto as obras de Marx como as de Lefebvre têm contextos espaciais e temporais e, portanto, o papel da pesquisadora que os adota como bases teórico-metodológicas é não se privar de avançar no debate. Em *O Capital*, Marx investigou a categoria “valor”, considerado por ele elemento que determina o ponto de partida para a compreensão da realidade e que ilumina uma questão fundamental que é o caráter social da produção, podendo também ser captada pela geografia urbana para a leitura da produção do espaço urbano.

Se a teoria marxista nos apresenta o valor como ponto de partida, principalmente para levantamento das contradições e dos conflitos existentes, cabe a nós, geógrafas e geógrafos brasileiros, compreender como essa categoria se comporta na realidade do país. Em outras palavras, como o valor interfere – em um Brasil movido pelo racismo e patriarcado de um passado colonialista e também de práticas capitalistas atuais – na estruturação social, na produção e organização do espaço urbano e no cotidiano.

A história de formação econômica, política, cultural e ideológica do Brasil não só nos guia rumo ao entendimento de como visualizar os aspectos socioespaciais e suas contradições no presente, como também nos permite perceber os avanços e as lacunas na racionalidade que permeia o pensamento geográfico. É possível visualizar categorias-

chave para a compreensão do espaço urbano atualmente, como a posse de terras e os usos e a função dos espaços na cidade, tanto como as práticas sociais.

A proposta neste ponto da dissertação não é resumir a condição espacial ao passado escravista, visto que, tanto o racismo – com base na diferenciação entre negros e brancos – como o patriarcado são ideologias e práticas ainda atuantes nos dias de hoje. Seguimos a afirmação de Lefebvre ([1940]2009, p. 94, tradução da autora) de que “o materialismo histórico dialético não deve ser restrito no presente” e, dessa forma, entender que sociedades passadas devem ser analisadas, considerando que a dinâmica colonial e patriarcal brasileira foi a base para o desenvolvimento capitalista, assegurado pela exploração da mão de obra negra e do trabalho reprodutivo de mulheres. Essa estrutura deixou heranças no *modus operandi* da sociedade brasileira, mas são atualmente acentuadas pelo sistema capitalista e na sua continuada forma de utilizar a divisão do trabalho para atingir seu principal objetivo, o lucro.

Em uma sociedade em que vai se constituindo sob a acumulação de capital, o trabalho se torna o cerne das contradições que nela se formam. Não é só uma atividade repetitiva esvaziada de finalidade e sim a base da dinâmica social, o modo pelo qual se configura a nossa vida e, logo, a exploração desse trabalho é a condição primária para obtenção da riqueza. Sob o manejo estratégico da escassez, é necessário também que a força de trabalho não esteja ligada à posse de terras, orientando essa mão de obra para a busca das necessidades muitas vezes criada para sustentar justamente esse capital.

Pensar no trabalho social, que o estende à produção e reprodução da vida, é também apontar os agentes sociais que constroem e vivem a dinâmica social e espacial em sua diversidade de sentidos e práticas sociais. Pessoas que foram retiradas de forma brutal de suas vidas em África rumo aos vários lugares do mundo, e em especial para as Américas através do trânsito Atlântico em um movimento triangular da “passagem do meio” (*Middle passage*), envolvendo três continentes: o europeu fornecendo o capital, o africano com o trabalho e o continente americano com o grande contingente de terra e de recursos, que retornariam em forma de suprimentos ao mercado europeu.

Nesse movimento triangular de expropriação dos corpos e da força produtora, o Brasil se inseriu na dupla dinâmica do capitalismo comercial e internacional com a exportação da matéria-prima, bem como no capitalismo industrial no advento da Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX em torno do continente europeu. Dessa forma, diante do caráter informativo que as mudanças econômicas e históricas europeias denotavam à economia brasileira, Heleieth Saffioti (2013, p. 205) afirma que “a história

da economia brasileira é a história de uma constante e renovada articulação no sistema capitalista internacional”.

Ao pautar as diferentes formas de colonização, Patricia Villen (2013) oferece a ideia da diferenciação entre colônias de exploração e colônias de povoamento para entendermos o processo colonial e seus resquícios no passar dos séculos. As colônias de povoamento, mais instauradas ao norte do continente Americano, eram baseadas no prolongamento das sociedades europeias em um novo território, na criação de um novo mundo e novas oportunidades em uma terra nova e diferente, tendo como fundamento principal o extermínio dos povos originários desses territórios.

Em contrapartida, as regiões tropicais que dispunham de solo fértil e recursos naturais em abundância significaram a possibilidade de exploração de elementos dos quais o continente europeu não dispunha, marcando o sentido da colonização brasileira e da organização socioespacial sob as condições de território provedor. Nas colônias portuguesas, como o Brasil, não era interessante o extermínio da população originária, uma vez que seria utilizada de forma exploratória como força de trabalho juntamente aos negros escravizados trazidos do continente africano.

Assim, a história do Brasil, antes mesmo de ser marcada pela precarização do trabalho nas fábricas, é marcada por uma divisão do trabalho diante da dicotomia existente entre o “colono-branco-europeu” como dirigente e os “indígenas e negros” como raças inferiores dominadas como força de trabalho, relação de precarização materializada no espaço e no ordenamento territorial. Ainda enquanto colônia, o Brasil assume o papel fundamental como território explorado e dependente da dinâmica colonial europeia e da ascensão de um capitalismo comercial e industrial.

Para que essa disposição fosse possível, a subordinação de pessoas perante sua diferenciação fenotípica era primordial. Acrescentam-se a baixa disponibilidade demográfica da população portuguesa para serem a mão de obra livre na grande extensão de terras brasileiras e a dificuldade de lidar com alguém (os nativos) que seja o dono da terra e da própria força de trabalho. Ou seja, o objetivo de expropriação de bens nativos e o acúmulo de riquezas era impossível diante de qualquer igualdade entre os sujeitos (SAFFIOTI, 2013, p. 207), seguindo a lógica da expropriação do corpo.

A partir do momento em que o sujeito (não branco) não é dono nem do próprio corpo, ele não poderá ser igual ao outro, no caso, o branco. Nessa lógica, entende-se que a divisão social do trabalho foi não só o instrumento de exploração colonial, mas também

o “fator de acumulação de riqueza e suporte para a revolução industrial no continente europeu” (VILLEN, 2013, p. 50).

Para Samora Machel o colonialismo veio para explorar as riquezas e o trabalho, e para isso, precisou de meios de subordinação a fim de evitar e controlar a insubordinação. Nas palavras do autor, como base para exploração de matérias primas e força de trabalho, o colonialismo “para suprimir a nossa resistência à exploração e impedir uma revolta contra ela, introduziu, então, o sistema de opressão” (MACHEL, 2019, p. 235).

O padrão para que essas dinâmicas fossem possíveis (o exercício da repressão e da coerção bruta) assumiu escalas globais, chegando ao Brasil colonial como trabalho compulsório, que mais tarde se configurou no cenário de herança do racismo e do patriarcado inseridos nas relações de poder e no imaginário social. A necessidade dessa padronização de funções de cada um na sociedade esfacelou toda a espontaneidade da vida, dos desejos e do lúdico, em torno de uma concepção do que é trabalho segundo uma moral, que converge com a concepção racional e com o objetivo das trocas comerciais.

O racismo para com pessoas negras faz parte de um todo perverso, sendo, nas palavras de Fanon (2019, p. 68), “o elemento mais grosseiro de uma estrutura dada”, de uma totalidade que é perversa. A estrutura que compõe o todo se modifica constantemente e demanda que o racismo continue se renovando, ganhando outros contornos, nunca brandos e sim versáteis e nebulosos. Alia-se à evolução dos meios de produção e o desenvolvimento das relações econômicas, por essas provocarem “a camuflagem das técnicas de exploração do homem e, por conseguinte, das formas de racismo” (FANON, 2019, p. 72).

Como explicado por Silvio Almeida, a história do racismo está intimamente ligada à história do capitalismo e de suas crises estruturais. Segundo o autor:

A necessidade de alteração dos parâmetros de intervenção estatal a fim de retomar a estabilidade econômica e política – e aqui entenda-se estabilidade como o funcionamento regular do processo de valorização capitalista – sempre resultou em formas renovadas de violência e estratégias de subjugação da população negra (ALMEIDA, 2020, n.p.)

O desenvolvimento das relações econômicas e os diferentes processos de produção adotados no curso da história da modernização do país são, por vezes, como cita González (2020, p. 32), justificados pelas elites como verdadeiros fatores de integração do negro na sociedade e na economia, sob a pena de que o problema de a falta dessa integração deriva exclusivamente do próprio negro, que não se encaixa ao trabalho livre pelo seu mal despreparo e malandragem. Contudo, Ana Lyvia Roberto Custódio

Ribeiro (2020, p. 86) salienta dois aspectos que dificultavam a integração socioeconômica do negro. O primeiro se refere à preferência pelo imigrante europeu como forma de evitar que a origem da força de trabalho brasileira – que modernizaria o território – fosse negra, ao ponto de se querer formar uma força de trabalho menos negra possível, o que de fato se objetivava ser “a cara do Brasil.”

E o segundo se refere à “ausência de setores da sociedade que estimulassem também o uso da mão de obra nacional formada pela população liberta” (RIBEIRO, 2020, p. 86). Além das brutas penalidades quanto à ociosidade dos libertos formulada pelas classes dominantes, essa mesma elite e autoridades governamentais estavam satisfeitas “com ato de condenar os africanos ‘livres’ e seus descendentes a um novo estado econômico, político, social e cultural de escravidão em liberdade” (NASCIMENTO, 2017, p. 81).

O trabalho ganha, no campo ideológico da era do capital, a representação de necessidade social, mas que se diferencia de acordo com a prática laboral que se exerce. Diante do cenário brasileiro, essa representação exclui todas as outras formas de trabalho inseridas na divisão social do trabalho, como o reprodutivo, e ainda exclui do direito à cidadania plena aqueles que compõem a massa marginal (GONZALEZ, 2020, p. 25), ou seja, os desempregados e os informais.

Tal condição imposta às camadas marginalizadas da sociedade se materializa no espaço urbano e permeia toda uma discussão em torno do trabalho e do cotidiano. A proposta aqui de pensamento triádico de espaço – trabalho – cotidiano, segue a lógica dialética e que, inspirada pelo pensamento triádico de Lefebvre, ajuda a desvelar as contradições no movimento da história.

Recorrer a Lefebvre é recorrer à elaboração de um objeto virtual, que para ele era a sociedade urbana no contexto da França no século XX, mas nos instiga a pensar em nosso objeto virtual, o objeto virtual da geografia urbana crítica e radical, no contexto e assimetrias brasileiras. Colocarmo-nos enquanto pesquisadoras envolvidas em uma totalidade, mas também situadas nas especificidades das cidades brasileiras e, assim como Angelo Serpa, nos questionarmos “com quais representações trabalhamos na produção do conhecimento e, em específico, do conhecimento geográfico?” (SERPA, 2014, p. 489).

Argumentar a inscrição sistematizada de mulheres negras à luz dessa tríade¹⁶ nos leva às limitações quanto à representação da noção de trabalho e da participação dessas agentes como produtoras do espaço urbano. Como compreender o espaço urbano brasileiro e a (re)produção da vida social através de práticas de trabalho que rompem com essa representação dada com a finalidade de orientar o cotidiano para que continue retroalimentando a acumulação de capital?

Como pudemos perceber no levantamento realizado no capítulo 1, tanto dos trabalhos produzidos como das ementas dos cursos de geografia urbana, o caminho para compreensão total de um espaço urbano brasileiro ainda se faz com ruídos. A eficácia do discurso ideológico que constrói representações falseadas e que sobrepõe as reais representações influi na análise contemporânea do “espaço-trabalho-cotidiano” e deixa às margens a reprodução da vida dos sujeitos e a sua distribuição nos lugares de classe.

Na tecitura da teoria lefebvriana, as representações são formas de se comunicar e reelaborar o mundo, mas que podem ser verdadeiras e falsas. Verdadeira, pois pode ser a representação dos símbolos reais da experiência vivida e falsa por dissimular objetivos reais. Nesse sentido, existe um jogo de representações que se expressa no espaço pela tríade da prática social, representação do espaço e espaços de representação (LEFEBVRE, [2000]2006, p. 65).

Assim temos a prática social, na qual se imbrica o cotidiano, ou seja, a performance e a competência de cada um em uma determinada socioespacialidade. A representação do espaço que é o espaço da abstração, do planejamento técnico, penetrados de saber e ideologias, em outros termos, um espaço dominante. E os espaços de representação, que são espaços dominados e projetados pela representação do espaço; espaço das individualidades e dos simbolismos, dos quais os cientistas e planejadores tem dificuldade de acessar os afetos.

Em um determinado contexto (ou processo social) a representação pode se referir à dominação, mas se difere de ideologia, ao mesmo tempo que pode conter a ideologia. O próprio Lefebvre – que tem muitas de suas considerações baseadas na tradição marxista – aponta os riscos de se confundir representação e ideologia, sendo a representação mais do que uma relação binária entre “significante” e “significado”, ou mesmo entre quem representa e quem é representado.

¹⁶ E de outras, como Espaço-Cotidiano-Identidade ou Espaço-Trabalho-Ação.

É preciso ir além na esfera da superestrutura em Marx para entender, a partir da noção de produção, as relações sociais e tudo o que envolve a autorreprodução. Assim, neste tópico, reclamamos a questão da representação entendendo seu uso pelos usuários do espaço e pelas instituições e símbolos “que interpretam a experiência e a prática: intervêm nelas sem conhecê-las ou dominá-las” (LEFEBVRE, [1980]1983, p. 28, tradução da autora).

Se, por um lado, Lefebvre enfatiza que representação não é necessariamente ideologia, por outro, afirma que é impossível a vida sem representação, que as representações são formas de comunicar e reelaborar o mundo, aproximações da realidade que, no entanto, não podem substituir o mundo vivido. É justamente quando o vivido é substituído pelo concebido que a representação se torna ideologia (SERPA, 2014, p. 488).

Nesse jogo – de se representar e superar representações – a lógica formal de concepção do outro leva às ausências recorrentes, que esvaziam de sentido as experiências únicas. Assim, o concebido carrega em si a falsa representação do espaço que concebe as falsas necessidades sociais e os modelos culturais padrões.

A própria noção de trabalho, que é discutida por Lefebvre e que compõe elementos caros à análise da geografia urbana crítica e radical, é cercada por representações que definem as experiências cotidianas dos sujeitos nas cidades. Tido como “um imperativo moral bem como uma necessidade social para ganhar o pão nosso de cada dia” (LEFEBVRE, [1980]1983, p. 44, tradução da autora), o trabalho demonstra a ambiguidade contida na sua representação, ou seja, a ausência de considerações sobre essa prática, sobre os sujeitos dessa prática, sobre o trabalho reprodutivo e sobre a massa marginal que não se enquadra no trabalho formal.

As representações se generalizam, tentam-se camuflar as contradições existentes, seja no plano da disputa explícita no espaço ou pelo conflito de interesses no plano das ideias e, em cada contexto espaço-temporal, a representação pode se referir à dominação e exploração. Sobre isso, Lefebvre afirma:

O modo de existência das representações só se concebe tomando em conta as condições de existência de tal ou qual grupo, povo ou classe. Procedem de uma conjuntura ou junção de forças em uma estrutura social em que existem grupos, castas, classes, mas se dirigem a toda sociedade; representam a figura, a imagem que um grupo (ou casta, ou classe) dá de si; algumas vezes para os demais, outras vezes para si; sem que uma coisa exclua a outra (LEFEBVRE, [1980]1983, p. 60, tradução da autora).

Dessa forma, aos grupos que estão subjugados (os “dominados”), seja pela força do racismo e do patriarcado, seja por ser mão de obra precarizada, restam interiorizar as imagens reproduzidas acerca de si, ao mesmo tempo em que podem protestar contra isso. Gonzalez (2020, p. 32) aponta o modo como os grupos racializados negros e, portanto, subordinados, internalizam os efeitos da colonização e como o grupo racialmente branco internaliza esse processo positivamente a partir do beneficiamento da exploração dos outros, bem como da formação de uma supremacia branca.

Esses, os “dominantes” vão acentuar algumas características para defini-las como caráter definitivo (por exemplo, relacionado às diferenciações do corpo da mulher e do homem). Assim, questões relacionadas ao fatalismo, ao direcionamento do trabalho reprodutivo para as mulheres, ou a feminização racializada da pobreza, formam-se como símbolos e imaginários das pessoas. Podemos dizer que o racismo, por exemplo, torna-se parte desse jogo de representações, pois o sistema que constitui a história do mundo moderno faz a afirmação de superioridade não necessária e, assim, impõe de forma naturalizada essa condição.

A experiência é atacada e o cotidiano passa a ser orientado pelas representações falseadas, que carregam as ausências; algo concebido externamente. Os desejos são representados ou concebidos de forma abstrata, de maneira estratégica que permite manipulações e diferenciações do “eu” e do “outro”. Anuncia-se o panorama da perda de referências que contrapõe o controle racional e da manipulação das visibilidades.

Porém, “entre a experiência e o concebido, não há ruptura”, de acordo com Lefebvre ([1980]1983, p. 70, tradução da autora). O movimento dialético permite perceber o momento conflituoso na relação entre a ausência (o concebido) e a presença (a experiência), que é a percepção da existência de ambos. Nesse caminho sinuoso, a presença na ausência é a percepção da condição da (re)produção da vida das mulheres negras submetidas a um cotidiano orientado por representações de necessidade (trabalho e acessos) sem poder de fato viver essa representação, por estarem às margens na divisão social do trabalho.

Nessa condição, as mulheres negras experimentam não só o afastamento da concentração de renda, assim como toda a classe trabalhadora, como também a articulação do racismo e do patriarcado como estruturantes históricos (e acentuadamente atuais) para a diferenciação nos lugares de classe. Ambos são elementos ideológicos importantes para a manutenção da estratificação social como é. Em concordância com González (2020), não é coincidência nem fato casual que essa força de trabalho esteja

localizada nos setores de pior remuneração, ou dele nem fazem parte, tendo assim que encontrar outros meios alternativos. Compõem o grupo obrigatoriamente “criativo” para ter alguma forma de ganho e de renda ou ainda o “exército industrial de reserva” ou “massa marginal” (GONZÁLEZ, 2020, p. 27) nas cidades do Sul global.

Marx demonstra a ideia principal sobre os objetivos de se produzir um contingente em estado de reserva para que o valor do salário decaia frente à oferta de trabalhadores:

A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora e adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. (MARX, 2013, p. 705)

Contudo, González vai além e nos apresenta uma leitura orientada da realidade brasileira de que o racismo ainda impera na estruturação da classe trabalhadora e até em sua localização no espaço. Segundo a autora, o racismo

enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma **divisão racial do trabalho** e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classe e no sistema de estratificação social. Desnecessário dizer que a população negra, em termos de capitalismo monopolista, é que vai constituir, em sua grande maioria, a massa marginal crescente (GONZÁLEZ, 2020, p. 35, grifo no original).

Os trechos apresentados acima demonstram os “equivocos” existentes nas representações da realidade, que se dão “quando alguém diz *a* e outro diz *a* mas eles não estão dizendo a mesma coisa, porque seus corpos são diferentes” (RANCIÈRE, 1996 *apud*. PATERNIANI, 2019, p. 65). Stella Zagatto Paterniani exemplifica como esse equívoco generaliza representações, como a de “trabalhador” na produção dos estudos urbanos. Segundo a autora:

Esse equívoco se vincula a uma tradição que enfatiza a narrativa da industrialização e da economia política da urbanização (SINGER, 1985), que por sua vez, vincula a urbanização ao desenvolvimento capitalista. É por meio da narrativa da industrialização que se criam operários e burgueses **incolores** e, portanto, humanos – as diferenças entre os corpos ficam submetidos à ontologia-trabalhador (PATERNIANI, 2019, p. 66, grifo no original).

E continua afirmando que “o equívoco reside, aqui, em produzir o conhecimento da seguinte maneira: mesmo significado (trabalhador) para referentes múltiplos (corpo branco, corpo negro)” (PATERNIANI, 2019, p. 66).

Portanto, é de se perceber que a categoria trabalho, que enseja o debate da produção e organização do espaço urbano, contém ausências discursivas que negam as especificidades de representação do que é trabalho e o que não é. Isso significa o trabalho que é a ação pela qual o ser humano se reproduz e produz o espaço como fonte condicionante da reprodução de relações sociais de produção, que não exclui a relação corpórea percebida pelo mundo.

A ótica dialética sugere que é a realidade que nos apresenta as condições a serem analisadas, pois é nela que essas categorias estão combinadas como “unidade na diferença, o mesmo no outro” (LEFEBVRE, 2006, p. 300). Na lógica ocidental da dualidade de brancos e negros (e em alguns casos, a latinidade entra como componente para além da raça) a questão racial não deve ser considerada apenas como uma questão negra visto que o racismo afeta de formas distintas brancos e negros, assim como o patriarcado afeta distintivamente homens e mulheres.

Os meandros da história brasileira nos fazem perceber que o espaço sempre foi o lugar do interdito, do censurado, do sentimento de morte em função de representações que se fazem de mulher, de negra, de lar, de vida e de trabalho ou função na sociedade. Essa representação se estende à dimensão do urbano, na sua forma mais concreta, as cidades, e se alimenta através do “urbanismo daltônico” (UMA GEOGRAFIA DAS DESIGUALDADES, 2019) que se nega a olhar a cor no espaço urbano. Segundo Joice Berth no documentário *Uma geografia das desigualdades*:

Resolver as desigualdades urbanas e a segregação socioespacial é entender como ela acontece. Quem está segregado e por que está segregado. Os urbanistas e suas discussões dão um breque nesse momento. Porque quem está fazendo esse tipo de trabalho é privilegiado (UMA GEOGRAFIA DAS DESIGUALDADES, 2019, 12m30s).

O ponto a ser percebido é que é no vivido que as representações ganham sua existência. No estranhamento com a cidade, para além de seus espaços concebidos, também há um corpo espacial que, experienciando um espaço-tempo e seus fenômenos, o faz sob os signos de representações do seu corpo, negro e feminino.

Logo, esses espaços também têm outro significado, já que as suas funções se diferenciam de acordo com os acessos e a mobilidade. Na tríade “espaço - trabalho - cotidiano”, a ausência da caracterização de um cotidiano marcado não só pela exploração do capital, mas também por uma estrutura ideológica, pode ser levantada pela geografia urbana crítica e radical de forma a não alimentar o daltonismo das teorias urbanas.

3.2. A presença: mulheres negras no horizonte de análise da geografia urbana crítica e radical brasileira

Tomadas pela ausência discursiva do corpo negro feminino na produção do espaço urbano, cabe agora pensarmos na relação entre a produção do espaço e do cotidiano em diálogo com bases bibliográficas que trabalhem a questão racial e de gênero, para demonstrar as possibilidades do prolongamento do pensamento marxista-lefebvriano. Afinal, Lefebvre não elaborou na filosofia crítica da cidade e do urbano considerações levando em conta as características presentes nas cidades brasileiras.

De fato, ressalta-se a importante contribuição do autor para pesquisadoras e pesquisadores brasileiros levantarem as relações contraditórias materializadas no espaço urbano; o movimento precedente do filósofo é a base importante para que a singularidade brasileira seja entendida no movimento do todo. Mas, no movimento que faz a totalidade se singularizar, questões tais como posse de terras, concentração de renda e lugares de classe – em um país de dinâmicas coloniais – traz traços das práticas relacionadas à raça e ao gênero.

Tratando-se de materialismo histórico dialético, é preciso compreender que ele não significa um limite ou uma barreira para as questões relacionadas à raça. Tanto que, ainda no século XX, surgiram alguns pensadores que conciliaram as noções teóricas presentes nas obras de Marx com as experiências históricas de cada lugar, como a relação entre racismo, capitalismo e imperialismo. Alguns ainda estiveram presentes nas lutas sociais de seus países, como Fanon, Machel, Amílcar Cabral, Angela Davis, Walter Rodney, Thomas Sankora, Kwame Nkrumah e Clóvis Moura (ALMEIDA, 2015; MANOEL, LANDI, 2019).

Em argumentação sobre o papel do método diante das questões raciais, Almeida destaca:

Se é pretensão do materialismo histórico dar conta da realidade concreta tendo como ponto de partida relações sociais igualmente concretas, o racismo é um fenômeno que não pode ser desprezado. Longe de se reduzir a um dado meramente psicológico, o racismo é antes de tudo, uma relação social. (ALMEIDA, 2015, p. 748)

O racismo faz parte de um emaranhado de relações sociais assim como o patriarcado. E, se o espaço urbano é produto e produtor de relações sociais, ambas as categorias são também, a esse nível, produtos e produtores do espaço urbano. Ou seja, também se materializam na dimensão concreta das cidades brasileiras.

Segundo Clarissa Pires (2020, p. 146) “o marxismo como ferramenta teórico-metodológica contribuirá para a consideração de que, enquanto agentes históricos, as mulheres negras são capazes de intervir proativamente no tempo e no espaço em que estão inseridas”. Portanto, são leituras marxistas e lefebvrianas do espaço urbano. Leituras no plural, que afastam qualquer perspectiva que coloque mulheres e negros enquanto passivos na produção do espaço urbano.

Se o controle dos meios de produção pela classe dominante controla também a cultura e os valores, o racismo, patriarcado e o sexismo como meios eficazes de opressão e divisão do trabalho devem ser primariamente debatidos, não incorporados. Do mesmo modo, tais relações baseadas em dinâmicas de opressão e hierarquia devem ser também, nas conclusões desta pesquisa, primariamente debatidas já que se materializam na forma de fragmentação e valoração dos espaços das cidades.

De acordo com Pires, com base nas ideias de Davis:

A questão de classe se apresenta como marcador social da raça e do gênero tendo em vista a divisão do trabalho com base no modelo da escravidão e a deturpação do sistema de justiça no pós-abolição que manteve marginalizada a população negra (PIRES, 2020, p. 146).

A marginalização social da população negra toma formas concretas na organização espacial das cidades brasileiras, podendo ser expressa pela perspectiva da tríade lefebvriana de fragmentação - hierarquização - homogeneização (LEFEBVRE, [2000]2006). Se o espaço urbano, como condição para a produção e circulação do capital, padroniza-se em função do fluxo das trocas comerciais, fragmenta-se em espaços funcionais específicos e se hierarquiza ditando os valores e os acessos aos fragmentos, ele pouco aloca as necessidades desses grupos historicamente marginalizados.

Segundo Gonzalez:

Numa sociedade onde a divisão racial e a divisão sexual do trabalho fazem dos negros e das mulheres trabalhadoras de segunda categoria, no conjunto dos trabalhadores já por demais explorados (afinal, sobre quem recai o peso da recessão?); numa sociedade onde o racismo e o sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia da dominação, fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra (GONZÁLEZ, 2020, p. 109).

São esses marcadores que fazem com que as mulheres negras sejam alvo de múltiplas formas de opressão, que representam um todo na realidade social e que assumem lugares nas práticas cotidianas nas cidades.

Os lugares da cidade se cercam dos olhares vigiantes e julgadores da sociedade e das instituições, carregados de estereótipos, de distinção pela cor da pele e papéis de

gênero. Mas, além disso, constituem-se de certo controle por parte do Estado, que é quem regula, aceita e reprova tais discursos e práticas.

Segundo Almeida:

Numa sociabilidade constituída pela relação entre indivíduos formalmente livres e iguais em que a força de trabalho é também uma mercadoria, a manutenção da ordem e a ‘internalização das múltiplas condições’, seja pela coação física, seja por meio da produção de discursos ideológicos justificadores da dominação, será papel do Estado (ALMEIDA, 2015, p. 751).

Com ações e políticas centradas no seu papel, é o Estado quem vai permitir práticas em detrimento da diferença e que também permitirá a organização da cidade como tal. Por exemplo, a segurança representada por essa instituição não significa segurança para essas mulheres, uma vez que a representação das inscrições na pele, ou o que é concebido como comportamento de negros – a violência e a barbárie – foge de qualquer objetivo de segurança do Estado. Essa condição extrapola seu próprio corpo e se estende aos seus próximos, através da perseguição sistêmica aos seus filhos e companheiros pelo aparato de segurança do Estado, a polícia.

Assim, a cidade se apresenta pelo viés do medo e do estranhamento, demonstrando as diversas leituras cabíveis sobre a ela. Percebemos a importância do cotidiano para compreensão da problemática urbana, na tríade espaço - trabalho - cotidiano apresentada anteriormente. Cotidiano que, segundo Lefebvre (1991, p. 24), na sua forma mais banal e superficial, compõe-se de repetições, desde gestos mecânicos do corpo até de peças de trabalho devidamente orientadas. Em outras palavras, a vida cotidiana é ação mesmo que orientada.

Ao destrinchar o urbano enquanto orientado pela prática de produção de bens necessários que expande e ultrapassa os limites concretos das cidades, o cotidiano é a ação da produção e reprodução da vida. Se a produção social se faz no cotidiano, para o estudo da vida cotidiana é necessário entender a sociedade que a vive e as estruturas que a sustentam.

Segundo Agnes Heller (1986), nessa sociedade o ser humano pertence a uma classe determinada em um sistema de hierarquias de necessidades de determinado período histórico, mesmo que alguns costumes de gerações passadas continuem presentes nele. Essas necessidades (no caso do modo de vida da acumulação de capital) mudam constantemente e não são internalizadas pelo ser humano. As então “necessidades sociais” orientadas são interiorizadas pela busca de uma satisfação (LEFEBVRE, 1991; HELLER,

1986) pela sociedade frente a um estado de mal-estar e tomam o lugar como se fossem necessidades reais.¹⁷

Essa ideologia do consumo e a realização das satisfações são de fato concretizadas e se mantêm a partir da administração entre escassez e abundância próprias da vida burguesa. Aqui não se insere apenas o consumo de objetos, mas também do tempo. A própria característica efêmera, tanto dos produtos como das relações faz com que o cotidiano seja algo rentável (LEFEBVRE, 1991, p. 91). Cidades e cotidianos se fazem em decorrência de um tempo que não é o tempo do vivido, nem do homem lento (SANTOS, 2008).

Heller (1985, p. 57) afirma que na vida cotidiana “o homem atua sob o mundo das probabilidades e das possibilidades”. É a simbiose entre o agora e o que está por vir que, no ponto de vista anacrônico, mostra que o futuro está no presente, pois toda ação é pensada. Da mesma forma que o presente foi uma projeção ou possibilidade no passado, o futuro o é no presente. Entretanto, existem contradições entre o que o ser humano é e o que pensa ser, ou seja, entre o que pensam e querem com o que realmente a vida burguesa permite viver. Essa parece ser a chave do uso do cotidiano como meio de análise do espaço urbano: a contradição.

A partir do cotidiano é possível perceber as contradições da reprodução da vida, a dinâmica entre as necessidades reais e as necessidades criadas, e entre corpos e as funções criadas e representadas por um poder hegemônico que não só é capitalista, como também se alimenta do racismo e do patriarcado. Segundo Carlos (2018, p. 27) “a relação entre cidadão e cidade é atravessada por modos de apropriação no cotidiano que marcam os usos e que envolvem uma multiplicidade de aspectos e de possibilidades”. Essa apropriação (ou a falta dela) se dá através do corpo e das ações.

Se a prática urbana sugere o momento de reunião (LEFEBVRE [1970]2019; CARLOS, 2018), a apropriação desvela a contradição, ou seja, a separação, a segregação que constitui a atual condição urbana. Segregação que evidencia as diferenciações de acesso, mobilidade, ou do próprio direito à vida plena.

Levantar a questão patriarcal e racial é indispensável para análise da orientação contraditória da vida cotidiana no espaço urbano. As necessidades sociais entram em

¹⁷ Lefebvre (1991, p. 68), após análise profunda da vida cotidiana nas suas duas primeiras obras sobre o tema, concebe no seu terceiro livro, intitulado *A vida cotidiana no mundo moderno* (publicado originalmente em 1968), a noção de que nos organizamos como uma sociedade burocrática de consumo dirigido. “Burocrática” pelo caráter racional de sua orientação e “de consumo” pelo o objetivo de sua organização.

constante contradição com o modelo de sociedade burguesa fundada na diferenciação de corpos segundo gênero, cor e formas de poder, frutos de projetos de expansão da própria sociedade burguesa brasileira. Portanto, a reprodução da vida segue em linha tênue com a dificuldade de acesso aos meios satisfatórios dessas necessidades. Como Carneiro (2011, p. 110) afirma, “o acesso ao emprego e ao trabalho é condição primordial para a reprodução da vida”, mas não somente, como também a apropriação dos rumos da própria vida.

A apropriação no sentido transformador tanto do corpo como do espaço é a primeira potencialidade de resistência. Ela esbarra na relação entre os ritmos da organicidade da produção e o ritmo do vivido, do carnal, do corpo opaco, em que tal ritmo se relaciona ao tempo que se forma na vida cotidiana, um tempo que é material (VELLOSO, 2016, n.p.).

Até aqui já se entende que o espaço é um produto de relações sociais ao mesmo tempo que é produtor delas; é a “morfologia social” (LEFEBVRE, [2000]2006, p. 139). É, então, um produto da capacidade humana e é através do corpo que se vive e se produz o espaço. Das experiências histórico-temporais, o corpo se dinamiza de acordo com uma memória corporal das ações que se internalizam, ou seja, experiências que foram produzidas historicamente e vão sendo repassadas em uma dimensão ideológica e prática, percebidas principalmente pelo olhar.

Segundo Ratts (2006, p. 68) o “corpo é igualmente memória” e “continua desenhando o espaço” através de práticas que nos diferenciam. Práticas calcadas nos gestos e nas linguagens que juntos se investem de significados que expressam tanto cortesia e afeição, como também hostilidades (LEFEBVRE, 1991, *apud*. SIMONSEN, 2005, p. 6, tradução da autora).

A materialidade desse corpo não deve ser entendida como simplesmente carne, ossos, órgãos e células que desenvolvem sua função natural de sobrevivência, mas uma “totalidade dada em atributos espaciais (simetrias e assimetrias) e propriedades energéticas (economia, desperdício, carga, descarga), e implicada em movimento e relação (o uso das mãos, dos membros e dos órgãos sensórios)” (VELLOSO, 2016, n.p.).

Essa energia se divide em duas categorias das quais a primeira se constitui de energias maciças, mais explícitas, que são as trocas metabólicas e a alimentação. A segunda, menos ou quase nada explícita, se constitui de energias finas, ou seja, as informações dos sentidos (LEFEBVRE, [2000]2006, p. 269). Essas energias despendidas estão em constante troca com o externo, uma ligação entre espaço e corpo, (ambos são

abertos e porosos). Isso significa que o corpo é maleável, sustentado e dissolvido histórico e geograficamente através de espaços-tempos variados (HARVEY, 2015, 137).

Portanto, como Lefebvre ([2000]2006, p. 268) propõe, o corpo é espacial, produtor e produto que internaliza os aspectos espaços-temporais. O autor pontua que “antes de produzir, se produzir e reproduzir, cada corpo vivo é um espaço e tem seu espaço” (LEFEBVRE, [2000]2006, p. 238). Logo, o corpo como um sistema aberto internaliza também os conflitos espaços-temporais determinados e as contradições das relações de poder que se realizam.

A partir das reflexões de Fanon (2008), podemos relacionar o modo como o corpo internaliza a ideologia dominante, que chega aos negros e mulheres como complexos de inferiorização. Tais complexos levam esses grupos a agirem tal como seu oposto, ou o modelo padrão de ser humano, mas que se esfacela na complexidade das relações que existem em função da diferenciação desses corpos, colocando-os como qualquer outra coisa, exceto humanos.

A complexidade do corpo espacial se estende às políticas do espaço. No espaço-tempo da modernidade, a abstração dos espaços os torna cada vez mais formalizados na tentativa de homogeneização geométrica, visual e fálica (SILVA; ORNAT; JÚNIOR, 2019, p. 69). Ele “nega as diferenças, tanto aquelas que provêm da natureza e do tempo (histórico) quanto aquelas que vêm dos corpos, idades, sexos, etnias” (LEFEBVRE, [2000]2006, p. 80) e em troca comanda os corpos em uma organização fragmentada da vida, em função de um valor de troca e ao desconhecimento de si, das próprias possibilidades.

Entretanto, mesmo na tentativa de homogeneização (em crise) do espaço que nega as diferenças, o corpo negro é percebido por não estar inserido na padronização humana esperada. Quando Fanon (2008, p 149) afirma “onde quer que vá, o preto permanece um preto”, o autor demonstra que o corpo negro, apesar de fragmentado, será sempre visualizado como um ponto fora do eixo: um desconforto espacial. Tal diferenciação se concretiza no espaço urbano, pois como condição para a reprodução capitalista, o espaço também precisa estar hierarquizado.

De acordo com Harvey (2015, p. 137), “distinções de classe, de raça, de gênero e de uma multiplicidade de outros aspectos se acham inscritos no corpo humano em virtude dos diferentes processos socioecológicos que exercem sua ação sobre esse corpo”. Isso significa que nessa troca entre corpo e espaço existem práticas representacionais que orientam a performance dos corpos, assim como a organização do espaço. Esperam-se

modos de ser, de agir, de existir em função de uma vida concebida e abstrata no seio das relações sociais.

Existe uma fenda entre o corpo abstrato fragmentado, em desconhecimento de si e de suas potencialidades, e o que esse corpo pode vir a querer, ser e fazer, consciente de si, de suas extensões e da sua coletividade. É a mesma abstração que domina e molda os corpos seguindo práticas representadas, homogeneizações fálicas e brancas, e que cria a ilusão da diferenciação dos espaços. Espaço de preto, espaço de branco; coisa de mulher, coisa de homem.

Mas, por outro lado, o corpo espacial também pode ser um corpo político, constituído da potencialidade de ação e criação, o corpo vivido e passível de revolta que busca se reconhecer. Afinal, as resistências podem se dar a partir do corpo e da sua capacidade de produzir relações e espaços de existência não hegemônicas. Dessa forma, o corpo é um dos centros do debate do espaço social ao se pensar no “direito de existir em nome do direito às diferenças” (SILVA; ORNAT; JÚNIOR, 2019, p. 71). O corpo é a “última resistência, a mais íntima, a um processo de exteriorização, que é ao mesmo tempo estranhamento” (DAMIANI, 2012, p. 263).

Ao conceber o espaço social, Lefebvre ([2000]2006, p. 277) o considera o lugar da censura, da proibição, do interdito, fragmentado tal qual a vida que torna o corpo passivo. Todavia, segundo o autor, enquanto o espaço se concretiza como o “não”, ele também é o “sim” do vivido e da ação, da “afirmação da vida” (SIMONSEN, 2005, p. 4, tradução da autora). Por mais que o movimento transatlântico tenha expropriado o corpo negro, que a propriedade privada e a constituição da família tenham definido os papéis de gênero, e mesmo que a divisão do trabalho impulsionada pelo capitalismo tenha sido uma fragmentação também do corpo, esse corpo busca se reconhecer. Isso porque, apesar da interação com o espaço e de internalizar aspectos espaço-temporais, o corpo não é esvaziado de desejos.

Como afirma Simonsen (2005, p. 4, tradução da autora) descrevendo as ideias de Lefebvre, “uma importante pré-condição da produção material é que cada corpo vivido é espacial e tem seu espaço” e, portanto, ele é um ponto de partida para compreendermos as experiências do vivido. O vivido, aquele sim do espaço da censura, que está exposto aos mecanismos gestuais e de linguagem que o reprimem, mas que não apaga totalmente sua experiência. Como expresso por Beatriz Nascimento sobre a relação desse corpo/espaço:

Entre luzes e som, só encontro, meu corpo, a ti. Velho companheiro das ilusões de caçar a fera. Corpo de repente aprisionado pelo destino dos homens de fora. Corpo/mapa de um país longínquo que busca outras fronteiras, que limitam a conquista de mim. Quilombo mítico que me faça conteúdo da sombra das palavras. Contornos irrecuperáveis que minhas mãos tentam alcançar (NASCIMENTO, 1997 *apud* RATTS, 2006, p. 68).

Nas ideias de Harvey (2015, p. 138) o corpo também capta e organiza o fluxo de energia ou informação; como ser desejante, com suas capacidades semióticas “o corpo humano é ativo e transformador em relação aos processos que o produzem, sustentam e dissolvem”.

As diferenças são constitutivas do espaço do vivido, daqueles espaços de representação, os quais são dotados de simbolismos, variados e não mascarados. Essa dimensão clandestina das diferenças não é interessante ao desejo homogeneizante que constitui os espaços abstratos. Sobre isso, Lefebvre ([2000]2006, p. 233) reclama a necessidade da reapropriação desse corpo atomizado e esvaziado de potencialidade, onde uma “reapropriação do corpo ligada à reapropriação do espaço faz parte integrante de todo projeto atual, utópico ou realista, se ele evita a mediocridade pura e simples”.

Diante disso, Beatriz Nascimento no oferece um olhar acerca do corpo negro a partir da abrangência que ela dá ao sentido da palavra “*Ori*”. Essa palavra de origem yorubá significa “cabeça ou centro”, que designa uma relação entre o ser e o plano espiritual (RATTS, 2006, p. 63). Nascimento vai além e parte a repensar a identidade pessoal e coletiva negra e os territórios. Pensando no contexto do movimento negro (especialmente a partir dos anos 1970), Ratts (2006) expõe a característica de identificação e reconhecimento entre os indivíduos que compõem um movimento negro e isso os passa para o plano da coletividade, o coletivo tão necessário para a transformação da vida reivindicada por Lefebvre.

Para Nascimento, o corpo se redefine na experiência diaspórica e de transmigração, como da senzala para o quilombo, do campo para a cidade, do Nordeste para o Sudeste (RATTS, 2006, p. 65). Baseada na concepção de Nascimento, Gabriela Leandro Pereira observa que:

O trânsito acumula distintas temporalidades e geografias. [...] Associamos também os trânsitos cotidianos, o “corre da existência” diária das mulheres negras pela cidade, subindo e descendo rua, pegando ônibus, metrô, carro, adentrando e integrando lugares. Entendemos que esses diferentes deslocamentos são componentes indissociáveis dessa vida multifacetada (PEREIRA et. al., 2019, n.p.).

Mesmo que sob perspectivas diferentes, pode-se identificar uma aproximação tímida e um possível diálogo com o corpo espacial do Lefebvre ([2000]2006) porque também é um corpo que internaliza processos histórico e geográficos. Nesse sentido é o “corpo que ocupa os espaços e deles se apropria” (RATTS, 2006, p. 68), um corpo memória de dores e alegrias, um corpo vivido.

A relação exposta por Nascimento é de corpo-espaco-identidade (RATTS, 2006, p. 66) para que esse corpo se torne pessoa e não coisa, o que se entende aqui como a passagem da abstração para o conhecimento de si. Portanto, é “criar um corpo-mapa livre. Um corpo-mapa de países longínquos que possa ter a emancipação como objetivo” (PEREIRA et. al., 2019, n.p).

O desafio que é posto nas teorias urbanas é perceber e compreender tudo o que envolve a presença do corpo físico e do não físico nas cidades, isto é, de toda a dinâmica em que o corpo é a condição primária, como a própria produção do espaço. O corpo produz, narra discute e apresenta a cidade.

De acordo com as reflexões de Nascimento, “o corpo é também pontuado de significados. É o corpo que ocupa os espaços e deles se apropria” (RATTS, 2006, p. 68) e que assim media as diferentes dimensões do espaço. É através desse corpo que a cidade pode ser ampliada ao seu caráter discursivo, compreendendo as múltiplas experiências do vivido mesmo frente ao projeto homogeneizador e fragmentador do espaço.

Por fim, a presença é ter como horizonte esses corpos, nos quais sua invisibilidade também se concretiza nos espaços das cidades. O horizonte, ou seja, o caminho possível que Lefebvre pauta como objeto virtual na sua proposta analítica pode abrir caminhos para colocar as teorias para funcionar no dia a dia a partir do uso da perspectiva de mulheres negras, afastando-se do urbanismo daltônico e indo em direção ao des-embanquecimento¹⁸ das teorias urbanas. São estruturas sociais difíceis de se romper e o questionamento do papel enquanto geógrafas e geógrafos faz parte do processo de desnudar as opressões que são carregadas por diferentes espaços e tempos e limitam o estudo da problemática urbana em sua completude.

¹⁸ Des-embanquecer neste sentido significa re-imagear o cotidiano nas cidades superando a abstração de espaço e corpos coisificados e mercantizados. Para aprofundamento, ver PEREIRA et. al. (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade e o urbano não são objetos de estudo somente da geografia urbana, tanto que outras áreas do conhecimento têm se dedicado à análise da problemática urbana e do urbano enquanto modo de vida. Dessas áreas cabe citar o urbanismo, o direito urbanístico e a sociologia urbana, que demonstram como os estudos urbanos são multidisciplinares.

Para a geografia, superar sua característica de ciência parcelar foi o horizonte, constituindo-se ao longo do tempo em um campo de estudo que busca entender tanto o meio como as relações sociais e a sociedade. Como vimos no decorrer do texto, a geografia passou por uma série de transformações e quebra de paradigmas, principalmente em meio às mudanças sociais ocorridas na década de 1970, até ocupar o seu papel social de ciência contestadora de desigualdades.

É através dessa busca por levantar e questionar as desigualdades existentes e a invisibilidade teórica por vezes presente que esta pesquisa se desenvolveu, orientada pelo objetivo principal de articular a geografia urbana crítica e radical e a discussão teórica em torno do cotidiano de mulheres negras, para pensarmos em espacialidades que, embora estejam contidas em um todo, tem suas especificidades.

A busca por textos que trabalhem a questão racial e de gênero na geografia urbana e a avaliação das ementas dos cursos de geografia urbana nas universidades brasileiras basearam a construção do primeiro capítulo. Como síntese do levantamento, observamos uma estreita correlação entre os poucos trabalhos encontrados na geografia urbana crítica e radical com essas inscrições (claro, muito em função do seu método) e também o modo como a geografia urbana acadêmica vem sendo construída desde sua base na graduação.

Ensina-se no Brasil uma geografia urbana muito em função de uma tradição teórica que vagamente se relaciona à realidade brasileira. Temas tocantes ao caso do país, como raça, não são incorporados nas referências impedindo que a leitura da problemática urbana seja completa. Mesmo que a ementa não seja algo fechado e imutável, ela expressa como os docentes constroem o semestre letivo de tal disciplina e como o corpo discente está sendo formado.

Em seguida, para compreender de que geografia estamos falando, foi apresentado um contexto histórico da renovação geográfica, partindo do marco temporal de 1970. Encontramos as explicações acerca da constituição da geografia enquanto disciplina no Brasil e do seu contexto de renovação, que pouco se difere da renovação em outros países. Entretanto, a aproximação da disciplina com a Escola Francesa de geografia deixou

heranças quanto ao referencial teórico utilizado por anos e que chega até os dias de hoje como base da geografia urbana e sua vertente crítica e radical.

Entendemos que essa vertente se constituiu em função do método materialista histórico dialético e da análise a partir da categoria da totalidade, que orienta a uma compreensão do diverso no todo. Ao buscar referências que utilizam esse método para estudar o tema desta dissertação, percebemos quais os questionamentos que levam à produção de outras geografias no Brasil e ao redor do mundo, em função de um movimento que tem sido construído desde o final do século passado (aproximadamente a década de 1990), a partir de críticas ao método materialista e à tradição marxista, sendo até mesmo observável uma negação a elas.

Assim como no movimento de superações na história da geografia, agora não é diferente; a comunidade geográfica está se articulando para preencher lacunas percebidas em meio à ciência. Mas, novamente, essas abordagens parecem estar no extremo oposto da vertente da geografia urbana crítica e radical, passando a impressão, superficial para nós, de que, no Brasil, tal vertente só pode se encarregar de analisar as relações sociais em função da estrutura econômica e política, enquanto outras epistemologias, calcadas mais na experiência dos sujeitos, estão limitadas a uma discussão restritamente fenomenológica. E assim, ambas se criticam, mas não se conversam.

Sobre as reflexões que têm sido produzidas, observamos uma possível abertura multidisciplinar nas obras de língua inglesa, indicando que especialistas da teoria urbana têm buscado profícuo diálogo entre teorias e metodologias. Além disso, através da nossa observação, identificamos um alargamento das noções teórico-conceituais lefevrianas nesses textos, explorando principalmente categorias como corpo e ritmo análise justamente para entender os caminhos da produção do conhecimento sobre o espaço.

Por fim, apresentamos a construção do método do materialismo histórico dialético e da categoria da totalidade para, então, mostrar como, mesmo a partir dele, podemos compreender a história e a realidade brasileira. Pode-se, assim, tecer uma discussão em torno do cotidiano e da espacialidade do corpo atravessado por inscrições de raça e gênero, sem perder de vista a análise materialista.

Reunindo toda a carga de informações obtidas no decorrer do texto, no último capítulo o caminho para o estreitamento do diálogo entre o todo e a singularidade foi traçado. Chegamos a duas categorias fundamentais utilizadas pela nossa base teórica e metodológica lefebvriana (cotidiano e corpo), que também nos oferecem um campo fértil de análise do racismo e do patriarcado estruturais.

O uso das categorias cotidiano e corpo da tradição da teoria urbana de base lefebvriana nos orientaram a reflexões sobre a espacialidade da mulher negra. Entretanto, isso só foi possível pois tomamos a perspectiva de outras referências, dentre elas Fanon, que discutiu substancialmente a condição colonial em seus escritos. Fanon não conduziu suas obras em função da teoria urbana, mas nos ajudou a articular a potencialidade das ideias de Lefebvre com o caso específico das cidades coloniais, como o caso brasileiro.

Enquanto Lefebvre nos apresenta a categoria do corpo espacial – que se produz enquanto produz o espaço e que também sofre com a tentativa de padronização desse espaço – Fanon nos chama a atenção para o corpo espacial marcado pelas vias do racismo, no qual o negro sempre será percebido como tal mesmo em qualquer tentativa de homogeneização do espaço urbano e da vida. O espaço abstrato vai negar as diferenças ao mesmo tempo que as relações sociais capitalistas, racistas e patriarcais vão acentuar algumas diferenças, colocando o corpo negro no espaço abstrato como um desconforto espacial.

Já o racismo e as diferenciações dos papéis de gênero foram e ainda são meios pelos quais se articulam opressões, para que não haja igualdade entre os sujeitos e conseqüentemente a divisão do trabalho e a marginalização continuem operando na sociedade. Assim, o espaço social que é produzido e produz corpos é atravessado pelas estratégias de acumulação que necessitam que tais hierarquizações dos sujeitos e dos seus papéis na sociedade sejam intensamente assimétricas.

Através da articulação entre as obras sobre espaço social e relações de raça e gênero, foi possível ter uma leitura alargada da problemática urbana pensando no contexto brasileiro. Esta então é uma forma de diálogo possível que poderia estar contida nas ementas das disciplinas discutidas no capítulo um: obras que ajudam a aproximar a problemática urbana em sua totalidade ao caso brasileiro e fazem com que a leitura da realidade nas cidades não seja abstrata.

Avaliamos que esta seja a contribuição da pesquisa para a comunidade acadêmica. Mesmo com todos os limites de uma dissertação de mestrado, o resultado esperado consistiu em traçar um caminho possível para leitura da realidade de mulheres negras na geografia urbana crítica e radical, para que outras pessoas da comunidade acadêmica, desconfortáveis com a polarização entre epistemologias, pudessem visualizar que não só é possível, como necessário.

O prolongamento das ideias lefebvrianas (fator que o próprio autor esperaria como condição primária do movimento do conhecimento) não só nos permite abrir o campo de

visada na teoria da geografia urbana crítica e radical, como também aplicar essa perspectiva em nossas práticas. Como a tradição marxista-lefebvriana nos ensina que teoria e prática são indissociáveis, aprender sobre as categorias de forma abrangente nos possibilita tomadas de ações sem invisibilizar todos os agentes da produção do espaço.

A década de 1970 oferece os meios e as condições de superação de antigos paradigmas, mas somente nos anos 2000 foi que os debates sobre racismo e patriarcado estruturais alcançaram a dimensão espacial com mais profundidade. São aproximadamente 50 anos que distanciam a renovação da geografia das pesquisas realizadas com a temática nos dias de hoje e, ainda assim, se fazem incipientes dentro do campo de debate materialista.

O materialismo histórico dialético nos permite compreender a realidade de maneira não estática, ou seja, permite que através da organização da sociedade possamos transitar de tempos em tempos para entender os motivos que levam a essa organização. Como podemos ver, ele permite também (através da totalidade) transitar no movimento do todo e do singular, como diversos autores seguidores da teoria marxista fizeram em casos de territórios específicos.

Este método tem sua potencialidade em manter as pesquisas na concretude das relações e assim fazer revelar as contradições existentes nelas. Entretanto, ele se limita ao generalizar todos os sujeitos dentro de sistemas políticos e econômicos, e se perde na totalização dessas relações.

Essa crítica não é nova para seguidores da fenomenologia, mas avança a lacuna encontrada por esta pesquisa dentro da própria geografia urbana crítica e radical, a saber, o pouco diálogo com outras perspectivas para prolongar a compreensão de todas as inscrições, que juntamente ao capitalismo, acentuam a opressão sobre os sujeitos. A posição na qual tal vertente se coloca desencadeou um processo de negação de sua contribuição com leituras sobre raça e gênero dentro da geografia.

A questão é que o marxismo enfrentou e enfrenta uma crise que é inerente ao seu processo de constituição e crítica. Somado a isso, percebe-se uma negação ao processo de criação teórica e ao retorno ao campo da “teoria e método em geografia” para avaliar os limites e possibilidades, caracterizando as produções como recontagens da mesma história ou de histórias únicas.

Dessa forma, a polarização e falta de diálogo entre assuntos e vertentes diferentes se estende e, enquanto isso, a geografia brasileira que se propõe e se coloca em prol dos oprimidos do mundo se afasta da base trabalhadora do país. Não inserir as grafias de raça

e gênero nas leituras espaciais abre espaço para que tanto o racismo como o patriarcado continuem se afirmando implicitamente. O mal perigoso é a neutralidade que alimenta o analfabetismo urbano e o urbanismo daltônico.

A dificuldade diante do método escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa se encontra justamente nos motivos que levaram à formulação do objetivo geral: o desafio em partir do debate da geografia urbana crítica e radical, dentro do materialismo histórico dialético, e avançar rumo aos diálogos possíveis. Para isso, o método de procedimento (Regressivo-Progressivo) nos ajudou a organizar da melhor maneira o caminho para ir à raiz da problemática.

Tal desafio não encontra seu fim com o encerramento desta dissertação. O horizonte em que se visualiza a espacialidade das mulheres negras na geografia urbana crítica e radical foi traçado, mas não finalizado. Outras obras e autoras, como Carolina Maria de Jesus, Beatriz Nascimento, Silvia Federici, Ana Lyvia Ribeiro, podem ser articuladas com autores como Henri Lefebvre, Ana Fani Alessandri Carlos, David Harvey, entre outros, para compreensão total das contradições nas cidades brasileiras sem que se perca o ponto de perspectiva do materialismo. Por fim, leituras que se propõem sobre o espaço urbano e sua dimensão prático-sensível, se não abertas às diferentes perspectivas de cotidiano, alimentam o manto “democrático e igualitário” (CARNEIRO, 2011, p. 99) que perpetua privilégios.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evoluções e avaliações (Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). *Revista Brasileira de Geografia*. v. 56, n. 1/4, pp. 21-122, 1994. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1994_v56_n1_n4.pdf

Acesso em: 22 abr. 2021.

ALMEIDA, Silvio. Estado, Direito e Análise Materialista do Racismo. In: KASHIURA JR, Celso Naoto; AKAMINE JR, Oswaldo; MELO, Tarso de (orgs.). *Para a Crítica do Direito- Reflexões sobre teorias e práticas jurídicas*. São Paulo: Outras expressões, 1ª ed., 2015, pp. 747-767.

_____. Estado racista e crise do capitalismo. *Outras Mídias* (Blog da Boitempo). 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/silvio-almeida-estado-racista-e-crise-do-capitalismo/> Acesso em 22 nov. 2021.

ANDRADE, Manuel Correia. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, pp. 5-28, 1977.

ANJOS, Rafael Sânzio Araújo. Geografia, cartografia e o Brasil africano: algumas representações. *Revista Do Departamento De Geografia*, (spe), pp. 332-350, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/85558> Acesso em 16 abr. 2021.

_____. As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências. *GEOUSP (online)*, v. 19, n. 2, pp. 374-390, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/102810> Acesso em 12 mar. 2021.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 3, n. 2, pp. 458-463, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462> Acesso em: 12 abr. 2021.

BENTO, António. Como fazer uma revisão da literatura: considerações teóricas e práticas. *Revista JÁ (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira)*. n. 65, ano 7, pp. 42-44, 2012.

CALDWELL, Kia. Racialized Boundaries: women's Studies and the Question of "Difference" in Brazil. *The Journal of Negro Education*, v. 70, n. 3, pp. 219-230, 2001. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3211212?read-now=1&refreqid=excelsior%3Af52f328bf6b48cef2d8f3dcc190d3268&seq=1#page_scan_tab_contents Acesso em: 18 mar. 2021.

_____. A institucionalização de estudos sobre a mulher negra: perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros*. v. 1, n. 1, pp. 18-27, 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2018/11/304-1-567-1-10-20170410.pdf> Acesso em: 25 set. 2020.

CALIÓ, Sônia Alves. Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano. In: 6º ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 1997, Buenos Aires. *Anais 6º Encontro de Geógrafos da América Latina*, Buenos Aires, 1997. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/737.pdf> Acesso em 13 jan. 2021.

CAMPOS, Andreilino Oliveira. *Do quilombo à Favela: a produção de “espaços criminalizados” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

_____. *O Planejamento Urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal, segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. *Terra Livre*, v. 1, n. 18, pp. 161-178, 2002. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/151> Acesso em 02 ago. 2021.

_____. A "Geografia Crítica" e a crítica da Geografia. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XI, n. 245 (03), 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24503.htm> Acesso em 02 ago. 2021.

_____. Repensando a geografia urbana. *GEOUSP*, v. 6, pp. 119-122, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47117> Acesso em 20 abr. 2021.

_____. A “Geografia Urbana” como disciplina: uma abordagem possível. *GEOUSP*, Volume Especial 30 anos, pp. 92-111, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53844> Acesso em 21 abr. 2021.

_____. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 1ª ed., 2015, 157p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. et. al. *Geografia urbana crítica: teoria e método*. São Paulo: Contexto, 2018, 160p.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 7ª reimpressão, 2011, 190p.

CIRQUEIRA, Diogo. *Entre o corpo e a teoria: a questão étnicoracial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos*. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira. Questão étnico-racial na Geografia Brasileira: Um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. *Revista da ANPEGE*, [S.l.], v. 10, n. 13, pp. 29-58, 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6476> Acesso em 12 mar. 2021.

COLETIVO DE GEÓGRAFAS E GEÓGRAFOS NEGRAS/OS. Manifesto: Por uma geo-grafia negra. 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/40357179/Manifesto_Por_uma_geo_grafia_negra_Toward_a_black_geo_graphy Acesso em 30 abr. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 1ªed., 2019, 480p.

DIXON, Deborah. P.; JONES III, John Paul. Feminist geographies of difference, relation, and construction. *Approaches to Human Geography*, pp. 42-56, 2006.

ENGELS, Friedrich. Carta a Joseph Bloch. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas em três tomos*. Tradução de José Batata Moura. Lisboa: Edições Avante!,

1985, pp. 547-549. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>. Acesso em 11 dez. 2020.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA. 2008, 193p. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz-Fanon-Pele-negra-mascaras-brancas.pdf> Acesso em 22 nov. 2021.

_____. Racismo e Cultura. In: MANOEL, Jones; FAZZIO, Gabriel. *Revolução Africana: uma ontologia ao pensamento marxista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2ª ed., 2019, pp. 67-83.

GARCIA, Antônia dos Santos. *Desigualdades raciais e segregação urbana em capitais antigas: Salvador, cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, 544p.

_____. Relações de gênero, raça, classe e desigualdades sócio-ocupacionais em Salvador. In: XIX SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: diásporas, diversidade e deslocamentos. 2010, Santa Catarina. *Anais do XIX Seminário Internacional Fazendo Gênero*. Santa Catarina: 2010, pp. 1-14.

_____. Contradições na cidade negra: Relações de gênero, raça, classe, desigualdades E territorialidade. *Saberes Em Perspectiva* 2 (2), pp. 33-51, 2012.

GINTRAC, Cécile. Las aportaciones de la geografía radical y la geografía crítica anglosajona a la teoría urbana. *Urban NS06*, pp. 53-61, 2013.

GONZÁLEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020, pp. 25-45.

_____. Mulher negra. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020, pp. 94-112.

_____. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2020, pp. 127-139.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the Science question in feminism and privilege of partial perspective. *Feminism Studies*. V. 14, n. 3, pp. 575-599, 1988.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 17ª ed., 2008, 349p.

_____. *Espaços de esperança*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7ª ed., São Paulo: Loyola, 2015, 382p.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Teoria de las necesidades en Marx*. Tradução de J. F. Yvars. Barcelona: Ediciones Península, 2ª ed., 1986, 182p. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Heller,%20Agnes/Heller,%20Agnes%20-%20Teoria%20de%20las%20necesidades%20en%20Marx.pdf> Acesso em 29 mar. 2022.

KINYANJUI, Mary Njeri. *Women and the informal economy in urban África: From the margins to the centre*. London: Zed Publishers, 2014. Disponível em: <http://nai.diva-portal.org/smash/get/diva2:764521/FULLTEXT01.pdf> Acesso em 29 abr. 2021.

KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 7ª ed., 2002, 250p.

LAMEGO, Mariana. O IBGE e a geografia quantitativa brasileira. *Terra Brasilis* (Nova Série) [Online], n. 3, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1015> Acesso em 29 mar. 2022.

LEFEBVRE, Henri. *De lo urbano a lo rural*. Tradução de Javier González-Pueyo. 4ª ed., Barcelona: Ediciones península, 1978.

_____. *La presencia y la ausência. Cotribución a la teoria de las representaciones*. Tradução de Óscar Barahon e Uxo Doyhambouke. Do original: La prisençe et l'absence. Contribution á la théorie des représentations [1980]. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica. 1983.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991, 216p.

_____. *A produção do espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Do original: La production de l'espace. Paris: Éditions Anthropos. 4e éd., [2000]. 2006.

_____. *Dialectical materialism*. Tradução de John Sturrock. Do original: Le Matérialisme dialectique [1940]. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

_____. *O direito à cidade*. Tradução de Ruben Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 6ª reimp., 2016a, 144p.

_____. *Espaço e política: o direito à cidade II*. Tradução de Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016b, 203p.

_____. *A revolução urbana*. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2ª ed., [1970]2019, 212p.

LINDO, Paula. O mapa da pesquisa de gênero na Geografia brasileira (2010 a 2019): Sistematização e análise. *Revista da ANPEGE*, [S.l.], v. 17, n. 32, pp. 259 – 281, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12488/0> Acesso em 22 out. 2021.

LITCHER, Daniel et. al. The Geography of Exclusion: Race, Segregation, and Concentrated Poverty. *Social Problems*, V. 59, n. 3, pp. 364–388, 2012.

LONGHURST, Robyn, The body and geography. *Gender, Place and Culture: a journal of Feminist Geography*. V. 2, n. 1, pp. 97-106, 1995.

LOSURDO, Domenico. *Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI*. Tradução de Diego Silveira. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020, 202p.

LUKÁCS, György. *Para uma Ontologia do ser social*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012, 440p.

MACHADO, Talita Cabral. A cidade das mulheres feministas: uma cartografia de Goiânia em perspectiva interseccional e da diferença. 2016. 231f. Tese (Doutorado em

Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6727> Acesso em 24 ago. 2021.

MACHEL, Samora. Os fundamentos da alienação da mulher. In: MANOEL, Jones; FAZZIO, Gabriel. *Revolução Africana: uma ontologia ao pensamento marxista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2ª ed., 2019, pp. 235-242.

MCKITTRICK, Katherine. *Demonic Grounds: Black Women and the Cartographies of Struggle*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011, 1285p. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/Karl_Marx_-_Grundrisse_\(boitempo\)_completo.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/208/o/Karl_Marx_-_Grundrisse_(boitempo)_completo.pdf) Acesso em 11 ago. 2021.

_____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011, 174 p.

MONK, Janice; HANSON, Susan. On not excluding half of the human in human geography. *The Professional Geographer*, 34:1, pp.11-23, 1982. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/229527706_On_Not_Excluding_Half_the_Human_in_Human_Geography Acesso em 29 mar. 2022.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia Pequena História Crítica*. São Paulo: Hucitec, 8ª ed., 1988, 138p.

MOURA, Clóvis. Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. *Afro-Ásia*, nº 14, pp. 124-137, 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824/13425> Acesso em 22 nov. 2020.

MOURA et. al. Geografia crítica: legado histórico ou abordagem recorrente? *Revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales*. V. 18, n 786, 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-786.htm> Acesso em 31 mar. 2020.

MYERS, Garth. African ideas of urban. In: HANNIGAN, John A.; RICHARDS, Greg. *New Urban Studies*. London: SAGE, 2017, pp. 499-461.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 1ª reimp., 2ª ed., 2017, 232p.

OLIVEIRA, Denilson Araújo. *Territorialidades no mundo globalizado: outras leituras de cidade a partir da cultura Hip Hop na metrópole carioca*. 2006. 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/41495171/Territorios_no_mundo_globalizado_outras_leituras_de_cidade_a_partir_da_cultura_Hip_Hop_na_metropole_carioca Acesso em 16 abr. 2021.

_____. Marketing urbano e questão racial na era dos megaempreendimentos e eventos no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, V. 16, n. 1, pp. 85-106, 2014. Disponível em

https://www.academia.edu/36855265/Marketing_urbano_e_questao_racial_na_era_dos_megaempreendimentos_e_eventos_no_Rio_de_Janeiro Acesso em 16 abr. 2021.

OLIVEIRA, Denilson Araújo. Gestão racista e necropolítica do espaço urbano: apontamento teórico e político sobre o genocídio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro. In: I COPENE SUDESTE, 2015, NOVA IGUAÇU. I CONGRESSO DE PESQUISADORAS(ES) NEGRAS(OS) DO SUDESTE, 2015. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/2022> Acesso em 16 abr. 2021.

QUEIROZ, Ana Maria Martins. *Geo-grafias insurgentes: corpo e espaço nos romances Ponciá Vicêncio e Becos da memória de Conceição Evaristo*. 2017. 203 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7518> Acesso em: 16 abr. 2021.

PATERNIANI, Stella Zagatto. São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia. 2019. 325f. Tese (Doutorado em Antropologia)— Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35466> Acesso em 22 out. 2021.

PEDROSA, Breno Viotto. Entre as ruínas do muro: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura. 2013, 361f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013.

PEREIRA, Gabriela Leandro. *Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2015. Disponível em: https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/tese_gabriela_leandro_pereira_1.pdf Acesso em: 16 abr. 2021.

PEREIRA, Gabriela. et. al. Coletiva Terra Preta. *Des-embranquecendo a cidade*. 2019. Disponível em: <https://terrapretacidade.medium.com/des-embranquecendo-a-cidade-c5635dd0c2ff> Acesso em 04 out. 2021.

PEREIRA, Sérgio Nunes. De “ciência auxiliar” a saber autônomo: dois momentos da geografia brasileira no século XIX. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 24, n 1-2, pp. 11-22, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/4129/3632> Acesso em 02 ago. 2021.

PIRES, Clarissa. Construindo liberdades: lutas antiescravistas e abolicionistas por mulheres negras no Brasil do século XIX. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v. 14, n. 28, pp.141-163, 2020. Disponível em <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/12254/6214> Acesso em: 07 ago. 2021.

PRIETO, Gustavo Teixeira; VERDI, Elisa Favaro. Jean Dresch, a atualidade de um geógrafo anti-colonialista. *Finisterra*, V. 52, n. 105, pp. 135-138, 2017. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/7743> Acesso em: 30 mar. 2020.

RIBEIRO, Anna Lyvia Custódio. *Racismo estrutural e aquisição da propriedade privada*. São Paulo: Contracorrente, 1ª ed., 2020.

RIOS, Flávia; RATTIS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia González. In: CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Pensadores negros - pensadoras negras*: Brasil, séculos XIX e XX. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: MC&G Editorial; Editora Fino Traço, 2016, pp. 387-404. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325781045_A_perspectiva_interseccional_de_Lelia_Gonzalez Acesso em 12 set. 2020.

RODRIGUES, Auro de Jesus. *Geografia: introdução à ciência geográfica*. São Paulo: Avercamp, 2008, 149p.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das encruzilhadas: Exu como educação. *Revista Exitus*, Santarém/PA, Vol. 9, N° 4, p. 262-289, 2019. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1012/528> Acesso em: 12 mar. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão popular, 3ª ed., 2013, 528p.

SANTANA JUNIOR, Humberto Manoel de. Encruzilhadas epistemológicas: acertando o conhecimento europeu ontem com uma pedra que atirei somente hoje. *ODEERE*, V. 3, n. 6, pp.251-268, 2018. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/4423> Acesso em 12 mar. 2021.

SANTOS, Bruna Lúcia dos. O lugar da mulher negra no espaço urbano: da segregação socioespacial à resistência no bairro São Dimas em São João del Rei -MG. 2018, 99f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de São João del Rei. São João del Rei, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/45005880/O_LUGAR_DA_MULHER_NEGRA_NO_ESPA%C3%87O_URBANO_da_segrega%C3%A7%C3%A3o_socioespacial_%C3%A0_resist%C3%A2ncia_no_bairro_S%C3%A3o_Dimas_em_S%C3%A3o_Jo%C3%A3o_del_Rei_MG Acesso em 30 abr. 2021.

SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto. A trajetória teórico-intelectual de uma geografia urbana crítica e radical. *GEOUSP – Espaço e tempo (online)*, v. 22, n. 3, pp. 515-528, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/152974> Acesso em 02 ago. 2021.

SANTOS, Mariza Fernandes dos. A temática racial nas teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em geografia no Brasil (1987-2018). *Revista da ABPN*. v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Geografias Negras”, pp. 54-77, 2020.

SANTOS, Milton. *Cidadanias Mutiladas*. In: LENER, Julio. *O Preconceito*. São Paulo: IMESP, 1996, pp. 133-144.

_____. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 2ª ed., 2008.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1ª ed., 3ª reimpr., 2014, 176p.

SCHEFLER, Maria de Lourdes Novaes. *Mulheres guardiãs da terra e da vida: proposições para uma análise do espaço na perspectiva de gênero*. 2000. Dissertação

(Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000.

SERPA, Angelo. Teoria das representações em Henri Lefebvre. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, v. 18, n. 3, pp. 487-495, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/83538> Acesso em 02 ago. 2021.

SIBLEY, David. *Geographies of Exclusion: society and difference in the West*. London: Routledge, 1995.

SILVA, Armando Corrêa. A renovação geográfica no Brasil – 1976/1983 (As geografias crítica e radical em uma perspectiva teórica). *Boletim Paulista de Geografia*, n. 60, p. 73-140, 1984. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1004> Acesso em 02 ago. 2021.

SILVA, José Borzacchiello da. França e escola brasileira de geografia: verso e reverso. Fortaleza: Edições UFC, 2012, 232p. Disponível em: <http://www.ppggeografia.ufc.br/images/livrofrancabrasil.pdf> Acesso em 02 ago. 2021.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios as práticas investigativas da ciência geográfica. *Espaço e Cultura*, n. 27, pp. 39-55, 2010.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José. Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes. *Journal of Latin American Geography*, v. 19, n. 1, pp. 163-171, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338326162_Geografias_feministas_na_America_Latina_desafios_epistemologicos_e_a_decolonialidade_de_saberes Acesso em: 29 abr. 2021.

SIMONSEN, Kirsten. Bodies, sensations, space and time: the contribution from Henri Lefebvre. *Geografiska Annaler*, 87 (1); pp. 1-14, 2005.

SOUZA, Lorena Francisco de. *et. al.* Por uma geografia das corporeidades e das diferenças. In: MATOS, Patrícia Francisca; COSTA, Carmem Lúcia (Orgs.). *Uma Geografia do Século XXI: temas e tensões*. Curitiba: CRV, 2020, pp. 41-62.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A análise urbana na obra de Milton Santos. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 1, n. 21, pp. 25-42, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Disponível em: <https://fabioperiandro.adv.br/wp-content/uploads/2021/03/O-Espetaculo-das-Racas-Cienti-Lilia-Moritz-Schwarcz.pdf> Acesso em 02 ago. 2021.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. Raça, classe e marxismo. *Revista Outubro*. nº 31, pp. 179-196, 2018. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/01/07_Keeanga-Yamahtta-Taylor.pdf Acesso em 23 nov. 2020.

UMA GEOGRAFIA DAS DESIGUALDADES. Direção de Day Rodrigues. Oxfam Brasil, 2019. 1 vídeo (15m17s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=A2a3XuEIWvw&ab_channel=OxfamBrasil Acesso em 04 out. 2021.

VELLOSO, Rita. Apropriação, ou o urbano-experiência. *Arquitextos*, ano 16, n. 189.05, 2016. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/16.189/5949> Acesso em: 08 jan. 2021.

VERDI, Elisa Favaro. Produção geográfica e ruptura crítica: a geografia uspiana entre 1964 e 1985. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

VILLEN, Patrícia. *Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 1ª ed., 2013, 223p.

VISENTINI, José William. Geografia e discurso crítico (a epistemologia à crítica do conhecimento). *GEOUSP*, v. 4, n. 7, pp. 7-13, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47091> Acesso em: 20 abr. 2021.

XAVIER, Giovana. *Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história*. Rio de Janeiro: Editora Malê, 1ª ed, 2019.

WOOD, Clyde; McKITTRICK, Katherine. *Black geographies and the politics of space*. Toronto: Between the lines. Cambridge: South End Press, 2007, 263p.